

**“CONQUISTAS E DESAFIOS DE UMA ÁREA DE PROTEÇÃO
AMBIENTAL INSERIDA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO”**

MIRTES MOREIRA SILVA

**Dissertação apresentada ao
Departamento de Saúde Ambiental da
Faculdade de Saúde Pública da
Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre.**

**Área de Concentração: Saúde
Ambiental**

**Orientador: Prof. Dr. JOSÉ LUIS
NEGRÃO MUCCI**

**São Paulo
2003**

DEDICATÓRIA

A Deus, que é para mim, a razão de todas as coisas e a fonte da maior sabedoria.

Aos meus grandes amores:

Meus pais, Miguel e Clarice, os maiores exemplos de amor, dedicação e dignidade que nossa família poderia ter. Sobre esses dois alicerces tenho construído a minha vida;

Meu esposo Volnei e minhas filhas Carolina e Bianca, “razões do meu viver”;

Aos meus irmãos Miriam, Mirailton (e às famílias maravilhosas que eles constituíram) e Michael (homenagem póstuma).

Aos meus amigos e aos demais familiares (difícil citar a todos, pois são muitos e estão por toda parte, mas é impossível pensar na minha vida sem cada um deles...)

Aos meus colegas do NAE-9 e aos professores de ensino fundamental das escolas públicas, cujas dificuldades enfrentadas ao longo dos anos, não os fizeram “*perder la ternura jamás*”... seguindo em frente, na busca do mesmo ideal;

De maneira especial, aos milhares de alunos que já passaram pela minha vida, ao longo desses vinte anos de Magistério, por serem grandes mestres e amigos, companheiros de sonhos possíveis e impossíveis a quem eu devo minhas maiores conquistas e alegrias profissionais.

À Zona Leste de São Paulo, lugar onde nasci, me criei e tenho educado minhas filhas e meus alunos, sempre preocupada em mostrar a eles a necessidade de valorizarmos e lutarmos pelo lugar onde construímos a nossa história e onde merecemos ser felizes...lembro-me, agora dos dizeres da música que meus alunos Pedro, Nádia, Lígia, Murillo, Tiago e João perpetuaram em um outro trabalho nosso...

A Zona Leste é mais que um sonho...

Acredite nela!

Se não lutarmos, quem irá lutar por ela?...

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Prof^o Dr. José Luis Negrão Mucci, pela confiança depositada em mim, transmitindo-me desta forma, a tranquilidade e o equilíbrio necessários para a condução deste trabalho.

À Prof^a Dr^a Maria Cecília Focesi Pelicioni, pela inestimável ajuda prestada, pela amizade, dedicação e carinho com que trata os seus alunos e ex-alunos.

À Prof^a Dr^a Vitória Kedy Cornetta, amiga e grande incentivadora, responsável em grande parte por esta conquista.

À Administradora do Parque do Carmo, bióloga Margarida , que permitiu a realização da pesquisa nesta Instituição.

À equipe do Centro de Educação Ambiental do Parque do Carmo, pelo auxílio prestado nas diferentes etapas do trabalho e de maneira especial à estagiária Edilene Bispo.

À Guarda Civil Metropolitana (Pelotão de Ciclistas) do Parque do Carmo, em especial ao C.E. Carlos Alberto e seus guardas, pelo acompanhamento e auxílio na pesquisa de campo.

Ao SESC- Itaquera, pelas importantes contribuições e pela atenção dispensada a mim, de maneira especial pela equipe de Gestão Ambiental, representada pelos biólogos Fábio, Daniela e Denise, com quem mantive maior contato;

À SAL (Sociedade Ambientalista Leste) e SOS Mata Atlântica, importantes suportes na pesquisa documental.

À Prof. Maria José, do Projeto Jequitibá da EMEF Benedito Calixto, pelo material cedido para esta pesquisa e pelo incentivo constante que me foi dado por sua pessoa.

Ao Conselho Consultivo da APA do Carmo, representado por aqueles integrantes que cederam parte de seu tempo para contribuírem com as entrevistas contidas neste trabalho.

Ao NAE-9, de maneira especial ao Prof^o Camilo José dos Santos e à Prof^a Maria Lúcia Rocha, e à Subprefeitura de Itaquera, na figura do Subprefeito Antônio Edson Ferrão, que me permitiram integrar o Grupo Ambiental da Subprefeitura de Itaquera e portanto, contribuíram para a aproximação do meu trabalho com o meu objeto de estudo: a APA do Carmo.

À amiga Márcia, professora e mestranda como eu da Faculdade de Saúde Pública, pelas sugestões oferecidas a este trabalho;

Às amigas Maria Heloísa Moura e Isabel Cristina, pela ajuda prestada em algumas etapas da reprodução deste trabalho;

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio e também pela compreensão por todos os momentos em que fui obrigada a abrir mão do nosso convívio em função da realização deste trabalho.

RESUMO

Área de Proteção Ambiental (APA) é uma unidade de conservação destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais presentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também a proteção dos ecossistemas regionais.

A APA “Parque e Fazenda do Carmo”, localiza-se na região leste da Cidade de São Paulo, uma região que sofreu um rápido processo de urbanização, sem a necessária ordenação da ocupação dos espaços, nem tampouco o acompanhamento de políticas públicas que garantissem condições adequadas de habitações, saúde, saneamento básico, entre outras coisas. Assim, essa área encontra-se ameaçada por constantes invasões, poluição e outras formas de degradação.

Constitui-se em uma reserva ecológica de grande extensão (8.700.000 m²) dentro do Município de São Paulo, onde existem significativos remanescentes de Mata Atlântica. Dada a sua importância para manter o equilíbrio natural e a qualidade de vida da região leste e de todo o Município, o presente trabalho aborda a problemática e os ganhos ambientais nesta área, antecedentes à sua criação ou instalados após esse processo, através da investigação e análise das intervenções do poder público, da sociedade civil organizada e da comunidade local. Também indica a relação existente entre a atuação do Conselho Consultivo da APA e seu atual estado de preservação.

A metodologia de pesquisa empregada é o estudo de caso, através de levantamento bibliográfico e documental e entrevistas com membros do Conselho Consultivo da APA, a fim de analisar e sintetizar qualitativamente as informações obtidas.

As recomendações foram direcionadas aos atores responsáveis pela condução dos processos de gestão e de intervenção na área, esperando-se assim, contribuir para a reflexão sobre os papéis individuais e coletivos na resolução dos problemas que afetam a qualidade de vida daquela população e da sociedade como um todo.

SUMMARY

Environmental Protection Area (EPA) is a conservation unit destined to protect and maintain the environmental quality and the natural systems present in it, aiming for the improvement of the local population quality of life and also the protection of the regional ecosystems.

The EPA “Parque e Fazenda do Carmo” is localized in the east region of São Paulo City, which region went through a fast urbanization process without the necessary ordenation of the occupied spaces and not even the attendance of public politics in order to guarantee the appropriate conditions of habitation, health, basic sanitation, and other things. Thus, constant invasions, pollution and other forms of degradation have threatened this area.

It constitutes an ecological reserve of great extent (8.700.000 m²) within the town of São Paulo, where are found important remaining specimens of Atlantic Forest.

Due to its importance to maintain the natural balance and the life quality of east region and also of the whole town, the present work approaches the problems and the environmental achievements in this area, before its creation or occurred after this process, through the investigation and analysis of the interventions of Governments, civil organized society and the local community. It also shows the relation existent between the EPA’s Consultative Council performance and its present state of preservation.

The research method used is the case study, by means of bibliographic and documental survey and interviews with members of the EPA’s Consultative Council, in order to analyze the informations obtained and make a synthesis, from a qualitative point of view.

The recommendations are directed to the actors which are responsible for the process of management and intervention in the area, expecting to collaborate with the reflection about the individual and collective roles for the solution of the problems that damage the improvement of that population’s quality of life and the society’s, too.

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
1. Justificativa	3
2. Iniciativas importantes que contribuíram para a criação de áreas protegidas no mundo	4
2.1. Principais ocorrências do ambientalismo no Brasil	7
3. Sustentabilidade e qualidade de vida	10
3.1. O desenvolvimento sustentável e suas implicações	12
3.2. Desenvolvimento com qualidade de vida	14
4. Mecanismos para uma gestão ambientalmente adequada	17
4.1. Iniciativas da Cidade de São Paulo	21
4.2. Educação Ambiental como instrumento de gestão	24
4.3. A participação pública no planejamento ambiental	27
4.3.1. Terceiro Setor: um importante elo de ligação entre Estado e Sociedade	29
4.3.2. Os Conselhos Gestores	33
5. A urbanização e o comprometimento ambiental	34
5.1. O contexto da urbanização na Cidade de São Paulo	36
5.1.1. Aspectos da ocupação da Zona Leste de São Paulo	38
6. Síntese do objeto de estudo	39
6.1. Caracterização do Distrito do Parque do Carmo (Subprefeitura de Itaquera)	39
6.2. Os problemas do Distrito discutidos no Plano Diretor Regional	44
6.3.1. História da APA “Parque e Fazenda do Carmo”	45
6.3.2. Das características gerais	49
6.3.3. Do zoneamento ambiental	49
6.3.4. Da forma de gestão	50
6.3.5. Dos problemas ambientais	52
6.3.6. Propostas de educação ambiental desenvolvidas na região da APA	56
II. OBJETIVOS	63
1. Objetivo Geral	
2. Objetivos Específicos	
III. METODOLOGIA	64
IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	66

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	71
VI. REFERÊNCIAS	76
ANEXOS	
Roteiro para entrevista	A1
Termo de Consentimento e Livre Esclarecimento	A2
Quadro de referências das respostas às entrevistas	A3
Mapas	A7
Principais Unidades de Conservação do Município de São Paulo	A8
Vista aérea da APA do Carmo	A9
Fotos	A10
Documentos	

1- INTRODUÇÃO

*Quem anda pelo imenso lado leste da cidade de São Paulo, fica admirado diante dos contrastes que dominam sua paisagem. Arranha-céus com serviços de primeiro mundo disputam espaço com arquiteturas que teimam em manter-se de pé à base de papelão, lata, madeira e algum tijolo, onde moram pessoas habituadas a um estilo de vida próprio do submundo. Bairros tradicionais, centenários, com comércio desenvolvido e pólos industriais modernos são vizinhos ricos de áreas recentemente povoadas, sem infraestrutura e parece até que sem futuro. A grande maioria das pessoas que andam pelas ruas da Penha, circulam pelo Tatuapé, passam pelo Belenzinho, moram, estudam ou trabalham em São Mateus, Itaquera, Guaianases, Ermelino Matarazzo, Vila Formosa, Cidade A.E.Carvalho, Vila Carrão, Arthur Alvim, Vila Ema, Vila Prudente ou em tantos outros pontos desse País chamado Zona Leste, vive o dia de hoje sem ter a mínima idéia de que está fazendo história. Mais que isso: sem conhecer o passado do lugar sem imaginar que tudo o que já aconteceu tem a ver com seu presente e pesa sobre o seu futuro. Como sempre acontece, pelas avenidas, ruas, alamedas, praças, vielas e becos dessa imensa região de uma das maiores cidades do mundo, gente que nem tem olhos para esse lugar, nem enxerga seu crescimento, nem dá atenção a sua agonia, seu pedido de socorro, sua alma poética, cruza com gente que ama profundamente esse pedaço de chão.(....)**

A conservação, preservação e recuperação de ecossistemas e não apenas de espécies isoladas da flora e fauna (“protegidas” desde 1934 pelo Código Florestal vigente), sofreram grande influência do movimento ambiental internacional no início da década de 80 (ENGEA 1990).

Nesta mesma década, instalou-se no país, a Política Nacional do Meio Ambiente através da Lei 6938, aprovada em 31 de Agosto de 1981, estabelecendo como um de seus instrumentos, as “áreas de proteção ambiental” (ENGEA 1990 e CAMARGO 1993). A partir daí, os Estados vêm criando essas áreas, sem que haja, efetivamente sua implantação e manejo, que deveria se dar através do direcionamento de recursos ou incentivos, trazendo como conseqüências para a maioria delas, a degradação crescente e o comprometimento dos recursos biológicos, ameaçados pela simplificação dos mesmos. Todos esses fatores associados às especificidades de cada uma dessas unidades de conservação tornam a implantação e consolidação dessas Áreas de Proteção Ambiental uma tarefa cada vez mais difícil de ser executada (ENGEA 1990).

Para CAMARGO (1993), (...) não obstante a quantidade abundante de leis, complicadores como: a ineficácia do sistema jurídico-normativo, aliada à falta de fiscalização, de vontade política dos dirigentes e de educação e cultura do povo, são elementos principais nesse processo de empobrecimento e destruição gradativa dessas áreas, teoricamente protegidas.

Áreas de Proteção Ambiental (APA) são definidas como “unidades de conservação destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local, e também, a proteção dos ecossistemas regionais” (IPT 1992, p.14).

* Marco Antonio Rosa, editor do livro “Zona Leste Fazendo História” de Cida Santos, 1997 (prefácio)

Já a Lei nº 9.985/2000, em seu artigo 15, §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º, as define como “áreas em geral extensas, com certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SIRVINSKAS 2002, p.179).

A base jurídico-institucional das APAs é a Lei Federal 6902/81, segundo a qual, havendo relevante interesse público, os Poderes Executivos Federal, Estadual ou Municipal, podem declarar determinadas áreas como sendo de interesse para a proteção ambiental, de tal forma que fiquem assegurados o bem estar das populações humanas, a proteção, recuperação e conservação dos recursos naturais (SMA 1999).

Vale lembrar que a preservação do meio ambiente não significa excluir o desenvolvimento econômico da região abrangida pela APA, mas visa apenas disciplinar o uso do solo para a conservação da natureza e ocupação racional do espaço territorial. Distingue-se assim, de outras unidades de conservação, como por exemplo, os Parques Nacionais, as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas, onde as interferências antrópicas são cerceadas na busca da preservação integral dos recursos naturais. Mantém-se também, a propriedade privada da terra e a jurisdição municipal sobre ela (CONSEMA 1985, ENGEA 1990 e SMA 1999).

A extensão territorial de uma APA pode variar, ultrapassando em alguns casos inclusive, os limites do município. Essas áreas agregam atributos ambientais específicos, sejam eles, bióticos, abióticos, estéticos ou culturais, considerados importantes para a qualidade de vida das populações que ocupam, tanto o seu interior, quanto o seu entorno, respondendo assim, a finalidades particulares (SMA 1999).

Todas as APAs devem ter um zoneamento ecológico-econômico, segundo IPT (1992), cuja função é disciplinar o uso do solo, as condições bióticas, geológicas, urbanísticas, culturais e outras existentes na área. Elas deverão obedecer aos seguintes critérios:

- (...) *possuir uma zona de vida silvestre onde será proibido ou regulado o uso dos sistemas naturais...*
- *nenhum projeto de urbanização poderá ser implantado numa APA, sem prévia autorização de sua entidade administradora, que exigirá:*
 - *adequação com o zoneamento ecológico econômico da área;*
 - *implantação de sistema de coleta e tratamento de esgotos;*
 - *sistema de vias públicas, sempre que possível, em curvas de nível, e rampas suaves com galerias de águas pluviais;*
 - *lotes de tamanho mínimo suficiente para plantio de árvores em, pelo menos, 20% da área do terreno;*
 - *programação de plantio de áreas verdes com uso de espécies nativas;*

- *traçados de ruas e lotes comercializáveis adequados à topografia, com inclinação inferior a 10% (p.14).*

1. Justificativa

O ritmo com que a Cidade de São Paulo se transformou numa grande metrópole sem que houvesse um planejamento que garantisse a ocupação ordenada do espaço urbano, condições adequadas de habitação, acompanhadas de saneamento básico, transporte eficiente e equipamentos públicos essenciais de educação, saúde, segurança pública, lazer e cultura, comprometeu a qualidade de vida da população, sobretudo daquelas parcelas mais pobres que se concentraram nas periferias da Cidade.

Esse processo desordenado de urbanização levou a uma perda significativa da cobertura vegetal do Município. Nas regiões menos desenvolvidas e distantes do centro, onde muitas vezes ainda existem reservas naturais importantes, como a APA do Carmo, na Zona Leste de São Paulo, a migração das populações mais carentes, expulsas das áreas privilegiadas pelos grandes empreendimentos imobiliários, tem ameaçado esses recursos, quer seja pelo desmatamento ou ainda pelo depósito de resíduos sólidos, esgotos e outros poluentes, com conseqüente comprometimento da fauna e flora ali existentes, além dos fatores abióticos, como o ar, a água e o solo.

As áreas verdes, por sua vez, desempenham um papel fundamental na regulação do clima, na atenuação da poluição do ar e na prevenção de enchentes, problemas graves e recorrentes em São Paulo, inclusive em áreas da A.P.A. e do seu entorno (Vale do Rio Aricanduva), onde houve intenso desmatamento e impermeabilização do solo.

O desaparecimento dessa cobertura vegetal na Cidade tem provocado o surgimento de um fenômeno denominado “ilhas de calor”, originado pela mudança nos processos de absorção e radiação de calor devido ao excesso de calçamento e construções como explica SOBRAL (1996) e que já tem atingido diversos bairros da Zona Leste da Capital, onde a cobertura vegetal cedeu lugar aos gigantescos conjuntos habitacionais verticalizados, destinados à população de baixa renda. Esse tipo de construção, além da compactação do solo, formou verdadeiras barreiras à ventilação natural, agravando o fenômeno acima descrito e, portanto, justificando a preservação, bem como a criação de novas áreas verdes nesta região.

Esta área da Cidade, apesar de ter apresentado um crescimento populacional vertiginoso nas últimas décadas, sofrendo mais que qualquer outra região esse processo rápido e desordenado de urbanização, não recebeu das Administrações Públicas a infra-estrutura necessária para acompanhar tal crescimento, de forma que os danos ambientais provocados pelas ações antrópicas, comprometeram em grande medida a qualidade de vida de seus moradores.

Finalmente, é importante ressaltar que, a Área de Proteção Ambiental “Fazenda e Parque do Carmo” ocupa uma área de 8.700.000 metros quadrados dentro da Zona Leste e constitui a maior e mais importante reserva ecológica dentro da zona urbana do Município, com remanescentes da fauna e da flora local, pertencentes à Mata Atlântica, que necessitam ser preservados pelo patrimônio genético que representam. Além disso, essa área também

foi considerada pela Lei Orgânica do Município de 1990, em seu artigo 185, como fator de equilíbrio ambiental para esta região e para o Município.

Preservá-la significa garantir não apenas para essa população, mas também para a de todo o Município, o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, condição essencial para se obter qualidade de vida para as gerações presentes e futuras, conforme preconiza a Constituição Federal, no Capítulo VI, artigo 225.

Entretanto, essa região da APA cuja proteção é garantida legalmente, foi alvo de diversas invasões por moradores denominados “sem teto” e além disso, órgãos públicos, como a LIMPURB (Departamento de Limpeza Urbana da Secretaria de Serviços e Obras do Município de São Paulo), SEHAB (Secretaria Municipal da Habitação), DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente) como também empresas particulares, há anos disputam espaço dentro dessa mesma área, conforme relatou a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, (SMA 1991), ao redigir a Proposta de Implantação da referida APA.

Desta forma é preciso que medidas mais ágeis e eficientes de controle e prevenção da degradação do ambiente natural evitem a produção de ambientes urbanos insalubres, como ocorre sobretudo nas periferias da Cidade, comumente esquecidas pelo Poder Público. Este é o motivo pelo qual essas comunidades precisam estar constantemente organizadas e mobilizadas, para exigirem das autoridades competentes aquilo que deveria ser garantido a qualquer cidadão: condições mais dignas de vida, que incluíssem entre as necessidades básicas, um meio ambiente saudável e equilibrado.

2. Iniciativas Importantes que contribuíram para a criação de áreas protegidas no mundo

Muito antes de surgirem, as Áreas de Proteção Ambiental, como são hoje concebidas, a preocupação com os recursos naturais existentes, seu futuro e sua importância para a sobrevivência da humanidade como um todo, já gerava uma série de discussões e projetos que visavam encontrar soluções para a complexa e, por vezes conflitante relação “Homem x Natureza” que, segundo MUCCI (2000), (...) “é, ao mesmo tempo, de dependência vital e de voraz destruição” (p.214).

Serão apresentados, a seguir, alguns aspectos importantes deste histórico e que vieram a influenciar os rumos da política ambiental brasileira e conseqüentemente a definição das referidas Áreas.

Segundo DIEGUES (1994), foi a partir do século XIX, que o “mundo selvagem” passou a ser valorizado, graças aos avanços da História Natural e ao respeito que os naturalistas tinham por aquelas regiões ainda intocadas pelo Homem. Foi neste período, que começou a ocorrer uma mudança de olhar em relação à vida nas grandes cidades, até então ávidas pelo progresso e pelas comodidades prometidas pela Revolução Industrial, mas que já experimentavam as conseqüências negativas desse progresso, principalmente com a poluição do ar gerada pelas fábricas.

Assim, a vida no campo passou a ser idealizada, sobretudo por aquelas classes sociais que não estavam diretamente ligadas à produção agrícola. O autor cita CORBIN (1989, p.20) e ressalta que, a busca pela contemplação e o isolamento fugindo da agitação e dos conflitos gerados nas grandes cidades européias, pós Revolução Industrial, teve um reforço importante dos escritores românticos, que levaram o homem a enxergar o que restava do mundo natural e selvagem como o “lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime”. Tudo isso influenciou na criação das áreas naturais protegidas.

Já nos Estados Unidos, no século XIX, Gifford Pinchot e John Muir foram responsáveis pelas duas visões acerca do conservacionismo dentro e fora do país: Pinchot defendia o uso racional dos recursos naturais, acreditando que a conservação deveria estar baseada no uso dos recursos pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para a maioria dos cidadãos. Essas idéias foram importantes para a formulação de conceitos como o do ecodesenvolvimento e posteriormente, do desenvolvimento sustentável, como também estariam presentes em debates como, na Conferência de Estocolmo (1972), na Rio-92 e nas publicações internacionais como a Estratégia Mundial para a Conservação, da União Internacional para Conservação da Natureza/Fundo Mundial para a Natureza (UICN/WWF 1980), e no Relatório Nosso Futuro Comum (1986) de acordo com DIEGUES (1994).

Porém, se por um lado, Pinchot defendia a conservação dos recursos, através de uma exploração racional dos mesmos, John Muir, Henry David Thoreau e Marsh, eram adeptos do Preservacionismo, com algumas variantes no seu enfoque: Thoreau acreditava na existência de um Ser Universal, transcendente no interior da Natureza, que justificava sua preservação; Marsh pregava uma grande revolução política e moral para curar o planeta a partir do controle da tecnologia e Muir, expoente máximo do preservacionismo, defendia a igualdade entre o homem e os demais seres da natureza, inclusive os abióticos cujos direitos não eram inferiores aos dos humanos (essas idéias foram chamadas de biocêntricas) e recebeu um grande impulso da teoria da evolução de Charles Darwin, que trouxe de volta o Homem à natureza, como fruto da evolução das espécies.

Outro preservacionista influente foi Aldo Leopold, nascido em 1887, autor de um dos livros mais importantes para os preservacionistas, intitulado *A Sand County Almanac*, publicado em 1949, onde defendia o pensamento central de que o homem era apenas um dos membros de uma comunidade onde todos eram interdependentes (DIEGUES 1994).

LAGO E PÁDUA (1989), acentuam que o Conservacionismo teve origem a partir da percepção de que o homem detinha um poder de destruição muito grande sobre a natureza e que por esta razão, deveriam ser desencadeadas ações que levassem à conservação e preservação dos recursos naturais.

Portanto, esse movimento bipartite que ocorrera no final do século XIX nos Estados Unidos, significou a polarização de duas correntes distintas: de um lado aqueles que defendiam a exploração racional dos recursos naturais (conservacionistas) e de outro, aqueles que levantavam a necessidade de se preservar áreas virgens e determinadas espécies vegetais e animais evitando qualquer intervenção, o que acabou levando à criação dos Parques Nacionais (DIEGUES 1994).

DOUROJEANNI (1997), observa que essas divergências ocorreram também no campo do manejo florestal, que para uns significava a conservação e para outros a exploração e para um pequeno grupo, ainda, as duas coisas. Lembra que houve ao longo do tempo, a inversão de posições, pois antigos “exploradores” se converteram em “protetores” e muitos desses últimos, agora promovem o aproveitamento sustentável, inclusive dos próprios Parques Nacionais.

Esses parques e outras unidades de conservação se multiplicaram sobremaneira nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, mas isso não impediu que tal modelo viesse a sofrer duras críticas quanto à sua concepção antropocêntrica, pois levava em consideração apenas aquelas áreas que possuíam valor estético, do ponto de vista da cultura ocidental, em detrimento de outras importantíssimas para a manutenção de ecossistemas, como: pântanos e brejos, por exemplo, mas que não reuniam em si, as características estéticas desejadas. Além desses aspectos, considerava que toda e qualquer intervenção humana nessas “frações de paraíso”, seria sempre negativa, esquecendo-se, por exemplo, que a cultura indígena americana havia se desenvolvido e convivido harmonicamente naquela terra durante milhares de anos. (DIEGUES 1994).

Apesar das divergências apresentadas anteriormente, o autor em referência ressalta que o modelo de Parques Nacionais acabou sendo exportado para todo o mundo, trazendo de volta a idéia da dicotomia entre “povos e parques”, e causando efeitos catastróficos, especialmente sobre as populações tradicionais dos países do Terceiro Mundo, cuja relação com a natureza obedecia a padrões específicos e não se enquadrava nas proposições dos Parques Nacionais americanos. Somando-se a esses fatores, as características sócio-econômicas, naturais e ambientais dos países do Terceiro Mundo eram bastante divergentes dos países industrializados, em muitos casos, inclusive, enfrentando graves conflitos fundiários, fiscalização ineficiente, crise econômica, dívida externa, entre outros problemas.

Observa-se que esses efeitos são visíveis até os dias atuais em países como o Brasil, por exemplo, onde a luta pela terra, as desigualdades sociais e os problemas econômicos ainda não foram superados, trazendo conseqüências diretas para o quadro ambiental no país. Não parece, portanto, apropriado um modelo que pretenda “proteger” a natureza, sem considerar o Homem como parte integrante dela e desta forma, das múltiplas relações existentes entre os seres que a compõem e das quais depende a sobrevivência dos mesmos.

Desse modo, começou a surgir um novo tipo de ambientalismo que deveria contemplar essas questões inerentes aos países do cone sul, com um enfoque sócio-ambientalista proveniente da fusão de interesses dos movimentos sociais ligados às questões fundiárias e ao direito ao uso dos recursos naturais que representavam os camponeses, pescadores, povos da floresta, entre outros (DIEGUES 1989,1994; BANDYOPADLYAY & SHIVA 1988; WADMAN 1992, citados por DIEGUES 1994, p.32) e que centralizavam suas críticas naquele ambientalismo originário dos países desenvolvidos que excluía de seus alvos, por exemplo, os “problemas da pobreza e degradação ambiental urbana e, principalmente, a má distribuição de renda” (REDCLIFT 1984, citado por DIEGUES 1994, p 32).

LAGO E PÁDUA (1989), ao discorrerem sobre as três áreas do pensamento ecológico – Ecologia Natural, Ecologia Social e o Ecologismo – salientaram que, a Ecologia Social (que não se atém apenas ao mundo biológico, como a Ecologia Natural, mas também aos

diferentes aspectos da relação entre os homens e o meio ambiente), se preocupa principalmente com a forma de interação negativa do homem com a natureza e está intimamente ligada às Ciências Sociais e Humanas.

Segundo os autores mencionados, o debate sobre esse tipo de Ecologia, intensificou-se a partir da década de 60 (período pós 2ª Guerra Mundial), em decorrência da intensa industrialização dos países ricos e conseqüentemente, da aceleração do processo de degradação ambiental e não se restringiu a um “grupo limitado de intelectuais”, mas ao contrário, abarcou diversas representações sociais. Nesse sentido, o livro “Primavera Silenciosa” da bióloga Rachel Carson, publicado em 1962, constitui-se com um marco nas discussões acerca do cenário ambiental configurado na época, expandindo-se para os mais diversos campos do conhecimento.

O que diferencia essa corrente de pensamento do Ecologismo, é que, este último está fundado na idéia de transformação social, onde não haja opressão, mas cooperação e assim, a conservação ambiental por si só, não será suficiente para resolver a crise ecológica instalada, mas requer uma mudança radical na estrutura econômica, cultural, social e de relações com o meio natural. Dessa corrente de pensamento, derivam os Partidos Verdes da Alemanha e da França no século XX (LAGO e PÁDUA 1989).

Trata-se de uma proposta bastante coerente, já que a questão ambiental não pode ser vista isoladamente, por estar intrinsecamente ligada a todos os fatores acima mencionados. Justamente por isso, essa transformação dificilmente ocorrerá em um curto espaço de tempo, o que poderá agravar substancialmente a crise ecológica já instalada no mundo.

Isto posto, imagina-se que seja necessário um esforço conjunto e global para reverter o atual quadro contendo a velocidade de degradação das condições sócio-econômicas e ambientais às quais estão sujeitas as diferentes populações do mundo e acelerar as medidas preventivas e corretivas dos danos já existentes, a fim de evitar que situações irreversíveis comprometam o futuro de todo o Planeta.

2.1 Principais ocorrências do ambientalismo no Brasil

Reportando-se apenas às iniciativas do século XX, pode-se considerar que entre a década de 30 e 40 no Brasil, várias medidas legais de proteção à natureza foram adotadas e é possível destacar, por exemplo, as promulgações do Código Florestal (tornado insubsistente pelas Leis nº 4.771, de 15.09.1965 que instituía o novo Código Florestal), do Código de Caça e Pesca (tornado insubsistente pela Lei nº 5.197 de 03.01.1967, Lei de Proteção à Fauna e Decreto-Lei nº 221, de 28.02.1967, Lei de Proteção e Estímulos à Pesca) e do Código de Águas, no ano de 1934. Ainda nessa década, ocorreu a criação do primeiro Parque Nacional em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia e o Parque Nacional de Iguaçu em 1939 (CAMARGO 1993).

VIOLA & LEIS (1992), consideram que os primórdios do ambientalismo no Brasil datam de 1958, com a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza que era de caráter preservacionista. Levando-se em conta que esta Fundação teve uma atuação bastante inócua no espaço público, é possível afirmar que, concretamente o ambientalismo brasileiro só se constituiu de fato, em 1970, quando a sociedade e o Estado se uniram para

atuar, ao mesmo tempo, de forma complementar e contraditória a fim de identificar os efeitos da poluição industrial nos centros urbanos e também a poluição agrária, visando preservar os recursos naturais dos ecossistemas. A sociedade, neste caso, estava representada por Entidades e o Estado pelas Agências Estatais.

Para PELICIONI AF (1998), a década de 60 no Brasil foi especialmente importante do ponto de vista de produção legislativa, pois nesta época, foi lançado o novo Código Florestal, a nova Lei de Proteção aos Animais e a criação de vários Parques Nacionais e Estaduais, muito embora ainda não estivesse definida a política de desenvolvimento que o país iria adotar.

DRUMMOND, citado por PELICIONI AF (1998, p.25), salienta que “temas como a poluição do ar, qualidade da água, aglomeração urbana, zoneamento das atividades urbano-industriais e isolamento de certas atividades de maior impacto sobre o meio ambiente ainda não suscitavam o debate público” e a disseminação da consciência ambientalista no Brasil foi “muito prejudicada pelos altos e baixos da democratização do país”. Assim, o Estado desenvolvia um ambientalismo retraído, que se preocupava basicamente com a criação de áreas naturais protegidas.

VIOLA & LEIS (1992), lembram ainda que, a posição do Brasil na Conferência de Estocolmo, em 1972, foi bastante antagônica em relação à necessidade de conservação e uso racional dos nossos recursos naturais, pois nesta ocasião, o Governo defendeu apenas o “controle da poluição e a preservação de algumas amostras de ecossistemas” e, ao mesmo tempo, uma exploração ampla e rápida desses recursos para acelerar o desenvolvimento econômico no país, tomando como premissa, a idéia de que esses recursos eram praticamente inesgotáveis.

Ainda na década de 70, a AGAPAN (Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural), considerada de fato, a primeira associação ambientalista do Brasil e da América Latina, foi fundada em 1971 em Porto Alegre, e teve um papel primordial na implantação da Secretaria Especial do Meio Ambiente vinculada à Presidência da República, em 1973, por causa da pressão exercida sobre o Estado para conter a poluição do Rio Guaíba, gerada pelos efluentes da Indústria Borregard Celulose. A missão dessa Secretaria era controlar a poluição, estabelecer o uso racional dos recursos naturais e preservar o estoque genético (VIOLA & LEIS 1992).

Nos anos subseqüentes à criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente, pelo decreto 73.030 de 30/10/73, novas categorias de áreas naturais protegidas federais, estaduais e municipais foram surgindo, sendo que somente as federais eram de competência dessa Secretaria, como as Estações Ecológicas e as Áreas de Proteção Ambiental, conforme dispunha a Lei 89.336 de 31/01/84 (CAMARGO 1993). Até 1986, já haviam sido implantadas 23 estações ecológicas em todas as regiões do país, unidades de conservação destinadas principalmente a pesquisas científicas e monitoramento ambiental (PELICIONI AF 1998).

Já CAMARGO (1993), cita levantamento feito por FUNATURA (1989, p.21), segundo o qual até 1988, essas Estações Ecológicas ultrapassavam mais de 3.500.000 ha de área total, sendo que, no decorrer desse mesmo ano, as Áreas de Proteção Ambiental superavam uma extensão total de 1.200.000 ha.

VIOLA (1987), citado por VIOLA & LEIS (1998, p.134), avalia que, somente a partir do final da década de 70, é que campanhas de conscientização e denúncias, promovidas pelas associações ambientalistas deixaram de ter abrangência apenas local, com repercussão insipiente na opinião pública, para ter abrangência regional e até mesmo nacional levando ao crescimento expressivo do número de grupos de base, que saltaram de cerca de quarenta (1980), para quatrocentos (1985). O autor destaca ainda, uma mudança no caráter do ambientalismo brasileiro, que até então era de ordem bissetorial (grupos de base e agências estatais ambientais), para multissetorial e complexo, na segunda metade da década de 80, dada a preocupação pública crescente com a problemática ambiental, fazendo nascer novos setores do ambientalismo (VIOLA & BOEIRA, 1990; VIOLA & LEIS, 1992, citados em VIOLA & LEIS 1998, p.135):

- O ambientalismo *stricto senso* – formado por associações e grupos comunitários ambientalistas (....)
- O ambientalismo governamental – formado pelas agências estatais do meio ambiente nos três níveis de poder;
- O sócio-ambientalismo – formado por organizações não-governamentais, sindicatos e movimentos sociais, que mesmo indiretamente incorporam a proteção ambiental dentro de sua esfera de atuação;
- O ambientalismo dos cientistas - formado por pessoas, grupos e instituições ligados à pesquisa ambiental;
- O ambientalismo empresarial – formado por gerentes e empresários que começam a levar em conta a sustentabilidade ambiental para definir seus investimentos e produção;
- O ambientalismo dos políticos profissionais – formado pelos quadros e lideranças dos partidos políticos que buscam políticas específicas e a incorporação da dimensão ambiental às demais políticas públicas;
- O ambientalismo religioso – formado pelas diversas representações religiosas e tradições espirituais, que tratam as questões ambientais sob o ponto de vista do sagrado e do divino;
- O ambientalismo dos educadores – formado pelos professores de pré-escola, primeiro e segundo graus (hoje denominados, Ensino Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio), além de jornalistas e artistas, que desempenham um papel importante na conscientização das massas.

SOBRAL (1997), observa que houve um crescimento da consciência ambiental no país, ilustrada pela presença de uma “Frente Verde” no Congresso Nacional formada por diferentes partidos políticos, com a missão de assegurar a inserção da temática ambiental na nova Constituição Brasileira, bem como as 809 entidades ambientalistas representantes de todas as regiões brasileiras na Conferência Rio-92.

Na década de 90, o grande destaque ficou por conta da Conferência Rio-92, que, segundo VIOLA & LEIS (1998), produziu efeitos muito positivos sobre a sociedade e o Estado brasileiros, embora também tenha causado “efeitos perversos”, pois conferiu à Conferência e aos diferentes atores envolvidos, uma hiper-valorização, que se por um lado, levou a uma expansão do ambientalismo e seu fortalecimento (do ponto de vista ideológico e organizativo), por outro, levou-o a extrapolar suas reais capacidades e possibilidades, na expectativa de que “teriam um papel decisivo em uma conferência decisiva” (p.142), o que de fato não ocorreu em nenhum dos dois casos.

Assim, para os autores mencionados, ao final da Rio-92, o ambientalismo brasileiro mergulhou num processo de “desorientação”, expresso claramente por uma série de fatores, que vão desde a falta de uma agenda estruturada e concreta voltada para a sustentabilidade no país, passando pela falta de elementos teóricos e analíticos que garantissem um pacto sócio-político sustentabilista no Brasil, identificando os diversos atores e suas disposições dentro desse cenário, as bases organizativas consideradas ainda precárias, a estrutura de comunicação falha entre os setores do ambientalismo e finalmente a insuficiência de informações e sua baixa circulação. Todos esses aspectos, segundo os referidos autores, deveriam ser assumidos pelo ambientalismo brasileiro a fim de que suas propostas saiam do campo utópico e radical e passem para um cenário mais realista e concreto.

3. Sustentabilidade e qualidade de vida

O Brasil, como o resto do mundo, passou a conhecer a idéia de desenvolvimento sustentável a partir da Conferência de Estocolmo de 1972, que trouxe consigo a possibilidade de se pensar em uma sociedade sustentável, onde o indivíduo tem, além do direito à vida, juridicamente constituído, direito a uma vida com qualidade (SOUZA 2002).

Segundo o autor, se as pessoas vivem nas cidades e não nas Organizações Internacionais, no Estado e na União, esta qualidade de vida deve ser, primeiramente conquistada no nível local, ou seja, nas cidades. É aí que as comunidades devem cuidar do seu próprio meio ambiente para depois partirem para uma aliança global, passando pelo Estado, pela União, até a Comunidade de Nações.

Numa sociedade sustentável, o Direito e a Economia reunidos pelas Ciências Naturais, devem atuar conjuntamente para regular as atividades econômicas, regulando a economia para levar a essa sociedade sustentável. Dentro dessa nova economia (economia ecológica), em contraposição à economia tradicional, o homem, enquanto consumidor, deixa de ser o centro do universo, passando a ser encarado como uma das partes do todo, um subsistema dentro de um sistema ecológico maior, onde as bases do consumo devem ser revistas, pois os recursos naturais não são inesgotáveis, nem tampouco plenamente substituíveis. Assim, o Direito deverá contribuir construindo novos conceitos de responsabilidade que sejam compatíveis com essa nova realidade a qual não encontra respaldo, nos conceitos clássicos. Um exemplo disso é o termo “responsabilidade” que não se enquadra atualmente no conceito clássico, e que, para ser imputada é necessário que se demonstre a culpa (SOUZA 2002).

As afirmações desse autor são particularmente interessantes e pertinentes, pois, de fato, não é possível pensar numa nova ótica de desenvolvimento mundial, os recursos naturais disponíveis sejam utilizados de forma racional e responsável, sem que compromissos individuais sejam firmados, no sentido de garantir o equilíbrio desse ecossistema maior do qual o homem é apenas mais um elemento, porém com um papel fundamental: administrá-lo. O Direito, a Economia e as Ciências Naturais serão ferramentas fundamentais nesse processo, desde que atuem conjuntamente e de forma integrada para a construção desse novo modelo de sociedade.

A qualidade de vida está no centro dos objetivos da Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, celebrada no Rio de Janeiro em 1992, como afirma LEFF (2001), a partir do momento em que coloca como fim último o desenvolvimento sustentável, o pleno desenvolvimento das capacidades afetivas e intelectuais de todo ser humano. Segundo esse autor, o conceito de qualidade de vida engloba necessidades de caráter mais amplo, do ponto de vista qualitativo, além das básicas de qualquer ser humano.

Porém, ele ressalta que para o Terceiro Mundo, a qualidade de vida adquire sentido próprio a partir das condições de desenvolvimento de diferentes culturas que estabelecem seus estilos de vida, regras de consumo, desejos, etc. O autor afirma que, não é possível generalizar as necessidades sociais, nem mesmo por estratos ou grupos sociais. Cada indivíduo tem desejos e aspirações que vão além das necessidades básicas, dentro de um processo no qual diversas circunstâncias incidem sobre esse indivíduo, não se conjugando da mesma forma e no mesmo tempo e no mesmo tempo entre si, na satisfação e fruição do mesmo.

Analisando a definição de qualidade de vida, da OMS (Organização Mundial da Saúde) de 1996, segundo a qual, cada indivíduo tem sua própria percepção em relação à sua posição dentro de um sistema de valores e de cultura em que vive, bem como de suas metas, expectativas, padrões e preocupações, PELICIONI MCF (1998), identifica nesta definição, uma avaliação subjetiva, com aspectos positivos e negativos, cuja base está no contexto social, cultural e ambiental. Também considera que os domínios da saúde e da qualidade de vida são complementares e se sobrepõem, de maneira que o indivíduo vai identificar como qualidade de vida, a satisfação de suas necessidades, em relação ao *status* físico de saúde, ou às condições sociais ou econômicas.

A autora analisa o conceito de qualidade de vida segundo diferentes autores, como COIMBRA (1985, p.23), para quem, “qualidade de vida é a expressão que define o grau de satisfação atingido pelos indivíduos ou população, quanto às suas necessidades biológicas, psíquicas e sociais inerentes e/ou adquiridas”; ou como HÖRNQUIST (1990, p.23), como sendo o grau de satisfação de necessidades físicas, psicológicas, sociais, sejam elas concretas (como alimentação e moradia) ou não (como a auto-estima e a auto-realização); FORATTINI (1991, p.23) por sua vez, considera como a satisfação em viver, onde uma experiência pessoal de busca de melhores condições de vida, pode definir a presença ou a ausência desta satisfação.

HÖRNQUIST 1990, citado por PELICIONI MCF (1998, p.23), observa ainda, que são determinantes da qualidade de vida:

- Os fatores orgânicos ou biológicos, referentes à saúde ou à doença; os psicológicos, como a percepção e o bem-estar; a identidade, a auto-estima, o estado emocional e a afetividade, o aprendizado e a criatividade, o conhecimento e a habilidade; os sociais, como o relacionamento em geral, a vida familiar, a vida sexual, a privacidade; os comportamentais, como a autodeterminação, a mobilidade, a vida profissional, os hábitos, etc; os materiais, como a economia privada, a posição social, e a concepção sócio-política, entre outras.

A qualidade de vida coletiva deve ser entendida como resultante de condições sócio-ambientais e estruturais que se desenvolvam na sociedade (HÖRNQUIST 1990, citado por PELICIONI MCF 1998, p.24).

A referida autora conclui que o conceito de qualidade de vida transcende o conceito de padrão ou nível de vida, como também avalia GADOTTI (2000), para o qual, existe uma clara distinção entre esses conceitos, já que, “qualidade de vida” refere-se ao atendimento do conjunto de necessidades humanas, que incluem a saúde, a habitação, alimentação, trabalho, educação, cultura e lazer e que, portanto, tem um sentido muito mais amplo, já que os outros dois termos (padrão ou nível de vida) se referem apenas à satisfação de algumas dessas necessidades, sobretudo a econômica.

É possível concluir, a partir dessas definições apresentadas, que a qualidade de vida não pressupõe apenas o atendimento de uma ou mais necessidades consideradas “básicas” para qualquer indivíduo, pois depende de uma série de fatores como a cultura e os estilos de vida adotados por cada um, incluindo-se, igualmente, os desejos individuais que motivam a busca da mesma.

3.1. O desenvolvimento sustentável e suas implicações

O conceito de desenvolvimento sustentável foi criado em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento e publicado no Relatório “Nosso Futuro Comum”, também conhecido como “Relatório Brundtland” (CASCINO 1998). Segundo este relatório, o crescimento econômico e social a nível global, deve ser promovido, porém sem comprometer o equilíbrio natural, intervindo principalmente nos mecanismos de produção e de consumo nocivos à sua viabilização e dando prioridade máxima às necessidades básicas dos mais pobres no mundo. Deve-se, portanto, procurar eliminar a pobreza e a ignorância, cúmplices no processo de destruição do meio ambiente (SVMA 1998).

Para concretizar esse projeto mundial, a Conferência Internacional da ONU, Rio-92, deu uma importante contribuição: a Agenda 21 Global, documento aprovado por 170 países, que se comprometeram a buscar o desenvolvimento sustentável no século XXI, estabelecendo para isso, um plano de ações concretas para melhorar a qualidade de vida e do meio ambiente, dando uma ênfase especial à participação do poder local, no planejamento, fiscalização e implementação de mudanças necessárias para atingir esses objetivos, gradativamente em escala global.

VIOLA E LEIS (1992), afirmam que é possível harmonizar o desenvolvimento econômico com a proteção ambiental, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, ainda que exista uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis a serem analisadas e ao tipo mecanismos alocativos e implementativos, bem como o papel individual dos atores que poderiam levar ao desenvolvimento sustentável.

DONAIRE (1995), explica que o termo “desenvolvimento sustentável”, disseminado pelo “Relatório Brundtland”, agrega em sua definição, três pontos fundamentais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo a um espírito de responsabilidade comum como processo de mudança, no qual a exploração de recursos materiais, os investimentos financeiros e as rotas do desenvolvimento tecnológico deverão adquirir sentido harmonioso. Desta forma, o desenvolvimento da tecnologia deve ser orientado para metas de equilíbrio com a natureza e de incremento da capacidade de inovação dos países em desenvolvimento e o progresso seria entendido como fruto de maior riqueza, maior benefício social e equitativo e equilíbrio ecológico.

Devido à grande aceitação deste Relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável alcançou um reconhecimento que o conceito de ecodesenvolvimento jamais conseguiu, mas por outro lado, acabou impingindo a ele, um caráter polissêmico por atrair diferentes representantes da sociedade, como políticos, acadêmicos, economistas, organizações não-governamentais, entre outros (VIOLA e LEIS 1992). Os autores indicam ainda que, de acordo com as revisões de literatura elaboradas a respeito do conceito de desenvolvimento sustentável, a amplitude de seu significado acaba por fortalecê-lo politicamente, por vezes em detrimento de seus conteúdos científicos.

Para PELICIONI MCF (1998), o conceito de desenvolvimento sustentável vem sendo discutido e aplicado a partir de diferentes enfoques, servindo inclusive, para cimentar desigualdades sociais e econômicas vigentes no mundo. Esse velho modelo de desenvolvimento sobre o qual se ergueram as nações mais ricas, em detrimento das mais pobres, sofreu uma mudança de olhar, a partir da década de 70: não havia mais lugar para aquela receita desenvolvimentista que prescrevia o consumo desenfreado e exportação maciça das matérias-primas locais para alimentar esse consumismo sem limites, a degradação ambiental e um crescimento econômico exponencial e ilimitado a ser promovido pelo progresso que, acreditava-se, seria gerado pela Ciência e Tecnologia. Como afirma MORIN (1993), esse modelo de desenvolvimento passou por uma crise mundial e (...) “o problema de desenvolvimento está diretamente ligado ao problema cultural/civilizacional e ao problema ecológico (p.58).

Portanto, esse novo estilo de desenvolvimento que surgia, propunha que a qualidade de vida fosse o objetivo fundamental a ser atingido (DIEGUES 1992).

BARONI, 1992 citado por PELICIONI MCF (1998, p.26), realizou estudos sobre o significado do termo “desenvolvimento sustentável” segundo diferentes autores e concluiu que, embora o termo venha sendo usado apenas “nos planos dos discursos, onde as ambigüidades são muitas e não se pode explicitar a realidade atual dos conflitos sociais e econômicos pelo uso dos recursos naturais”, não há um consenso a respeito entre os diferentes atores sociais e diferentes países, pois estes não têm os mesmos interesses e tampouco o mesmo conceito sobre o que significa desenvolvimento sustentável. Segundo ele, há sim, “um consenso social, mas, sobre o que o que vem se tornando insustentável”.

DIEGUES (1992), afirma que, existe uma contradição no conceito de Desenvolvimento Sustentável, dada à incompatibilidade existente entre os princípios de sustentabilidade humana e ambiental, levando-se em consideração também, os diversos interesses políticos, econômicos, sociais e culturais envolvidos na manutenção do estado atual das sociedades e o desenvolvimento enquanto transformação sócio-econômica e cultural. Segundo este autor, o que impede a concretização do desenvolvimento sustentável, são os interesses geopolíticos-econômicos dos países mais desenvolvidos que não permitem o acesso dos países pobres às novas tecnologias, o estabelecimento de relações desiguais de comércio, o domínio dos interesses de produção e financeiros multinacionais e as próprias contradições internas dos países em desenvolvimento.

Para ele, deve-se levar em conta que as diversas comunidades, sociedades e civilizações que foram formadas por bases históricas e culturais específicas, também desenvolveram formas particulares de produção, ainda que se leve em consideração a questão da globalização econômica e cultural, da informática e da comunicação hoje existentes. Também afirma que, não obstante as políticas sócio-econômicas planejadoras e a imposição de uma cultura de massa que incentiva o consumismo, homogeneizando social e culturalmente os povos, não é suficiente para suprimir deste novo paradigma “Sociedades Sustentáveis”, o reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre esses povos.

VIOLA E LEIS (1992), acreditam que o principal dilema atual do desenvolvimento sustentável está entre a escolha de se tornar a alternativa realista ao modelo dominante, através da ampliação e consolidação de suas bases político-sociais ou o fortalecimento de suas bases científicas para direcionar suas políticas, para que também sejam realistas, ainda que isto possa gerar antagonismos com os pressupostos ideológicos presentes em sua base político-social. Entretanto, para os autores, a resolução do dilema se dará na medida em que houver uma adequação mútua entre os fins e os meios.

O que se observa, entretanto, é que há ainda, uma longa distância entre o que se entende como desenvolvimento sustentável nos meios científicos e nos grupos ambientalistas espalhados pelo mundo e o que se propõe de fato, através de políticas públicas adotadas pelos diversos países. Espera-se que seja possível num futuro breve, conciliar não apenas os discursos, mas sobretudo as práticas, de tal forma que o conceito de “desenvolvimento sustentável” possa ser entendido simplesmente como um desenvolvimento que promova o atendimento das necessidades humanas ao longo do tempo, sem que isso signifique o desperdício e a delapidação total dos recursos naturais ainda disponíveis.

3.2. Desenvolvimento com qualidade de vida

Existe uma necessidade urgente de se buscar respostas para as questões que surgem frente aos modelos de desenvolvimento adotados no mundo e que se contrapõem à capacidade dos recursos naturais remanescentes do planeta, de suprir suas demandas além de terem-se mostrado incapazes de assegurar a tão almejada qualidade de vida para a grande massa de seres humanos que hoje ocupa a Terra.

Para COIMBRA (2002, p.51) o conceito de “desenvolvimento” pode ser compatível com qualidade de vida:

Desenvolvimento é um processo contínuo e progressivo, gerado na comunidade e por ela assumido, que leva as populações a um crescimento global e harmonizado de todos os setores da sociedade, através do aproveitamento dos seus diferentes valores e potencialidades, de modo a produzir e distribuir os bens e serviços necessários à satisfação das necessidades individuais e coletivas do ser humano por meio de um aprimoramento técnico e cultural, e com o menor impacto ambiental possível.

Segundo esse autor, desenvolvimento econômico e preservação ambiental não são incompatíveis, a menos que o desenvolvimento econômico signifique o crescimento econômico, tendo como fim último ele próprio.

Como analisa BOFF (1999, p.12), “o tipo de sociedade do conhecimento e da comunicação que temos desenvolvido nas últimas décadas, ameaça a essência humana”. Nesta sociedade, não há lugar para aquilo que representa as pessoas concretamente, como “a feição de seus rostos, o desenho de suas mãos, a irradiação de sua presença, suas biografias marcadas por buscas, lutas, perplexidade, fracassos e conquistas”. Segundo ele, o cuidado, a sensibilidade e o enternecimento, apesar de serem essenciais para dar sentido à vida, são vistos como obstáculos ao conhecimento objetivo e nem mesmo os avanços tecnológicos nos setores da produção de bens e serviços foram capazes de acabar com a miséria e a exclusão, na qual estão mergulhados quase dois terços da humanidade e que perecerão precocemente.

Está em questão a nossa capacidade de construir sociedades, onde a conquista de qualidade de vida não justifique a degradação ambiental, pois a saúde, o meio ambiente e o desenvolvimento não podem ser tratados separadamente na formulação de políticas públicas que visem garantir a referida qualidade de vida, como afirma PELICIONI (1999) e PHILIPPI JR & PELICIONI (1999).

Também importa discutir o papel individual dos cidadãos do mundo na construção dessas sociedades, que devem, portanto, garantir uma vida melhor para a geração da qual fazem parte, mas também às futuras que virão, como analisa BRAUN (2001, p.10 e 11):

O estágio de Desenvolvimento Sustentável de uma comunidade moderna relaciona-se diretamente ao quanto cada indivíduo desta comunidade esteja disposto a cooperar com este processo de desenvolvimento; ou seja, “o quanto as pessoas estão satisfeitas em participar ativamente e o quanto elas se sentem realizadas em colaborar com esse novo processo de desenvolvimento”. Isto porque o Desenvolvimento Sustentável constitui um processo dinâmico coletivo onde todos devem participar, e não somente algumas instituições do governo ou do setor empresarial, através de esquemas muito elaborados de marketing ambiental, para criar uma imagem positiva de fachada, mas vazia de conteúdo.

DIEGUES (1992), ao fazer uma análise sobre o entendimento comum das três formas de desenvolvimento: social, econômico e cultural, mostra que os hábitos consumistas, gerados e alimentados pelo contra-senso de que as sociedades seriam mais prósperas, felizes e poderosas, quanto mais acumulassem bens, levou a idealizar a natureza como fonte inesgotável de matéria-prima, incapaz de mudar e não como um sistema vivo com processos e funções próprias.

Segundo esse autor, essa idéia persistiu, pelo menos, até meados de 1960, quando o progresso impulsionado pela industrialização, ainda que gerando um ônus extremamente pesado para a natureza, era visto como a única forma de se garantir uma vida melhor para todos. No entanto, os problemas causados pelos processos industriais de produção de massa (como a poluição e seus efeitos nefastos sobre os seres vivos incluindo o Homem e o meio ambiente) e o uso indiscriminado dos recursos naturais também ampliaram as distâncias entre as classes sociais e a posição econômica e social dos países do Cone Norte e Sul, provocando a marginalização de muitas populações e gerando conflitos sociais intensos, principalmente nos países menos desenvolvidos.

Tudo isso reflete a necessidade premente de mudanças no rumo das ações sobre o patrimônio natural que ainda resta, bem como nas relações estabelecidas entre as nações, que deverão respeitar as especificidades de cada povo, em suas necessidades e valores culturais e que por isso mesmo, exigem como lembra MUCCI (2000), uma reflexão interdisciplinar, pois há muito tempo deixaram de ser preocupação exclusiva das Ciências Biológicas passando a ser incorporadas pela Antropologia, Economia, Sociologia entre outras.

Para CALDWELL 1993, citado por LEIS (1998, p.16), “a desordem global da biosfera põe em evidência “o pecado original” da civilização. A humanidade vive em duas realidades: uma mais permanente, a do planeta Terra, e a outra mais transitória, a do mundo”. A Terra configura-se como um conjunto de sistemas interativos e equilibrados, formados por componentes bióticos e abióticos, enquanto que o mundo apresenta-se como um segundo plano e é fruto da ocupação da Terra pela espécie humana, com alto grau de instabilidade devido aos complicadores que permeiam as relações humanas entre si e com a natureza.

BRAUN (2001), afirma que ao contrário do que Darwin postulou em sua teoria, o ser humano não pode ser considerado apenas como um animal competitivo e que, portanto, a competição social é um processo natural de seleção, pois ele deixou de considerar nessa teoria, o fato de que somente o ser humano pode desenvolver sua “inteligência espiritual”, o que lhe permite avançar além da competição e seleção, responsável pelo desequilíbrio social e econômico que existe atualmente.

De acordo com LEIS (1998), a crise ecológica global vivida hoje, surgiu a partir da dicotomia Terra-mundo, acentuada com a modernidade. Entretanto esse antagonismo é inevitável, pois é próprio da estrutura sobre a qual se move a civilização humana. Assim, segundo ele, a Ecologia, o ambientalismo e o *ethos* ecológico, requerem mudanças urgentes e radicais. Também o atual paradigma de convivência além desses fatores, deve assegurar relações onde haja mais solidariedade e cooperação entre todos: culturas, nações, indivíduos e espécies. BOFF (1999, p.19) concorda, acrescentando que (...) “há um

descuido e um abandono crescente da sociabilidade nas cidades”, onde as pessoas são colocadas às margens socialmente e perderam suas referências culturais.

Também VIANA e HOEFFEL (1998), identificam duas correntes que visam encontrar formas de promover o desenvolvimento econômico sem, contudo, degradar o meio ambiente:

(...) uma que enfatiza a necessidade de proteção da natureza dentro da estrutura econômica e política da sociedade atual, denominada “conservacionista”, outra que questiona o sistema social dominante, colocando como necessário, para superar a crise ambiental, a mudança do padrão societário hegemônico no panorama internacional propondo a construção de novas formas de organização social de caráter mais igualitário. Agrupando correntes de pensamento dos mais diferentes matizes, essa vertente, denominada “ecologismo” (Lago e Pádua, 1984), vem ampliando sua influência no mundo todo, tendo como denominador a crítica da sociedade industrial e a busca de novas formas de organização social, econômica, política, tecnológica e cultural, com o objetivo de criar um novo homem em harmonia com a natureza. Ambas concordam que o sistema econômico vigente exerce uma pressão destrutiva no conjunto dos recursos naturais do planeta (p.76 e 77).

4. Mecanismos para uma gestão ambientalmente adequada

PHILIPPI JR & BRUNA (2002, p.35), consideram “gestão ambiental”, como o “ato de gerir o ambiente, isto é, o ato de administrar, dirigir ou reger as partes construtivas do meio ambiente”. Em sua análise, esses autores atribuem a esse termo a procura do equilíbrio entre o homem e o seu ambiente natural ou construído, onde a expressão “desenvolvimento sustentável” é a manifestação desse equilíbrio.

Para COIMBRA (2002, p.466), *gestão ambiental é um processo de administração participativo, integrado e contínuo, que visa a compatibilização das atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental, através da ação conjugada do Poder Público e da sociedade organizada em seus vários segmentos, mediante priorização das necessidades sociais e do mundo natural, com alocação dos respectivos recursos e mecanismos de avaliação e transparência.*

O conceito de “gestão ambiental”, segundo a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938 de 31 de Agosto de 1981), pode ser expresso pela administração exercida pelo governo, do uso dos recursos naturais, quer seja através de ações ou medidas econômicas,

investimentos e providências institucionais e jurídicas, a fim de preservar ou recuperar a qualidade ambiental, garantindo a produtividade dos recursos e o desenvolvimento social.

MAGLIO (2000, p.1) lembra que, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), criado pela referida Lei, “foi concebido como um modelo de gestão ambiental, para harmonizar e articular as ações e políticas governamentais na área ambiental e para implementar a descentralização em todos os níveis de governo”.

Como afirmam PHILIPPI JR ...et al (1996), entretanto, essa descentralização só pode ser vista nos dias de hoje, no nível estadual, pois os municípios ainda avançam timidamente dentro dessa proposta, provavelmente devido ao conservadorismo dos órgãos ambientais estaduais e federais que ainda não incorporaram novos conceitos de gestão ambiental onde os critérios de sustentabilidade ambiental do desenvolvimento, exigem o envolvimento de setores públicos e privados, além das Organizações não Governamentais, na gestão ambiental. É necessário ainda, que o poder local na gestão ambiental seja valorizado, levando-se em conta que é preciso pensar globalmente e agir localmente.

MAGLIO (2000), avalia que o conceito de “gestão ambiental” vem sofrendo transformações no sentido de envolver o maior número de agentes responsáveis por essa gestão, cada qual em seu respectivo papel, porém com igual responsabilidade na administração da política ambiental. Desta forma, não apenas o Governo, mas toda a sociedade deve assumir uma postura pró-ativa em relação às questões que envolvam a preservação ambiental e a administração dos recursos naturais.

Segundo COIMBRA (2002), as experiências de gestão ambiental integrada foram evoluindo gradualmente. Entretanto, dificuldades como: falta de recursos humanos e financeiros, os processos educativos que demandam muito tempo para apresentarem resultados, além de outras limitações, são fatores de imobilização de pessoas que se sentem motivadas a atuarem nas políticas ambientais.

VEDOVELLO (2001) observa que, cada sociedade pode adotar um modelo de desenvolvimento sustentável que pode ser entendido de forma geral como “gestão ambiental” e este modelo é definido a partir da percepção ambiental de cada indivíduo, grupo e sociedade, cada qual com seus respectivos poderes de influência. De qualquer forma, seja qual for a escolha do modelo de desenvolvimento sustentável a ser seguido, é imprescindível para a determinação e implementação de mecanismos e instrumentos de gestão ambiental, que se façam estudos e levantamentos ambientais, a fim de analisar e avaliar os meios físicos e bióticos, além das características sócio-econômicas e culturais da região a ser estudada (...)

O autor em referência apresenta de forma simplificada os instrumentos básicos da gestão ambiental:

- A política ambiental - onde são definidos os princípios e as diretrizes para o desenvolvimento de um território;
- O planejamento ambiental – onde são definidas e organizadas metas e etapas para a implementação da política ambiental;
- O gerenciamento ambiental – onde o planejamento ambiental é executado através de ações específicas.

É a partir dos instrumentos básicos que são definidos os instrumentos específicos, entre eles o zoneamento ecológico-econômico, planos diretores, planos de manejo e sistemas de avaliação de impactos ambientais. Todos estes podem ser utilizados na gestão de territórios e na gestão de atividades sócio-econômicas e de empreendimentos (...).

Embora o autor não tenha citado, é importante lembrar que a educação ambiental é um instrumento fundamental de gestão e que será posteriormente abordado no decorrer deste trabalho. Continuando a exposição, diferentes autores apresentam outros instrumentos relevantes, como os instrumentos legais:

Com relação a eles, PHILIPPI JR ...et al (1996), chamam a atenção para o fato de que a preocupação com a gestão ambiental, encontra-se consolidada na Constituição Federal Brasileira de 05/10/88, que enfatiza o papel dos Municípios numa perspectiva descentralizadora da gestão.

DALLARI (2002), observa que no artigo 23 da Constituição, Municípios, Estados e Distrito Federal têm responsabilidades comuns, inclusive em relação ao saneamento básico. Já o artigo 30, dispõe sobre a competência do Município de legislar sobre tudo que diz respeito ao interesse local, lembrando que a proteção do meio ambiente é de interesse local. Portanto, mediante um planejamento, controle do uso e ocupação do solo, bem como do seu parcelamento, é possível promover o ordenamento territorial e proteger o meio ambiente e a qualidade de vida da população.

PHILIPPI JR ...et al (1996), relembra que antes da referida Constituição, a Lei 6.938/81 que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, criou, além do SISNAMA, o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. Já do ponto de vista estadual, São Paulo conta com a nova Constituição de 05/10/89 que também engloba as questões ambientais, até então enfrentadas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SMA), criada em 1986.

Esta Secretaria conta com seu órgão colegiado, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA), criado em 1983 e com caráter consultivo e deliberativo. Além disso, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (CETESB), a partir de 1975, passou a ser responsável pelo controle ambiental em relação à qualidade do ar, do solo e da água.

No nível local, a responsabilidade passou a ser da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente (SVMA), criada pela Lei 11.426 de 23 de Outubro de 1993, hoje denominada Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA) incluindo entre suas ações, áreas intersetoriais como: Educação Ambiental, Planejamento, Habitação, Uso do Solo, Transportes, Sistema Viário, Saúde, entre outros, sendo, portanto responsável pela “melhoria e preservação do meio ambiente natural remanescente da Cidade, pelo controle da qualidade ambiental e pela implementação e conservação de áreas verdes” (p.29).

Para tanto, o autor esclarece que a SMMA possui a seguinte estrutura administrativa:

- Gabinete do Secretário
- Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES)
- Departamento de Parques e Áreas Verdes (DEPAVE)
- Departamento de Educação Ambiental (DEAPLA)

- Departamento de Controle da Qualidade Ambiental (DECONT)

Funções como: criar e manter parques e áreas verdes, arborização da cidade, desenvolvimento de políticas públicas voltadas para as questões ambientais, planejamento urbano e rural e desenvolvimento de programas de Educação Ambiental ficam, portanto, a cargo dos Departamentos Técnicos dessa Secretaria.

Destaca-se aqui o papel do CADES, como órgão colegiado consultivo e deliberativo, que em conjunto com a sociedade tem a função de levantar os problemas e buscar soluções, contando com a participação das 3 esferas de governo, da sociedade civil, das ONG's ambientalistas, do movimento sindical, setores comerciais, industriais, Universidades e entidades profissionais.

FRANCO (1999), observa que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 182, regulamentado pelo Estatuto da Cidade, que foi criado pela Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, exige que toda cidade com mais de 20.000 habitantes tenha seu Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal e que seja este seu instrumento de política de desenvolvimento e de expansão urbana (artigo 40 do Capítulo III do Estatuto da Cidade).

Deve haver uma coerência e harmonia entre o plano de gestão ambiental e o plano diretor para que sejam levadas em conta as variáveis ambientais dentro da área urbana, como: questões de assentamento populacional e áreas de risco, vocações para desenvolvimento de atividades e de empreendimentos, entre outras. A população deve ser informada e participar desse processo de aprovação através de seus foros apropriados, agindo como fiscalizadores das condutas dos empreendedores e zelando para que não ocorram assentamentos em locais inadequados.

Portanto, a elaboração do Plano Diretor ou da Agenda 21 local (utilizada em muitas cidades brasileiras como opção a ele ou como uma possibilidade de iniciar o Plano Diretor, ou ainda revisá-lo), é de fundamental importância para evitar as dificuldades que as cidades sem planejamento vêm enfrentando.

FRANCO (1999), considera que os conflitos gerados, quer nas regiões de baixa densidade populacional, quer nas megalópoles, onde a capacidade de expansão é muito grande, vão nos levar, “cada vez mais, à necessidade de pensar, conceber e operar sistemas de gestão ambiental dos espaços urbanos”(p.20), de tal forma que atingir uma melhor qualidade de vida, ou pelo menos, mantê-la a níveis aceitáveis, seja um direito de todos os cidadãos.

Para ele, “esta é a gestão ambiental municipal adequada para cada tipo de cidade”, onde a população tem garantido seu bem-estar e a sociedade não comprometerá opções futuras de desenvolvimento. O autor observa que, apesar de bons exemplos de gestão ambiental em alguns municípios brasileiros, ainda existem muitos outros que não despertaram para o problema ou esperam por subsídios que lhes permitam enfrentar esses problemas de forma segura e eficaz, evitando que se instalem “patologias e disfunções urbanas que se tornarão cada dia mais difíceis de serem corrigidas, exigindo custos também cada vez maiores” (p.20). COIMBRA (2002), reafirma essa idéia, ressaltando que faltam idéias mais claras e experiências bem fundamentadas, porém isso faz parte do nosso desenvolvimento ambiental.

BRUNA (2002) salienta que poucos municípios têm seu Plano Diretor atualizado e que este não têm servido à sua função de disciplinar o uso e ocupação do solo, cumprindo, ao mesmo tempo, o papel de controlar e proteger o meio ambiente. Falta ao poder público, capacidade para controlar o uso e a ocupação do solo, resolver as irregularidades e garantir a proteção ambiental, sendo, portanto necessário re-qualificar o planejamento urbano de forma inovadora para que se atinja a qualidade das cidades. Ela critica a prática de anistiar as ocupações clandestinas, que só contribui para “deseducação” ecológica ou ambiental das pessoas, entendendo aqui, como “anistiar”, a regularização desses imóveis junto à Prefeitura.

Segundo a autora, apesar de existir a consciência da necessidade de proteção ambiental urbana, ela não tem sido concretizada de fato, muito embora o país conte com uma imensa gama de instrumentos legais, sobretudo no âmbito federal e estadual. Não escapam à falta de monitoramento do uso e ocupação do solo, **nem mesmo as áreas que são, reconhecidamente, de proteção ambiental** (o destaque é nosso), e mesmo que isso fosse feito, a lentidão e ineficiência da Justiça, só contribuiria para o aumento da degradação ambiental. Somando-se a isso, há a falta de políticas públicas de incentivo à sustentabilidade e qualidade ambiental urbana e a corrida interna pelo desenvolvimento econômico a qualquer preço, instalando-se um quadro de competitividade pelas indústrias e pelo setor terciário de grande porte, onde pouco importam os impactos ambientais que serão gerados.

4.1. Iniciativas da Cidade de São Paulo

- Em Dezembro de 2001, ocorreu na Cidade de São Paulo, a Cúpula das Grandes Cidades da América Latina sobre Desenvolvimento Sustentável, onde essa ênfase na participação dos governos locais para a implantação da Agenda 21, com o combate à pobreza, às desigualdades sociais e à luta pela preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, assumiu grande importância nas discussões e propostas levantadas pelos participantes.

Em Junho de 2002, dando continuidade aos trabalhos e discussões articulados pela Unidade Temática de Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, um novo encontro entre as Cidades do Mercosul foi desencadeado com a realização da URBIS – Feira e Congresso Internacional de Políticas e Práticas Inovadoras de Gestão de Cidades, de onde saíram propostas para serem apresentadas à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – Rio + 10, em Joahnnesburgo, Capital da África do Sul, de 26 de Agosto a 04 de Setembro de 2002. (SMMA 2002a)

- Tomando-se como referência a Política Ambiental do Município de São Paulo (SMMA 2002b), observa-se que existiu uma preocupação com o controle ambiental e a sustentabilidade, expressa em seus objetivos, que ressaltaram também a necessidade de criação de mais áreas verdes e recuperação daquelas que se encontram em estado de degradação.

Com relação às políticas públicas para o desenvolvimento urbano, o documento contemplou como ação estratégica, a preocupação com a manutenção dos critérios ambientais no Plano Diretor da Cidade e Regionais, buscando solucionar os problemas locais.

Nesse documento, registrou-se ainda, a importância da participação popular na construção do meio ambiente adequado que se deseja alcançar, onde o desenvolvimento urbano, não deve ser antagônico à qualidade ambiental.

- O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, instituído pela Lei nº 13.430, de 13 de Setembro de 2002 (SÃO PAULO 2002b), apesar das controvérsias geradas durante o processo de sua elaboração por parte de urbanistas, políticos e representantes de grupos da sociedade que apontavam falhas em alguns de seus capítulos, pode ser considerado um grande avanço da atual Administração, já que pela primeira vez, a Cidade de São Paulo vai poder contar com um instrumento valioso de planejamento urbano para os próximos dez anos que foi construído com a participação popular, conforme estabelece seu Artigo 7, inciso XII: princípios do Plano Diretor: “participação da população nos processos de decisão, planejamento e gestão”.

O Plano Diretor incorpora o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257, de 10 de Julho de 2001), que também é parte integrante do processo de planejamento municipal. O referido plano define, através de seu Artigo 3, incisos I,II,III,IV e V, respectivamente: “a política de desenvolvimento urbano do Município; a função social da propriedade urbana; as políticas públicas do Município; o plano urbanístico-ambiental e a gestão democrática”.

É importante ressaltar também, o Artigo 6, que estabelece os “Planos Regionais, a Lei de Uso e Ocupação do Solo, o Plano de Circulação e Transporte e o Plano de Habitação” que são complementares ao Plano Diretor e deverão ser encaminhados ao Legislativo Municipal até 30 de Abril de 2003.

Com relação aos pontos que se referem diretamente às questões ambientais, destacam-se os incisos abaixo relacionados, do Artigo 7:

III – direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte, aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer;

IX – preservação e recuperação do ambiente natural.

A partir dos referidos princípios, foram traçados os objetivos a seguir explicitados, referentes ao Artigo 8:

II – elevar a qualidade de vida da população(...)

III – promover o desenvolvimento sustentável, a justa distribuição de riquezas e a equidade social no Município;

IV – elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;

V – Garantir a todos os habitantes da Cidade acesso a condições seguras de qualidade do ar, da água e de alimentos, química e bacteriologicamente seguros, de circulação e habitação em áreas livres de resíduos, de poluição visual e sonora, de uso de espaços abertos e verdes;

VI – Garantir a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes das obras e serviços de infra-estrutura urbana;

VIII – promover e tornar mais eficientes, em termos sociais, ambientais, urbanísticos e econômicos, os investimentos dos setores público e privado;

XIV – descentralizar a gestão e o planejamento públicos, conforme o previsto na Lei Orgânica, mediante a criação das Subprefeituras e instancias de participação local e elaboração de Planos Regionais e Planos de Bairro;

Ainda no Capítulo III, Seção I (da Política Ambiental), cabe destacar o artigo 54: “A Política Ambiental do Município se articula às diversas políticas públicas de gestão e proteção ambiental, de áreas verdes, de recursos hídricos, de saneamento básico, de drenagem urbana e de coleta e destinação de resíduos sólidos” e o artigo 55, que trata dos objetivos da reforma política nos incisos especificados abaixo:

II – proteger e recuperar o meio ambiente e a paisagem urbana;

V – ampliar as áreas integrantes do Sistema de Áreas Verdes do Município;

VI – Incentivar a adoção de hábitos, costumes, posturas, práticas sociais e econômicas que visem a proteção e restauração do meio ambiente;

VIII – preservar os ecossistemas naturais e as paisagens notáveis.

Também na Subseção I (das áreas verdes), observa-se que no Artigo 60, que trata das ações estratégicas para as áreas verdes, no inciso IX, consta que o Município deve elaborar um mapa de áreas verdes identificando aquelas que pertencem ao Sistema de Áreas Verdes dentro dos Distritos.

No Capítulo II - Do Uso e Ocupação do Solo, Seção II – Do Macrozoneamento, Subseção I – das Macrozonas, estabelece a divisão do território do Município em 2 macrozonas complementares: Macrozona de Proteção Ambiental e a Macrozona de Estruturação e Qualificação Urbana. A Macrozona de Proteção Ambiental, por sua vez, como consta na Subseção II, Artigo 150, fica subdividida em 3 Macroáreas : a de Proteção Integral, a de Uso Sustentável e a de Conservação e Recuperação. Conforme o Artigo 152, parágrafo único, na Macroárea de Uso Sustentável, onde se incluem as **Áreas de Proteção Ambiental**, de especial interesse para este trabalho, os principais instrumentos a serem utilizados serão:

I – Zoneamento Ambiental

II – ZEPAG e ZEPAM

III – Transferência do Direito de Construir

IV – Termo de Compromisso Ambiental

V – Outros instrumentos previstos na legislação ambiental e na Lei Federal nº 10.257/02 – Estatuto da Cidade, quando foi necessário para atingir os objetivos propostos no “caput” deste artigo.

Denominam-se ZEPAG, as Zonas Especiais de Produção Agrícola e de Extração Mineral, e de ZEPAM, as Zonas Especiais de Proteção Ambiental. Classificam-se como ZEPAM, as áreas que se destinam a “proteger remanescentes de vegetação significativa e paisagens naturais notáveis, áreas de reflorestamento e áreas de alto risco onde qualquer intervenção será analisada especificamente (....)” Trata-se, portanto, de casos como as **Áreas de Proteção Ambiental**.

Finalmente, levando-se em conta a importância de se buscar a resolução dos problemas locais, os Planos Regionais, de que trata o Capítulo III, Seção II, Artigo 273, serão elaborados pelas Subprefeituras, supervisionados pela Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA) e da Secretaria das Subprefeituras, que darão a assessoria e informações necessárias para as mesmas. O Artigo 275 estabelece que “as questões específicas de cada região ou bairro, deverão estar contempladas nos Planos Regionais e serão aprovados em leis, complementando o Plano Diretor Estratégico”.

4.2. Educação Ambiental como instrumento de gestão

PHILIPPI JR & MARCOVITCH (1999), ao discutirem sobre os mecanismos institucionais para o desenvolvimento sustentável, reconhecem dois tipos de instrumentos de intervenção: os de curto prazo e os de longo prazo:

- Curto prazo: a legislação de obrigações ambientais, as restrições legais de uso do solo e a fiscalização ambiental.
- Longo prazo: mecanismos e incentivos econômicos, a educação ambiental e a melhoria do processo decisório.

A educação ambiental, instrumento de intervenção de longo prazo, revela sua importância diante da necessidade de mudar o comportamento do indivíduo em relação à natureza e a partir do momento em que as ações desse indivíduo, passarem de agressivas para ações de integração com o meio ambiente, pode-se considerar que um passo importante foi efetivamente dado rumo ao desenvolvimento sustentável.

Como lembra PEREIRA F^o (1999), se o município não quiser atuar em defesa do meio ambiente, ele certamente vai eleger políticos que não estão comprometidos com essas questões, pois para que o município queira, é preciso que a população queira. Embora existam os Conselhos Municipais que permitem a participação da sociedade na gestão ambiental, deve-se considerar que “ainda existe um vazio institucional, porque há uma distância muito grande entre o que um Conselho deve deliberar e os segmentos que esse Conselho representa e seus respectivos interesses” (p.99).

Assim, segundo o autor, a população deve reconhecer a importância do meio ambiente, para que o município queira atuar na proteção ambiental de forma institucionalizada. A partir daí, a educação ambiental via ganhar uma importância muito grande. Essa educação ambiental não se refere, entretanto, àquela que atua de forma isolada nas campanhas ou eventos comemorativos alusivos ao meio ambiente, como o Dia do Meio Ambiente, por

exemplo, mas (...) “uma educação ambiental que leve o cidadão a compreender a relação causa/efeito de cada problema da cidade em que vive” (p.100).

JACOBI (1998), afirma que, diante dos problemas ambientais que se avolumam no contexto urbano brasileiro, a possibilidade de um acesso maior às informações, pode levar a mudanças comportamentais favoráveis à defesa de interesses coletivos, como a qualidade ambiental, por exemplo. Portanto, a informação vista como imprescindível no mundo de hoje e disseminada através do ciberespaço, da multimídia e da internet, coloca a educação para a cidadania como a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas a fim de que participem da defesa da qualidade de vida.

Segundo o autor mencionado, existem atualmente, muitos impasses em nossa sociedade que poderiam ser superados se fosse utilizado um instrumento essencial como a educação ambiental, capaz de derrubar a “postura de dependência e de desresponsabilização da população decorrente principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseadas na motivação e na co-participação da gestão ambiental das cidades” (p.12).

O mesmo autor considera que a educação ambiental que tem sido desenvolvida no país não segue um padrão único e a participação dos órgãos públicos na promoção, articulação e coordenação das ações se mostra bastante pequena. Destaca-se aqui, as ações das ONGs e organizações comunitárias, que segundo ele, promovem uma educação ambiental não formal dirigida principalmente, às populações infantil e juvenil, com a preocupação de fazer crescer a co-responsabilidade das pessoas das diferentes faixas etárias e sociais, para a defesa da vida, através de práticas inovadoras.

Nesse sentido, a Política Ambiental do Município de São Paulo anteriormente mencionada, objetiva envolver e mobilizar diferentes setores sociais, tais como: ONGs, entidades civis, iniciativas privadas, escolas, etc, para que possam dar sustentação e também se responsabilizarem pela definição e implementação das políticas ambientais do Município.

O conceito de Educação Ambiental, conforme afirmam TASSARA ..et al (2001), se mostra bastante “complexo, abstrato e dificilmente explicitado” (p.31). Existem dois tipos de dificuldades que favorecem essa indefinição: a amplitude da problemática ambiental e o enfoque interdisciplinar necessário para que se analise a interação entre as Ciências Naturais e as Sociais, ligadas a essa problemática.

BRUGGER (1994, citado por LAYRARGUES 1999, p.139) e REIGOTA (2001), esclarecem que a simples transmissão de conceitos e processos ecológicos, é totalmente ineficiente para desenvolver uma educação que favoreça a crítica e a transformação da realidade, concluindo-se que o meio ambiente não é sinônimo de natureza, assim como a problemática sócio-ambiental não é sinônimo de ecologia e, portanto, a mesma deve buscar a transformação da realidade e não o “adestramento ambiental” do indivíduo tendo em vista que a crise que se vive atualmente não é ecológica, mas civilizacional (DIAS 1993; REIGOTA 1994; VIEZZER & OVALLES 1995, citados em LAYRARGUES 1999, p.140).

A educação ambiental deve ser um processo contínuo e permanente que envolva grupos de pessoas com diferentes idéias para que se construa algo em comum (COELHO & MUCCI 2000). PHILIPPI JR & PELICIONI MCF (2000), acrescentam que ela deve ser política, de tal forma que as pessoas possam adquirir conhecimentos e habilidades e desenvolver atitudes que levem à prática da cidadania e à conquista de uma sociedade sustentável.

Também QUINTAS (2001), acredita que ela deva ser emancipatória e comprometida com o exercício da cidadania, fundado em uma série de princípios, tais como:

- Todos têm o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e pré-requisito para uma vida sadia;
- Todos (Governo e coletividade), devem preservar e defender o meio ambiente para as gerações presentes e futuras, que é, acima de tudo, um compromisso ético;
- Especificamente no caso do Brasil, esse compromisso ético implica em ultrapassar o contexto de dependência econômica e exclusão social para construir um desenvolvimento social justo e ambientalmente seguro e praticar uma gestão ambiental democrática onde sejam valorizadas todas as espécies de seres vivos;
- A gestão ambiental deve mediar os interesses dos diferentes atores sociais envolvidos, de modo que tanto as ações que interferem na qualidade ambiental quanto os custos e benefícios decorrentes dessas ações, sejam definidos e redefinidos continuamente (PRICE WATERHOUSE 1992, citado em QUINTAS 2001, p.45);
- A gestão ambiental não é neutra e por isso, determina quem ficará com o ônus das ações antrópicas que gerarem prejuízos ao meio ambiente, tanto quanto os benefícios decorrentes das intervenções positivas;
- A educação ambiental dentro do processo de gestão ambiental, deve propiciar a produção e aquisição de conhecimentos, valores, atitudes, comportamentos e habilidades que levem a sobrevivência, participação e emancipação, como também afirma TRAJBER (2001) e DIAS (1992, p.92 citado por PELICIONI MCF 1998, p.20);
- Segundo QUINTAS & GUALDA (1995, citado por QUINTAS 2001, p.46), o processo educativo deve:
 1. proporcionar uma visão integrada, por meio da construção e reconstrução do conhecimento da realidade, de forma dialógica com os atores envolvidos.
 2. Também é preciso que leve em conta a pluralidade cultural, fortaleça a organização e ação coletiva e privilegie a interdisciplinaridade para a compreensão da problemática ambiental.
 3. Deve possibilitar a ação em conjunto com a sociedade civil organizada e principalmente, com os movimentos sociais, numa visão de educação

ambiental como processo que propicie novas relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Para QUINTAS (2001), ainda, Educação Ambiental para ser dialógica e transformadora pressupõe escolhas. Por isso, deve se comprometer com os setores menos favorecidos da sociedade, aqueles que se encontram excluídos dos processos decisórios e ainda herdam o ônus dos danos ambientais.

4.3. A participação pública no planejamento ambiental

Além da Educação Ambiental, um outro instrumento de intervenção de longo prazo, igualmente citado, é a melhoria do processo decisório, que deve contar com a participação efetiva da sociedade.

A expressão “participação pública”, muitas vezes utilizada nos discursos políticos pelos chamados “governos democráticos”, torna-se, na prática, muito difícil de ser exercitada, em função de barreiras dentro da própria estrutura do Estado ou do plano político dos governos eleitos, que obstruem os canais que possibilitariam a sua concretização. Soma-se ainda às dificuldades apresentadas, o despreparo da população que não foi acostumada a exercer o seu papel de construtora e co-gestora dos espaços públicos. Portanto, essa participação será fruto de um processo intenso de educação ambiental, já que esta favorece o desenvolvimento de uma consciência cidadã e de uma postura ativa na sociedade.

CASTRO...et al (2001, p.3-4), afirmam que: “a participação deve ser um processo coletivo, transformador, onde a população por direito conquistará autonomia por meio de uma presença ativa e decisória e exercerá controle sobre a autoridade constituída”. Assim, segundo os autores citados, participação não significa apenas tomar parte seja em que medida for, mas como se dá essa participação, ou seja, se ela é feita de forma consciente, crítica e reflexiva, de tal forma que as pessoas tenham voz ativa sobre as decisões que irão interferir na suas respectivas comunidades. Para ela, a participação é “uma necessidade humana básica e universal”(p.4).

Segundo GOHN (2001) a análise por esta ótica, também está de acordo com o novo paradigma de gestão pública surgido nos anos 90, com a ascensão de parte da oposição política às formas pré-estabelecidas de governo que privilegiavam as elites tradicionais brasileiras.

A autora observa que a partir de então, a participação tem sido vista sob novos ângulos, com o aprofundamento da democracia e a ênfase nas ações coletivas buscando uma “participação cidadã” e “social”, diferentes de “participação comunitária” e “popular”, já que o centro deixa de ser a comunidade-foco, ou o povo, e passa a ser a sociedade como um todo. O espaço passa a ser disputado de forma igualitária por todos os grupos da sociedade com interesses, ora comuns, ora conflitantes, porém com a mesma legitimidade de participação.

Pode-se citar como exemplo desse formato de participação cidadã, as experiências ocorridas na década de 90 junto às Administrações do Partido dos Trabalhadores e de outros partidos apoiados por ele, como lembra a referida autora. Esse modelo vem sendo adotado no Município de São Paulo, cuja Administração atualmente é do mesmo Partido.

Entretanto, GOHN (2001), salienta que construir espaços de participação nesses moldes não é tarefa simples; ao contrário, demanda tempo e muitas articulações políticas que superem os faccionismos, construindo junto com esses espaços a institucionalidade correspondente, de modo que a diversidade, a pluralidade e o respeito às identidades fossem preservados.

Observa-se, entretanto que, a descontinuidade política é um grande obstáculo para esse tipo de gestão, pois após experiências positivas de Administrações como estas, ocorre muitas vezes o revezamento do poder com Partidos que não se comprometem a dar continuidade a esse processo de gestão participativa, o que configura um grande retrocesso para toda a sociedade.

Ao definir “planejamento ambiental”, CAETANO & OGERA (1996, p.40), explicam que ele visa principalmente ordenar o território, levando-se em consideração o potencial do meio ambiente, de maneira que seja possível: promover a preservação e proteção ambiental, o controle, monitoramento e adequação das atividades antrópicas, o levantamento dos impactos e ações mitigadoras, além da proposição de programas governamentais. Pode-se tomar como exemplos de planejamento ambiental, o zoneamento ambiental, as áreas de proteção ambiental, os planos diretores ambientais, entre outros.

São inúmeras as contribuições que podem ser obtidas a partir da participação pública no planejamento ambiental, como afirmam os autores acima mencionados, destacando-se uma maior legitimidade conferida aos planos e empreendimentos públicos, quando a comunidade é diretamente envolvida nos processos de decisão. Colabora-se ainda, para que haja um aumento no nível de adesão a esses planos e empreendimentos, que se tornam mais consistentes politicamente, além de tecnicamente mais aperfeiçoados pelas contribuições que recebem.

Os referidos autores lembram que há, entretanto, limitações nas formas de participação direta da comunidade nos processos decisórios, que estão hoje concebidos nas democracias modernas e uma delas diz respeito à legitimidade, que não está garantida dentro de um conjunto de critérios para estabelecer o nível de poder a ser conferido a cada representante dos grupos que estão envolvidos no processo, já que os interesses podem ser tanto confluentes quanto antagônicos para uma mesma situação. Há, ainda, um outro problema a ser observado, que é a questão dos “direitos” daqueles grupos ou pessoas que não estão participando do processo decisório, mas que não podem ser afetados pelas preferências dos que estão ali representados.

SINGER (1989, citado por CAETANO e OGERA 1996, p.43-44), salienta que, o planejamento é um instrumento importante e eficaz, sobretudo nas sociedades urbanas onde as demandas são urgentes e os processos de consulta e decisão muito lentos, tornando possível antecipar essas decisões e garantindo a participação da sociedade.

Este deve ser, portanto, o caminho a ser trilhado pelos nossos governantes, no sentido de valorizar esse instrumento e colocá-lo em prática na gestão de nossas cidades, a fim de que

não existam espaços privilegiados convivendo, ao mesmo tempo, com áreas esquecidas, onde vive um contingente enorme de pessoas marginalizadas, cujas carências quase nunca são atendidas.

4.3.1. Terceiro Setor: um importante elo de ligação entre Estado e Sociedade

O Terceiro Setor, segundo GIANNASI (2001), é constituído pelas ONGs, Associações Comunitárias, Fundações, Entidades Filantrópicas, Cooperativas e Sindicatos, tendo como objetivos, levar o cidadão a reivindicar uma maior atuação governamental no que se refere ao bem-estar da comunidade como um todo e também estabelecer parcerias entre Sociedade Civil, Estado e Mercado. Assim dentro dessa relação, o Estado representa o Primeiro Setor e as empresas privadas, o Segundo.

A representatividade dessas Organizações, no entanto, vai depender do quanto elas se aproximam das aspirações e necessidades dos setores que elas representam. Para GOHN (citada por GIANNASI, 2001), por exemplo, o Terceiro Setor abriga, tanto entidades progressistas, como conservadoras. Deste modo, o Terceiro Setor caracteriza-se como um “bloco heterogêneo, complexo e contraditório” (p.4). Há ainda, segundo GIANNASI (2001), aquelas que buscam apenas o lucro e tentam se beneficiar de políticas e incentivos destinados às outras, realmente comprometidas.

Dentro desse cenário, é importante definir o papel das Organizações Não-Governamentais:

O termo “ONG” foi elaborado pela ONU, em 1946, cuja definição se estende a “toda organização não estabelecida por acordo intergovernamental” (TAVARES 1999 citado por TEIXEIRA 2002, p.106). Segundo TEIXEIRA (2002), no Brasil, a princípio esse termo foi utilizado para as organizações internacionais que financiavam projetos de organizações brasileiras, mas a partir dos anos 80, alguns centros de assessoria de movimentos sociais se auto-denominaram “ONGs”.

WARREN (1998), observa que esse termo se popularizou a partir da ECO-92, onde a sociedade civil organizada encontrou um amplo espaço de participação. Acrescenta ainda que, embora a expressão ONG permita incluir em seu conceito diversos tipos de associações que sejam fundamentalmente sem fins lucrativos e não-governamentais, assumem um sentido mais específico quando se trata dos movimentos populares latino-americanos. Assim, voltando-se para o histórico das organizações hoje denominadas ONGs, quer sejam as populares ou ambientalistas, verifica-se que são grupos constituídos sob uma estrutura minimamente formalizada, cuja atuação visa transformar os aspectos considerados negativos dentro de uma determinada realidade social.

Para o autor, as ONGs se diferem das demais associações que compõem o Terceiro Setor, pois incluem as entidades exclusivamente filantrópicas assistencialistas ou recreativas como ocorre nos países de Primeiro Mundo. No caso latino-americano, sobretudo com referência ao Brasil, seria conveniente que se levasse em conta a funcionalidade e historicidade das mesmas para definir esse conceito. Assim, quanto à historicidade,

WARREN (1998) afirma que poderiam ser considerados os centros populares de educação, promoção e assessoria bem como as entidades ambientalistas. Do ponto de vista de funcionalidade, seriam classificadas as entidades de assessoria, apoio, promoção, educação e defesa de direitos humanos e ambientalistas, cujas vias de mobilização social seriam os movimentos sociais e/ou comunidades.

Em síntese, para o autor supra-citado, as ONGs poderiam ser definidas como:

(...) organizações formais, privadas, porém sem fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivando realizar medições de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global) (p.161).

As Organizações não Governamentais, surgiram a partir dos Movimentos Sociais originados nos anos 60 e 70, época em que vigorava o Regime Militar e não havia outro canal de participação da população para definir os rumos da sociedade e sobretudo da realidade à sua volta, uma vez que os sindicatos e os partidos políticos tiveram suas ações cerceadas (GIANNASI 2001).

O autor relembra que, nesse período histórico, as Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica e os programas de alfabetização de adultos segundo o Método de Paulo Freire, tiveram um papel fundamental na queda da ditadura e no processo de redemocratização do país. Já nos anos 80, tanto o espaço público quanto os temas de interesse coletivo, como meio ambiente, saúde de lazer, entre outros, passaram a ter uma nova política estabelecida pela ação conjunta dos movimentos sociais e Estado.

Assim, GOHN (citada por GIANNASI 2001, p.4), avalia que o país caracterizado por uma tradição autoritária e centralizadora, passou a desenvolver uma cultura de cidadania com novas práticas instituídas nesse período. Nos anos 90, as ONGs que se haviam formado na década anterior, desenvolveram características próprias e diferentes, muitas vezes de seus precursores: os movimentos sociais, conforme já salientado anteriormente.

TEIXEIRA (2002), ressalta que as Organizações Não Governamentais especialmente na década de 90, além de adquirirem grande visibilidade nacional, se multiplicaram e se diversificaram intensamente, despertando o interesse da imprensa e da Academia em procurar compreender a definição, os objetivos e papéis dessas Organizações dentro da Sociedade.

URBAN (2001), relata que em 1995, a Fundação Francisco, de Brasília, organizou um Seminário denominado “Desafios e Perspectivas do Movimento Ambientalista Brasileiro”, reunindo lideranças ambientalistas de todo o país. Entre outras constatações acerca das características desse movimento, foram identificadas questões que tinham influências sobre ele, tais como:

- A desarticulação entre as diferentes ONGs que configuram o movimento;
- Apesar de apresentarem uma grande capacidade de mobilização, encontram dificuldades de inserção na sociedade;
- falta de infra-estrutura e de recursos;
- A ineficiência da administração pública para responder às necessidades da sociedade acaba sobrecarregando as ONGs, por absorverem grande parte das funções do Governo.

SOBRAL (1997) lembra, que apesar disso, poucas são as ONGs que conseguiram suprir as deficiências do Estado no tocante à proteção ambiental, fiscalização e administração das áreas de proteção, em função de vários fatores, como: a escassez de recursos e de infra-estrutura, já mencionados anteriormente, mas também devido à rotatividade e carência de recursos humanos na direção dessas Entidades.

Se por um lado, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (RIO/92), impulsionou a criação de centenas de grupos ambientalistas no Brasil, nos anos subseqüentes, houve um declínio no surgimento de novos grupos, explicado talvez pela constatação de que sua influência na alteração do quadro nacional instalado, ainda era bastante tímida e os desafios de grande envergadura, sobretudo no que tange ao rompimento dos conceitos e práticas relacionados aos recursos naturais sedimentados ao longo da história do país:

O projeto ambientalista, apesar das conquistas importantes do final dos anos de 1980 e início dos de 1990, não conseguiu sequer, pelo menos até aqui, uma performance ao menos semelhante ao projeto que lhe é adversário, ou seja, o nacional-desenvolvimentismo (FERREIRA 1996, citado por URBAN 2001, p.130)

Apesar disso, SOBRAL (1997), acredita que as ONGs têm desempenhado um papel fundamental na implementação das políticas ambientais e que não obstante o impacto negativo gerado pela Conferência RIO/92, houve um grande avanço na forma de pensar dessas entidades, que passaram a incorporar a preocupação social às idéias preservacionistas.

Para tentar compreender a configuração das ONGs, TEIXEIRA (2002) salienta que deve se levar em conta a interface dessas entidades com três setores: as agências de financiamento internacional, os setores sociais a que estão ligadas e o Estado. Porém, para a autora, a relação com o Estado e os setores sociais assumem uma maior importância na definição das mesmas e de seu papel, em virtude de que na década de 90 ocorreu uma aproximação entre o Estado e os setores sociais, tendo conseqüências diretas para a relação dessa organização com o coletivo da sociedade. As ONGs passaram a ter maior visibilidade e maior importância no cenário brasileiro e isso levou a uma “(re)definição de quais seriam os papéis tanto da sociedade quanto do próprio Estado”(p.107).

Entretanto, não houve um consenso sobre as parcerias estabelecidas entre ONGs e Estado, pois para uma parte delas, tornou-se difícil “conciliar sua face técnico-profissional com sua face de mobilização social” (p.108).

Os encontros formalizados entre ONGs e Estado podem se dar de diferentes formas, tais como TEIXEIRA (2002) afirma:

- Encontro de pressão - não há formalização do vínculo com o Estado;
- Encontro de prestação de serviços – com uma formalização bastante forte, capaz de impedir o diálogo entre ambos;
- Encontro participativo – envolve um contrato formalizado que pode sofrer alterações de acordo com a necessidade, permite uma relação onde a crítica entre ambos é aceitável e há divisões de responsabilidades entre as partes. Em alguns casos, o Governo pode inclusive, assumir o projeto como sendo dele.

São condições necessárias para o estabelecimento de uma relação entre ESTADO e ONGs: o projeto político estabelecido, o poder que detém cada uma das partes dentro da relação do ponto de vista de compromisso e envolvimento das pessoas.

Muitas vezes, segundo TEIXEIRA (2002), as expectativas de ambas as partes com relação aos contratos a serem firmados, podem ou não se confirmar. Do ponto de vista das ONGs são fatores imprescindíveis para um bom relacionamento com o Governo: a transparência, a abertura, a divisão do poder de decisão sobre o desenvolvimento dos projetos, a inclusão das expectativas das organizações na formulação das políticas públicas, a agilidade e confiança no repasse de recursos. Da mesma forma, o Estado espera que elas sejam eficazes, organizadas, devidamente qualificadas e que também confiem no Governo, estando alinhadas com os objetivos do programa a ser implementado.

Como também afirma WESTPHAL (2001), a partir dos anos 90, tanto os movimentos quanto as organizações da sociedade civil, precisaram se articular para pensarem em projetos conjuntos e intersetoriais, estabelecerem negociações a fim de terem suas demandas atendidas e provarem sua eficiência.

Há entretanto, segundo TEIXEIRA (2002) uma questão a ser ressaltada, que é a relação de poder entre as ONGs e o órgão governamental, que é “bastante assimétrica”, colocando essas organizações numa posição de submissão às políticas governamentais onde resta pouco espaço para sua atuação. Além disso, o clima de competição gerado e alimentado pela possibilidade de contratação de apenas algumas delas, promove a fragmentação e enfraquecimento político das mesmas.

Um exemplo prático de parceria entre uma Organização Não-Governamental e o Estado, que foi considerada como a primeira iniciativa desse tipo no país, foi a Co-gestão da APA do Pratigi, que abrange três Municípios da Bahia: Ituberá, Igrapiúna e Nilo Peçanha, entre o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES) e o Governo do Estado. O contrato foi firmado entre essa ONG e o Centro de Recursos Ambientais (CRA), que é o Órgão responsável pela execução da política ambiental naquele Estado e que previa o repasse de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas de educação

ambiental e fiscalização da APA.(ANONYMUS, 2001). Poderia ser um modelo alternativo e viável para ser ampliado para outras APAs no país, cujas dificuldades de fiscalização comprometessem o seu estado de conservação.

4.3.2. Os Conselhos Gestores

Uma outra forma importante de participação na gestão pública se dá através dos conselhos gestores.GOHN (2001), considera que os conselhos gestores “constituem no início desse novo milênio, a principal novidade em termos de políticas públicas (p.7). Acrescenta ainda, que (...) “são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos” (p.7), embora existam uma série de fatores que acompanharam a trajetória desses conselhos, com grande influência sobre a constituição e desempenho dos mesmos, tanto de ordem política, quanto econômica e até mesmo com as formas de organização do Estado, de participação e de gestão.

A autora observa que existem duas posições quanto ao papel principal dos conselhos: a primeira defende que estes sejam apenas órgãos consultivos e que se limitem a auxiliar o Poder Legislativo; a segunda acredita que eles devam atuar como órgãos fiscalizadores do Executivo, e está em consonância com uma visão de gestão descentralizada onde a “participação cidadã” é o ponto central. Neste caso o Ministério Público pode ser acionado pelos conselhos quando for necessária sua intervenção e ao mesmo tempo, assegurar que o conselho possa cumprir suas funções. Há, entretanto, segundo a referida autora, diversos pontos que precisam ser discutidos e resolvidos acerca da organização, papel e desempenho dos conselhos gestores, tais como:

- Apresentam uma ambigüidade quanto à sua origem e funções, por representarem de um lado, formas descentralizadas de poder conferidas pela população para resolverem seus problemas locais e de outro, fruto da inoperância das instituições públicas e da adoção de uma política de transferência de responsabilidades e diminuição de custos na prestação de serviços à população, vista como cliente pelo Estado.
- Embora a constituição desses conselhos se justifique pelo fato de se buscar um desenvolvimento sustentável, exigindo para tanto que a sociedade civil esteja organizada, pode ocorrer que ao tentar desempenhar suas funções, entre elas a própria fiscalização das políticas públicas, sofram uma contradição na medida em que, também eles são parte integrante dessas políticas.

Diante do exposto, GOHN (2001) sistematiza alguns pontos importantes, muitos dos quais servirão para análises posteriores no decorrer deste trabalho, tais como:

- Não foram definidas precisamente, as funções desses conselhos;
- Faltam também, instrumentos legais que dêem sustentação para suas deliberações;

- Não está claramente definida a participação dos conselheiros, sendo que, no entendimento da autora, ela deveria representar as diferentes camadas da sociedade na tarefa de eleger e avaliar as políticas públicas, sobretudo as sociais;
- Capacitar os conselheiros para que sua participação seja efetiva e não figurativa, pois as informações e o conhecimento sobre o funcionamento das estruturas estatais são imprescindíveis para garantir uma intervenção positiva, de forma ativa e consciente e não meramente passiva;
- Garantir equidade na escolha de representantes da população, facilitar que as informações “codificadas nos órgãos públicos” (p.96), cheguem a essas pessoas e proporcionar a elas uma forma de remuneração.

5. A urbanização e o comprometimento ambiental

O crescimento desenfreado das cidades, levando à ocupação dos espaços sem qualquer planejamento, tem produzido ambientes urbanos de péssima qualidade, gerando um ônus insustentável para a saúde física, mental e social da população, aliado a um processo cada vez mais avançado de degradação da natureza.

Analisando dados do Relatório do Banco Mundial de 1992, sobre a pobreza nos países em desenvolvimento (1985-1990), SOBRAL (1996), observa que, entre 1980 e 1990, houve um decréscimo da renda *per capita* da maioria dos países em desenvolvimento, decorrente da falta de investimentos aliado ao crescimento da população.

A autora mostra através da apresentação de dados do Banco Mundial de 1992 que, de 1985 a 1990, a porcentagem da população de todos os países em desenvolvimento que se encontravam abaixo da linha da pobreza (considerando-se a linha da pobreza equivalente a US\$ 370,00 de renda *per capita* anual) passou de 30,5 para 29,7 e o número de pobres (em milhões), de 1.051, para 1.133 nesse mesmo período.

Conseqüentemente com esse aumento no número de pobres, que se concentraram principalmente nas grandes cidades, formaram-se imensas áreas de pobreza crítica, onde essa população passou a sofrer as consequências da degradação ambiental, ao mesmo tempo em que se constituíram em agentes importantes de parte desse processo. Deve-se lembrar, entretanto, como ressalta STAHLHAUER (1999), que os pobres e miseráveis não podem ser considerados os grandes responsáveis pelos problemas ambientais, pois, costuma-se atribuir a esse falso conceito, o fato de não se buscar um novo modelo de desenvolvimento que acabe com a miséria, favorecendo os países ricos que exportam para o mundo a idéia de que qualidade de vida é sinônimo de poder de consumo, conforme já foi anteriormente discutido neste trabalho.

Há uma discrepância nessas cidades, representada pela presença concomitante de setores extremamente pobres e atrasados e um setor rico e modernizado, de tal forma que, os problemas ambientais podem ser alinhados, variando da carência extrema de saneamento básico, a problemas ambientais típicos de países ricos, cuja fiscalização das atividades

poluidoras e ao mesmo tempo, a falta de investimentos para substituir as tecnologias obsoletas e poluidoras, são complicadores dessa situação (SOBRAL 1996).

A autora citada, conclui que, o problema ambiental urbano vai assumir proporções alarmantes nas grandes cidades do Cone Sul, pois o poder público, de forma geral, preocupado em enfrentar os problemas sociais, acaba colocando as questões ambientais em segundo plano.

Segundo FRANCO (1999), no Brasil, cerca de 75% dos habitantes vivem nas cidades, sem que estas tenham se preparado para recebê-los e assim oferecer-lhes o mínimo de condições dignas de sobrevivência, produzindo conseqüentemente ambientes de exclusão, como as periferias. Como bem lembra o autor, o principal problema desse crescimento rápido e desordenado é a modificação radical dos fluxos de energia e materiais no espaço urbano, gerando lixo, resultante da entrada de alimentos, o esgoto, (quase sempre não tratado) antes água tratada e aduzida, a poluição do ar, proveniente dos combustíveis fósseis utilizados pelos veículos que circulam pelas cidades, a multiplicação de trabalhadores e consumidores originários das indústrias e comércios que se expandem e se complexificam num espaço que não cresce e que, portanto, não acompanha essa dinâmica.

PELICIONI & PHILIPPI JR (2002), avaliam que as camadas menos favorecidas da população, excluídas social e politicamente pela falta de políticas públicas, de vontade política ou mesmo competência técnica, acabam se concentrando em áreas impróprias, gerando o desmatamento, a ocupação e conseqüente degradação de áreas de proteção ambiental e de risco.

Para os autores mencionados, essas camadas menos favorecidas têm sido desapropriadas de seu direito à melhoria das condições de vida em favor de grupos minoritários, embora hegemônicos acabam sendo contemplados pela dificuldade dos governos em cumprir a legislação brasileira e exercer sua ação reguladora.

Apesar disso, PELICIONI & PHILIPPI JR (2002), salientam que os cidadãos podem contar com outros mecanismos de defesa de seus interesses, tais como: “a ação civil pública, o inquérito civil, a obrigatoriedade dos estudos de impacto ambiental e as procuradorias de meio ambiente, entre outros, que têm desempenhado muito bem o seu papel” (p.350). Segundo eles, se as cidades cumprirem o Estatuto da Cidade, articulado ao Plano Diretor e a Agenda 21 Local, além da reforma tributária, será possível pensar em sustentabilidade, igualdade e saúde para todos.

De acordo com SOBRAL (1996), ao intervir no ambiente urbano deve-se pressupor reflexos na qualidade de vida urbana. É preciso, porém, que o zoneamento deixe de ser considerado como a única solução, enquanto política ambiental, pois este só era eficaz quando as atividades produtivas eram muito poluentes e não havia alta concentração populacional na zona urbana.

Para ACSELRAD (2001, p.21), “a aplicação da noção de sustentabilidade ao debate sobre o desenvolvimento das cidades exprime um duplo movimento de ambientalização das políticas urbanas e de introdução das questões urbanas no debate ambiental”. Assim, visualiza-se duas correntes que trazem à tona preocupações cada vez maiores com o processo temporal que ameaça tanto estruturas urbanas quanto a sustentabilidade das cidades. São elas:

- Os atores sociais da cidade que passam a defender a “bandeira ambiental”, levando em conta a enorme concentração populacional nas metrópoles, os conflitos gerados por esse processo desordenado de ocupação urbano, acesso aos serviços de saneamento básico, transporte, entre outros.
- Agências multilaterais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, que oferece financiamentos para infra-estrutura nas cidades visando melhorias na qualidade ambiental da vida urbana.

É neste cenário descrito anteriormente, de crescimento urbano e degradação ambiental, que SORENSEN...et al (1998) e GUZZO e SCHIAVETTI (2002) discutem em que medida as áreas verdes urbanas poderiam servir como possibilitadoras de melhoria da qualidade ambiental urbana.

Os referidos autores consideram que tanto os Parques urbanos, quanto outras áreas verdes nas cidades, poderiam oferecer benefícios diversos além da recreação, tais como a proteção de áreas de captação de água para abastecimento, o controle de enchentes, a contenção de ruídos (poluição sonora), o equilíbrio do macro e microclima, o manejo de resíduos sólidos, através do aproveitamento de material orgânico para fertilização do solo das referidas áreas, aumento da biodiversidade, e inclusive a redução da pobreza, com a geração de novos empregos em parques e áreas públicas similares. Tais benefícios não se restringem apenas aos grupos menos favorecidos socialmente, mas são estendidos a toda sociedade, levando-se em conta que também contribuem para a saúde física e mental da população, geram oportunidades de Educação Ambiental e melhoram a estética do ambiente urbano, onde normalmente predomina o asfalto e o concreto.

Entretanto, no caso da Cidade de São Paulo, durante muitos anos a maioria dos parques e áreas verdes, com exceção daqueles que se situam em regiões economicamente privilegiadas, foram abandonados pelo poder público, de tal forma que se transformaram em refúgios de moradores de rua, áreas de prostituição e de violência, além de depósitos clandestinos de resíduos sólidos. Um exemplo típico desse caso ocorreu no Parque do Carmo, como será discutido mais à frente desse trabalho. Na atual Administração Municipal, existe um Programa de revitalização dos Parques e criação de novas áreas verdes que se compromete a mudar esse quadro e proporcionar à população, os benefícios elencados pelos autores supra-citados.

5.1. O Contexto da Urbanização na Cidade de São Paulo

Ainda de acordo com PHILIPPI JR...et al.(1996), o Estado de São Paulo detém os maiores índices demográficos brasileiros (33 milhões de habitantes), sendo que o Município de São Paulo, conta com 10 milhões de habitantes, daí ser considerado uma das maiores metrópoles do mundo.

SPOSATI (2000), ressalta que, à semelhança do que ocorreu na década de 80, houve uma queda de crescimento populacional, de cerca de 0,4%, na década de 90. Analisando a importância da cidade na economia nacional, observa que, embora a economia paulistana

seja responsável por aproximadamente US\$ 80 bilhões, correspondente a 10% do PIB nacional e empregar cerca de 5 milhões de trabalhadores, em 1999 apresentou uma taxa de desemprego de 18%.

SOBRAL (1996), considera que, por ser o principal pólo econômico do Brasil, a Cidade de São Paulo, também lidera em demografia. Entretanto com a saída de parte das indústrias para áreas mais periféricas da região metropolitana em busca de benefícios, tais como: áreas mais amplas, baratas e sem grandes restrições ambientais, vem ocorrendo uma deterioração de sua base econômica, agravada com a estagnação.

Atribui-se a existência de uma grande parcela de pobres na cidade, a esse cenário de migração industrial, aliado à recessão econômica e a má distribuição de rendas em todo o território nacional. Além disso, o ganho ambiental promovido pela redução do número de indústrias e conseqüentemente da poluição industrial, não trouxe uma melhoria substancial na qualidade de vida, já que acabou favorecendo a favelização, o crescimento de cortiços, loteamentos clandestinos, desmatamentos, ocupação de encostas e fundos de vale, estes últimos provocando erosão, deslizamentos, assoreamento e inundações.

PHILIPPI JR ...et al (1996), acrescentam que, se por um lado, São Paulo liderou o processo de industrialização do país, alavancando grandes investimentos públicos em infra-estrutura física com vistas ao imediatismo, por outro, provocou o esgotamento cada vez maior dos recursos naturais, sem contar os resíduos produzidos, que contribuem diretamente para a degradação da qualidade ambiental, não apenas a nível local, mas expandindo-se para outras áreas do município e até do estado.

Para o autor, nos últimos trinta anos, o agravamento da situação dos assentamentos humanos nas periferias, cujos terrenos necessitariam de cuidados especiais dada a sua fragilidade e onde as práticas urbanas são cada vez mais danosas, se deve principalmente ao empobrecimento de grande parte da população. Nesses espaços, os danos ao meio ambiente interagem sinérgicamente com a falta de infra-estrutura, diante da ausência ou obsolescência dos equipamentos urbanos.

Observa ainda que, nesse “novo ambiente” proporcionado pelas metrópoles, os diversos componentes do ambiente foram transformados: a poluição modificou o clima, as várzeas ocupadas indevidamente já não cumprem seu papel de drenagem, as chuvas, os esgotos, lixos e a terra proveniente da erosão das encostas da periferia, só encontram como vias de escoamento os rios, córregos e galerias. Portanto, não apenas a paisagem, mas também a qualidade ambiental e de vida passam a ser sacrificadas por esta economia concentradora e predatória.

Como também afirma SPOSATI (2000, p.8), “o século XXI inicia-se com a metrópole em crise, marcada pela exclusão social da grande maioria dos seus 10 milhões de habitantes e pela intensa degradação do seu ambiente urbano”.

Para JACOBI...et al (1998, p.1), (...) a “periferia” pode ser vista como uma manifestação espacial de exclusão, onde não se tem acesso aos serviços que garantam melhorias sociais e ambientais.

JACOBI (2000, p.14), avalia que, os problemas ambientais gerados pelo impacto da urbanização predatória sobre o ecossistema demonstram a falta de políticas voltadas para o

setor habitacional, cujo déficit é cada vez maior na cidade de São Paulo, empurrando irremediavelmente, a população mais carente para regiões que estão inseridas em áreas de proteção de mananciais. Assim, o indivíduo, embora seja integrante do meio natural, torna-se o principal causador de sua degradação, graças a essa “dinâmica urbana excludente e segregadora”, que obriga a práticas de devastação da cobertura vegetal para a ocupação da população mais carente e que, ao mesmo tempo, incentiva a deterioração do meio ambiente urbano.

Nesse sentido, PHILLIPI JR (1993), tomando como referência o documento “**Brasil 92, Perfil Ambiental e estratégias**”, da Associação Brasileira das Entidades de Meio Ambiente – ABEMA e Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, onde o ambiente urbano e seus diversos problemas são apresentados, salienta que em relação às formas de assentamentos humanos, por exemplo, a expansão da população marginalizada é “um sintoma alarmante de agravamento de degradação do ambiente urbano”. Considera que a marginalização econômica é tão grave quanto a marginalização decorrente da privação dessa população de condições sanitárias mínimas exigidas para qualquer ser humano.

Continuando sua análise, o autor atribui à ocupação desordenada e sem qualquer planejamento, o agravamento dessa situação, pois compromete os recursos naturais de uma cidade. Tanto a falta de controle do fluxo migratório, quanto a de planejamento urbano, reduzem as opções de ocupação do espaço, por parte desse grande contingente de migrantes em busca de melhores condições de vida.

Finalmente, o ritmo de urbanização dos países pobres vai impor inúmeras dificuldades para a gestão ambiental de suas cidades, principalmente porque o grau de dificuldades é diretamente proporcional à concentração de riquezas, quer no nível internacional ou nacional. E o que leva a concentração cada vez maior dessa população em espaços limitados, é o direcionamento maciço de investimentos nos mesmos, em detrimento de outros, onde não há geração de empregos para atender às demandas crescentes de mão de obra. A cidade de São Paulo está inserida nesse contexto, e requer agilidade nas ações que devem ser novas e criativas. Além disso, “por sua posição de destaque entre as cidades dos países em desenvolvimento, o que acontecer em São Paulo terá um caráter exemplar e crucial para a grande maioria das cidades do mundo” (SOBRAL 1996, p.).

5.1.1. Aspectos da ocupação da Zona Leste

SANTOS (1994, p.10-12), resume os principais fatos que conduziram a ocupação e a expansão da zona de leste da cidade de São Paulo. Segundo a autora, a expansão industrial da cidade começou pelo bairro do Brás, onde se instalaram a Estrada de Ferro do Norte, que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, em 1877 e também a Hospedaria dos Imigrantes, antes localizada no bairro de Bom Retiro.

Essa região, anos mais tarde, experimentou um grande crescimento demográfico, em função da vinda de imigrantes italianos, cujo objetivo inicial era trabalhar nas lavouras de café, mas atraídos pelas indústrias têxteis, alimentícias e de bens de consumo que ali se instalaram, formaram as primeiras Vilas Operárias do Brás. O principal incentivo para os setores industrial e comercial terem escolhido essa área para sua instalação, foi o baixo

preço dos terrenos, considerados insalubres para habitação por sofrerem constantemente o problema de enchentes.

Assim, a industrialização acelerou a urbanização da cidade, dividindo a população em dois pólos: as classes mais ricas e o setor comercial se fixaram nos bairros do Centro, enquanto que a população operária e as indústrias, se alojaram nas zonas periféricas, suportando condições totalmente adversas, como a falta de infra-estrutura em serviços de transporte, saneamento básico, escolas, além de moradias precárias, como cortiços e casebres que se proliferaram pelos bairros do Brás, Belém e Mooca.

Essa população carente seria novamente empurrada para novos bairros mais a leste da cidade, devido à valorização do Brás e da Mooca, em face das obras de canalização do rio Tietê e de aterro da Várzea do Carmo no início do século XX.

Já nas décadas de 60 e 70, principalmente, três fenômenos aliados: a crescente urbanização, o desenvolvimento industrial e o surto migratório interno, especialmente do Nordeste do país geraram um excedente de mão-de-obra na cidade, que levou ao fim das Vilas Operárias. A partir de então, os custos com moradia passaram a ser de responsabilidade dos trabalhadores, forçando-os a se refugiarem nas periferias, espaços, mais uma vez, sem nenhuma infra-estrutura e cada vez mais distantes do centro.

A autora lembra que, ainda hoje, devido a esse processo de ocupação acima descrito, e à sua origem industrial, a Zona Leste é formada por bairros predominantemente operários, exigindo que a população se desloque diariamente para outras regiões, sendo por isso, considerados “bairros dormitórios”.

Porém, foi na década de 80, sobretudo no ano de 1987, que houve um movimento de ocupações maciças das áreas públicas e particulares da região leste, por conta da alta dos aluguéis, favorecendo o surgimento de diversos movimentos populares apoiados pela Pastoral da Terra (Igreja Católica) e pelos partidos Comunista do Brasil e dos Trabalhadores.

Mais uma vez, as áreas invadidas não contavam com a infra-estrutura necessária para abrigar aquela população, e embora tenha havido algum avanço nessas condições ao longo do tempo, continua ocorrendo hoje grande parte das vilas e conjuntos habitacionais que se formaram a partir desse processo, como bem lembra a autora, ainda permanecem mergulhados no esquecimento pelo Poder Público: “a ausência de infra-estrutura básica faz da Zona Leste uma região carente em todos os sentidos: os esgotos a céu aberto, exalando um cheiro insuportável, o lixo tornando as ruas intransitáveis, parece até que seus moradores formam uma legião de esquecidos que se conformou com a sorte!”(p.12).

6. Síntese do objeto de estudo

A Área de Proteção Ambiental “Parque e Fazenda do Carmo”, localiza-se na região leste da Cidade de São Paulo, pertencendo ao Distrito do Parque do Carmo, de abrangência da Subprefeitura de Itaquera (Fig.1)

6.1. Caracterização do Distrito do Parque do Carmo (Subprefeitura de Itaquera):

O Município de São Paulo possui 96 distritos. A partir de Agosto de 2002, a Cidade, antes organizada em Administrações Regionais, passou a ser dividida em 31 Subprefeituras, as quais devem responder por um número específico de distritos, cada uma. A Lei que dispõe sobre a criação, estrutura e atribuições das Subprefeituras no Município de São Paulo, estabelece procedimentos para a implantação e prevê a transferência gradual de órgãos e funções da Administração Direta Municipal, é a Lei nº 13.399 de 1º de Agosto de 2002 (SÃO PAULO 2002b).

Embora a implantação das Subprefeituras tivesse início logo após a criação das mesmas, conforme estava previsto no Capítulo III, Seção I, Art. 13 da referida Lei, observa-se que há, na prática, muitas indefinições acerca de quando e de que forma ocorrerá a transferência total de atividades para as novas estruturas, de que se refere o Art.17 da mesma Lei:

Art.17 – A implantação se dará com a gradual transferência de atividades para as novas estruturas, respeitados o volume de serviço e as limitações financeiras e orçamentárias, observado o princípio da continuidade do serviço público.

No entanto, conforme o Capítulo II, Seção I, Art. 5º, cabe destacar entre outras atribuições das Subprefeituras, as dos incisos:

I – constituir-se em instância regional de administração direta com âmbito intersetorial e territorial;

II – instituir mecanismos que democratizem a gestão pública e fortalecer as formas participativas que existam em âmbito regional;

IV – coordenar o Plano Regional e Plano de Bairro, Distrital ou equivalente, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Plano Estratégico da Cidade;

VII – atuar como indutora do desenvolvimento local, implementando políticas públicas a partir das vocações regionais e dos interesses manifestos pela população;

VIII – ampliar a oferta, agilizar e melhorar a qualidade dos serviços locais, a partir das diretrizes centrais;

XI – facilitar o acesso e imprimir transparência aos serviços públicos, tornando-os mais próximos dos cidadãos.

X – facilitar a articulação intersetorial dos diversos segmentos e serviços da Administração Municipal que operam na região.

A Subprefeitura de Itaquera abrange quatro Distritos: Itaquera, Parque do Carmo (onde se encontra a APA do Carmo), Conjunto José Bonifácio e Cidade Líder.

Com o intuito de traçar um Plano de Ação para enfrentar os principais problemas da região, a Subprefeitura de Itaquera constituiu 3 Grupos de Trabalho multidisciplinares formados por membros das Secretarias Municipais integrantes do Governo Local, com a missão de discutir e elaborar propostas de intervenção junto aos problemas detectados nos seus 4 Distritos, em consonância com o inciso X, supra-citado.

Os Grupos mencionados foram denominados: Grupo de Trabalho da Juventude e Violência, Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Local e Grupo de Trabalho Ambiental (do qual a autora deste trabalho tem feito parte desde Agosto de 2002, representando o Núcleo de Ações Educativas – NAE-9, subordinado à Secretaria Municipal de Educação).

As discussões e propostas em referência, também pretendiam subsidiar as discussões do Plano Diretor Regionalizado da referida Subprefeitura, como foi o caso do Seminário intitulado “Área de Proteção Ambiental do Carmo no contexto do Plano Diretor”, organizado pelo Grupo Ambiental e realizado em Novembro de 2002. Neste evento pretendeu-se fomentar as discussões sobre o futuro da APA a partir da perspectiva do novo Plano Diretor Regional, cuja proposta seria a de compatibilizar as exigências da legislação estadual com as novas diretrizes municipais do uso do solo.

No Seminário, foram apresentados e discutidos os seguintes temas: a Lei de Criação da APA; o zoneamento ecológico; o uso sustentável da Área; um panorama das obras dos Reservatórios de Contenção de Cheias (“piscinões”) dentro dos limites da APA; o papel da Guarda Civil Metropolitana na Área; o Plano Diretor Estratégico do Município; as propostas de uso do solo pela COHAB-SP; a Operação Urbana Pontal Leste; as ONGs e sua relação com a APA do Carmo.

Estiveram presentes como expositores, membros das diversas Secretarias Municipais, representantes do Governo Estadual, o SESC-Itaquera, o Deputado Federal Roberto Gouveia (autor da Lei de Criação da APA) e as ONGs: Sociedade Ambientalista Leste - SAL e Associação dos Moradores da Gleba do Pêssego - AMGP. Entre o público presente estavam parlamentares, Subprefeitos de Itaquera e regiões próximas, representantes de ONGs, Universidades, o Coordenador do NAE-9, educadores e alunos da região, moradores, entre outros.

Pretendia-se ainda, discutir sobre o Parque Natural do Carmo, mas o Conselho Consultivo da APA e o DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes da Secretaria Municipal do Meio Ambiente) abstiveram-se de participar do referido Seminário. Essas discussões e encaminhamentos seriam fundamentais para a elaboração do Plano Diretor Regional nos meses subseqüentes.

Num estudo diagnóstico solicitado pela Subprefeitura e realizado pelo Núcleo de Ações Educativas (NAE-9)*, em Agosto de 2002, foram detectados no Distrito do Parque do Carmo, os seguintes problemas:

- Pontos de prostituição, inclusive no interior do Parque do Carmo
- Agravamento do tráfico de drogas
- Ocupação irregular da A.P.A.
- Grande número de “bota-fora” (locais de descarte ilegal de resíduos sólidos, sobretudo pneus, entulhos provenientes da construção civil e carcaças de veículos abandonados)
- Déficit de vagas de 0 à 6 anos nas Unidades Educacionais
- Falta de Equipamentos de Saúde
- Maior índice de áreas onde não há acesso à coleta de lixo
- Comércio ambulante no interior e imediações do Parque do Carmo
- Presença de área rural

*elaborado por Maria Lúcia Rocha – Assessora do Coordenador do NAE-9

- Problemas com transportes clandestinos
- Aumento da mortalidade de jovens por causas externas, sobretudo violência
- Baixa escolaridade dos chefes de família
- Não implantação do Pólo Industrial Ecológico da Zona Leste (Lei 8.211/93 de autoria do Deputado Roberto Gouveia, que previa a instalação de indústrias com atividades não poluentes nas proximidades da região da APA, buscando alavancar o desenvolvimento econômico sem gerar danos ambientais).

O estudo acima referenciado, também levou em consideração dados apresentados pelo Mapa de Exclusão/ Inclusão Social da Cidade de São Paulo – 2000, coordenado por ALDAÍZA SPOSATI. Este mapa, segundo a referida autora é “uma metodologia de análise geo-espacial de dados e produção de índices intra-urbanos sobre a exclusão/inclusão e a discrepância territorial da qualidade de vida”(....)

Segundo JACOBI...et al (1998, p.1), o conceito de exclusão social foi usado pela primeira vez na França em 1970 e foi definido como “o processo através do qual indivíduos ou grupos são completamente ou parcialmente excluídos da participação total na sociedade dentro da qual eles vivem”.

SPOSATI (2000), considera “exclusão” como desigualdade social e propõe um padrão básico de vida construído sobre os padrões de vida de todas as camadas da sociedade. Através dele, é possível mostrar que em uma mesma cidade, como São Paulo, pode haver verdadeiros abismos entre as condições de vida de diferentes setores da população e a localização espacial dos referidos setores. Permite assim, a proposição de políticas públicas e gestão social que assegurem um padrão básico de cidadania para todas as camadas sociais. É interessante observar que o Censo Demográfico de 1991, do IBGE apontava que 71% da população da Cidade de São Paulo já vivia na periferia e 29% na zona central e áreas intermediárias (JACOBI...et al 1998).

No mapa trabalha-se com os seguintes índices:

- IDI – índice de discrepância, que mede as distancias entre os piores e as melhores ocorrências distritais.
- IEX – índices compostos de exclusão/inclusão, definidos por notas decimais positivas e negativas construindo uma escala dos distritos pelo afastamento negativo ou positivo do padrão de inclusão.
- IMV – índice de movimento, que registra a oscilação do crescimento populacional dentro dos distritos.

O mapa acima mencionado relacionou as seguintes características da região estudada:

- A população do Distrito de Parque do Carmo, gira em torno de 64.067 habitantes (dados de 1996 – PUC/SP – INPE – POLIS, 2000), correspondente a 0,57% da população do Município.
- Nessa população, a renda média familiar é de R\$ 1.236,76. Comparada à renda média familiar do Distrito de Moema, com o melhor desempenho nesta avaliação (R\$ 4.789,09), corresponderia a aproximadamente 26% da mesma, o que revela uma diferença acentuada no padrão de vida dessas duas populações, dentro de um mesmo município.
- Em relação à oferta de empregos para a população de 14 a 69 anos correspondente a 40.672 habitantes, há uma disponibilidade de 21.183 empregos.
- Em um universo de 13.766 chefes de família, 1.072 não possuem nenhum nível de instrução.

Já levantamento efetuado pelo mesmo Instituto, no Censo Demográfico do ano de 2000 (CORREA 2001) revelou que este Distrito cresceu 16,77% em termos de população, fenômeno que ocorreu em diversos bairros da Zona Leste e Zona Sul, considerados como pontos mais periféricos da Cidade e que ganharam juntas, 1 morador para cada 4 que já eram residentes. Enquanto isso, os bairros mais centrais aparecem com uma perda muito significativa de sua população, perdendo 1 em cada 5 moradores (19,73%) em relação ao crescimento da cidade que foi de 7,87%. Esse esvaziamento já está migrando para o centro expandido em direção à periferia. É interessante observar que, o Censo Demográfico de 1991, do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), já indicava que 71% da população da Cidade de São Paulo, vivia na periferia e 29% na zona central e áreas intermediárias (JACOBI, KJELLÉN & CASTRO 1998).

A explicação para essa periferização, segundo urbanistas e historiadores pode ser: a impossibilidade de adquirir um imóvel devido aos custos dos empreendimentos e a baixa renda dessa população, a mudança de uso dos imóveis (de residenciais para comerciais), localizados no centro da Cidade e a degradação do espaço urbano da área central. Esse fenômeno é considerado pelos pesquisadores como típico de países subdesenvolvidos, mostrando o profundo abismo entre as diferenças sociais e econômicas e mostrando a necessidade de mudanças na política de zoneamento para recuperar o centro (CORREA 2001).

O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), indicador empregado pela Organização das Nações Unidas – ONU para medir a qualidade de vida nos diversos países, que varia de zero a um e resulta do cruzamento de 3 dados: renda, esperança de vida e conhecimento (com peso final igualitário) foi utilizado em pesquisa realizada pela Secretaria do Trabalho da Prefeitura de São Paulo, que o mediu nos 96 Distritos paulistanos, com o objetivo de verificar a eficácia dos programas sociais da administração municipal. Apresentou os seguintes resultados (NOVAES 2002):

- Os distritos de Moema, Morumbi, Jardim Paulista, Pinheiros, Itaim Bibi e Alto de Pinheiros estão nas melhores posições, cujos índices giram em torno de 0,8%, ao passo que 39,58% dos outros distritos de São Paulo, apresentam um IDH muito baixo, inferior a 0,5%, incluindo-se aqui o Distrito de Parque do Carmo. Deve-se ressaltar que mais da metade da população da cidade (55,38%, ou seja, 5,654 milhões) está nesta faixa.
- Os índices de São Paulo, usando dados do Censo 2000, da Fundação SEADE e das Secretarias Municipais da Educação e Saúde e fazendo uma analogia com os números mundiais, o estudo designou quatro blocos (alto, médio, baixo e muito baixo) como: regiões européia, asiática, indiana e africana. Assim, o Distrito do Parque do Carmo, por ter IDH muito baixo, inferior a 0,5%, foi denominado como **região africana**.

Segundo o Mapa da Exclusão/Inclusão Social 2002 (DIAS 2002), o Distrito em estudo recebeu nota igual a – **46,2**, estando classificado no 31º lugar no *ranking* de maior exclusão (nota menor que zero)* estando dividido entre a zona de média-alta de exclusão (-75 a 50) e média-baixa de exclusão (-50 a –25), apresentando atualmente uma população de 63.923 habitantes, que variou de 1991 a 2000, em 16,8%.

6.2. Os problemas do Distrito discutidos no Plano Diretor Regional

No dia 28/11/2002, foi realizada a primeira Oficina de elaboração do Plano Diretor Regional da Subprefeitura de Itaquera e no dia 18 de Dezembro do mesmo ano, a primeira Plenária. Ambas fazem parte da Etapa A do processo de elaboração do referido Plano, denominada “Quadro situacional e objetivos para o desenvolvimento sustentável”.

Esses eventos contaram com a participação de vários segmentos da população local e onde foram discutidos os diversos problemas, necessidades e viabilidade de projetos para incrementar o desenvolvimento da região, além dos possíveis impactos gerados pelas operações urbanas a serem instaladas e demais obras em plano, como: a extensão da Av. Radial Leste, da Av. Jacu Pêssego e a implantação do Campus-Leste da USP, entre outras.

Com relação ao Distrito do Parque do Carmo, os principais questionamentos foram**:

- Quais os impactos positivos e negativos da extensão da Avenida Radial Leste e da Av. Jacu-Pêssego, para a região?
- De que forma a operação urbana Jacu-Pêssego poderia trazer o desenvolvimento para a região, sem contudo, representar perigo para a APA do Carmo e ao mesmo tempo garantir a inclusão social?

* As notas variam de -100 a 100, de acordo com o grau de exclusão/inclusão, respectivamente: De -100 a -75, considera-se a zona de extrema exclusão social; -75 a -50, zona de media-alta exclusão; de -50 a -25, zona de media-baixa exclusão; -25 a 0, zona de exclusão; de 0 a 25, zona de baixa inclusão; 25 a 50, zona de media-baixa inclusão, de 50 a 75, zona de media-alta inclusão e 75 a 100, zona de máxima inclusão social. O Distrito de Moema encontra-se na zona de maior inclusão, com avaliação igual a 100.

** Fonte: Folder da Subprefeitura de Itaquera

- Como tornar possível a implantação do Pólo Industrial? Seriam necessárias mudanças em seu perímetro e zoneamento de uso e ocupação do solo?
- Com relação à APA do Carmo, como garantir seu uso sustentável e evitar o processo crescente de degradação? Como definir os melhores usos: construção de casas populares ou de alto padrão, criação do Parque Natural (projeto defendido pelo Departamento de Parques e Áreas Verdes – DEPAVE da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e pelo Conselho Consultivo da APA do Carmo) e implantação do Campus-Leste da USP (ainda em estudo)?

Todos esses questionamentos, além da preocupação de propor usos compatíveis com a necessidade de preservação do patrimônio natural que lá se encontra (APA do Carmo), foram levados em consideração na etapa seguinte do Plano Diretor (Etapa B), denominada Quadro Propositivo, cujas discussões foram divididas em dois momentos: A segunda Oficina e a segunda Plenária, sendo que esta última ocorreu no dia 28 de Março de 2003. Foram apresentadas propostas para o quadro definido na Etapa A e nessa Plenária todas as intervenções, discutidas em conjunto com a população anteriormente, foram indicadas para o público presente. Com relação à implantação do Primeiro Campus-Leste da USP dentro da APA, em Março de 2003, o Governador Geraldo Alckmin já havia autorizado a construção do mesmo no Parque Ecológico do Tietê, uma vez que não houve acordo com o Conselho Consultivo e outros grupos da região para a sua instalação em terrenos abrangidos por esta.

6.2. Historia da APA “Parque e Fazenda do Carmo”

No século XVI, a região da APA do Carmo era habitada por índios Itaquerus, Caaguaçu e Guaianaz, dando origem aos nomes dos bairros de Itaquera ("pedra dura" em guarani) e Guaianazes. Já no século XIX, a Ordem Terceira do Carmo da Igreja Católica, instalou uma Fazenda na área e lá permaneceu até o início do século XX, onde eles criavam gado e plantavam café, chá e verduras (SANTOS 1997).

No final do século XVIII, mais precisamente em 1875, o engenheiro Artur Alvim, juntamente com proprietários de terras da região, trouxeram a estrada de ferro que ligava o Centro a Mogi das Cruzes, tornando possível um escoamento mais rápido da produção agropecuária que já desempenhava um papel econômico de grande importância na região. A estrada de ferro trouxe consigo a instalação de vários povoados ao longo de seu leito, povoados estes que foram se adensando e se multiplicando ao longo do tempo

(STAHLHAUER 1999). Por volta de 1910, a Fazenda Caaguaçu dos Carmelitas foi parcelada (SSO & SMC 1979).

Em 1919, o Coronel Bento Pires de Campos, na época presidente da Companhia Agrícola e Pastoril, comprou essas terras e passou a produzir café, produto agrícola de grande importância para o desenvolvimento econômico de São Paulo (STAHLHAUER 1999). A Fazenda então, passou a denominar-se Fazenda do Carmo (SSO & SMC 1979)

Bento Pires cedeu uma área próxima da Estação de trens de Itaquera para a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo e onde se instalaram algumas famílias, acompanhadas mais tarde, pela vinda de imigrantes (principalmente japoneses). Esses imigrantes passaram a produzir hortifrutigranjeiros dentro de um processo de arrendamento de terras, que em menor escala, perdura até os dias de hoje (STAHLHAUER 1999).

Segundo a referida autora, em 1950, Oscar Americano de Caldas Filho, na época presidente da CBPO (Companhia Brasileira de Projetos e Obras), responsável mais tarde pela construção do Metrô de São Paulo, comprou a Fazenda Nossa Senhora do Carmo e loteou parte da área, criando o Jardim Nossa Senhora do Carmo, um loteamento com infraestrutura privilegiada em relação a maioria dos bairros da zona leste, contando com saneamento básico, ruas largas, arborização, luz, água, etc.

Em 1974, com sua morte, a família vendeu a maioria das terras para a Prefeitura do Município de São Paulo, que transformou, aproximadamente 1.549.000 m² da área em parque municipal, o Parque do Carmo.

Em uma outra parte da área, foi construído um Aterro Sanitário e uma Usina de Compostagem. Além disso, a COHAB (Companhia de Habitação), adquiriu 65% do terreno, onde havia a intenção de se construir um conjunto habitacional, dentro da política habitacional que vigorava na época, porém isso não chegou a ocorrer.

Existem na área pequenas propriedades particulares, algumas chácaras, duas indústrias, uma loja ocupando o espaço de uma antiga indústria e um retiro espiritual da Igreja Católica, o Thabor. (os prédios onde funcionavam as duas indústrias mencionadas e o espaço da antiga indústria ocupado pela loja Novo Mundo Materiais para Construções, encontram-se atualmente fechados, aguardando a venda ou aluguel dos mesmos, conforme visita ao local realizada em 19/10/2002, juntamente com outros membros do Grupo Ambiental da Subprefeitura de Itaquera)

Uma unidade do SESC também foi construída dentro da área da APA, na Avenida Fernando do Espírito Santo Alves de Mattos, inaugurado em 29 de Outubro de 1992 (SANTOS 1997) que adquiriu uma concessão de 100 anos e onde são desenvolvidas atividades de lazer e cultura para os moradores da região, além de projetos de Educação Ambiental. Possui uma área de 350 mil metros quadrados de área verde, sendo 62.747 metros quadrados de área construída, contando com uma infra-estrutura privilegiada que, tem contribuído para o bem-estar da população e o desenvolvimento da região, como afirma EJNI (2000).

Segundo o Relatório apresentado pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente na 76ª Reunião Ordinária do CONSEMA em 21/12/92 para a regulamentação da Área de Proteção Ambiental “do Parque e Fazenda do Carmo”, esta unidade de conservação conta com

8.700.000 metros quadrados e está inserida na zona leste de São Paulo, no Distrito do Parque do Carmo, Subprefeitura de Itaquera. Situa-se entre os dois principais pólos industriais da região metropolitana – o ABC à sudoeste e o eixo industrial da Via Dutra à nordeste.

Foi criada pela Lei Estadual nº 6.409, de 05 de Abril de 1989, porém só foi regulamentada em 1993, pelo Decreto nº 37.678, de 20 de Outubro do referido ano.

6.3.1. Dos antecedentes da A.P.A.

- Em 1970, o órgão responsável pela limpeza pública do Município de São Paulo (LIMPURB), implantou uma Usina de Compostagem em uma área de 56.000 metros quadrados – a Usina de Compostagem de São Matheus Segundo STAHLHAUER (1999), esta pode ter sido instalada antes da venda da fazenda para a Prefeitura e algum tempo depois, foi instalado o Aterro Sanitário de São Matheus;
- Em 1975, a Prefeitura Municipal de São Paulo iniciou a implantação do Parque do Carmo, correspondente a uma área de 1.550.349 metros quadrados;
- Em 1979, iniciou-se a construção de uma unidade do SESC, com uma área correspondente a 350.000 metros quadrados, com conclusão prevista para 1992;
- Em 1980, a COHAB-SP, adquiriu uma área de 5.748.874 metros quadrados, nos limites do Parque do Carmo;
- Em 1982, a mesma Companhia construiu um loteamento (Pêssego I), pertencentes ao PROFILURB (Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados), em área de 196.569 metros quadrados, que ficou conhecido como Gleba do Pêssego;
- Em 1983, a Prefeitura do Município de São Paulo, conseguiu uma área de 151.640 metros quadrados de propriedade da COHAB-SP, onde foi implantado um aterro sanitário, denominado pela população de “lixão”;
- Em 1985, segundo SMA (1999) e STAHLHAUER (1999), a população, contrária à instalação do “lixão”, resolveu manifestar-se desfavoravelmente à continuidade das atividades do referido aterro, pois entendiam que era prioritária a manutenção daquela área, com uma porção significativamente grande de vegetação remanescente da Mata Atlântica e que embora fosse secundária, encontrava-se ainda bem preservada. A mobilização popular ocorreu de forma organizada, com a ajuda de ONGs existentes na região e esse movimento seguiu cada vez mais forte em defesa dessa causa, inclusive acampando durante 40 dias no local para impedir o depósito de lixo. Para

STAHLHAUER (1999, p.12), a grande relevância desse movimento foi além daquela causa, pois proporcionou o “fortalecimento das organizações ambientalistas da região, que neste confronto encontraram também a possibilidade de lutar pela melhoria da qualidade de vida da população da zona leste”.

- Em 1987, foi apresentado à Assembléia Legislativa, o projeto de lei nº 829/87, de autoria do então Deputado Estadual, Roberto Gouveia integrante do Partido dos Trabalhadores, que declarava a referida área como Área de Proteção Ambiental.
- Em 1988, o então Governador, Orestes Quércia, vetou o projeto de lei, por entendê-lo inconstitucional e contrário aos interesses públicos, pois nesse mesmo ano, a COHAB-SP, elaborou um projeto habitacional para a área que adquirira, onde seriam construídas 25.230 unidades populares;
- Em 1989, com a mudança na administração da COHAB-SP e o CONSEMA, esse projeto habitacional foi considerado inadequado e por isso, abandonado pela Companhia. Ainda nesse ano, caiu o veto do Governador ao projeto de lei e este foi aprovado pela Assembléia Legislativa, que o transformou na Lei 6.409/89, anteriormente citada;
- Em 1990, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, através do “Programa-Regulamentação e Implantação das APAs criadas no Estado de São Paulo”, contrata a empresa GCA Consultores Associados para desenvolver os “Levantamentos e Análises dos Quadros Ambientais e Projetos Físico-territoriais de Zoneamento Ambiental para a APA Parque e Fazenda do Carmo”, que concluiu os mesmos em Julho de 1990. Um grupo de trabalho composto de técnicos de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de São Paulo foi designado para acompanhar os levantamentos da GCA e analisar o seu trabalho produzindo dois documentos: “Descrição e Recomendações do GT para a APA” e “Proposta do GT para áreas preferenciais de uso do solo nas propriedades municipais na APA”. Os documentos foram encaminhados ao Gabinete do Prefeito e à Comissão de Política Urbana (CPU) da PMSP. Ainda nesse ano, a nova Lei Orgânica do Município, considera a Mata do Carmo, como espaço do Município “especialmente protegido” (artigo 185).
- 1993 – Em Junho, a PMSP, através da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (DEPAVE-11), preparou um documento intitulado “Plano para o Parque Ecológico do Carmo – Memorial descritivo” .Em Outubro, é regulamentada a APA, através do Decreto nº 37.673. No capítulo III – da Gestão Ambiental, artigo 15º, do referido Decreto, ficou estabelecido que a gestão da APA ficaria a critério da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, que contaria com um Conselho Consultivo composto por 3 membros efetivos e respectivos suplentes, provenientes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Prefeitura de São de Paulo e de Entidades Civis, além de 1 membro representando as Universidades, perfazendo um total de 10 membros (STAHLHAUER 1999).

Conforme afirma a autora mencionada, surgiu, também nesse ano, a proposta de se implantar um Parque Ecológico nas áreas remanescentes da COHAB, na tentativa de conter possíveis ocupações e propondo um zoneamento onde seriam permitidas apenas atividades de educação ambiental e de lazer contemplativo, e proibindo o acesso a determinadas áreas de uso restrito, visando a proteção dos recursos naturais mais significantes ali presentes. A regularização efetuada pela COHAB (Lei Municipal nº 11.665/95) de 1.150 lotes e a remoção de construções de risco estavam previstas no projeto do Parque.

6.3.2. Das características gerais

Dados fornecidos pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (1991 e 1992), e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (2002), permitem evidenciar as principais características da APA do Carmo, desde a sua criação até os dias de hoje:

- Com relação à estrutura fundiária e uso do solo, a COHAB-SP foi indicada como proprietária da maior parte da APA, cerca de 66% da mesma, o que corresponde a 5,75 milhões de metros quadrados, dos quais, 196.569 metros quadrados foram utilizados na construção do Conjunto Habitacional Profilurb-Carmo, 56.000 metros quadrados foram cedidos à LIMPURB para a instalação da Usina de Compostagem e 151.460 metros quadrados foram destinados ao Aterro Sanitário, hoje desativado. Os 5,34 milhões de metros quadrados restantes seriam áreas desocupadas e cobertas por vegetação significativa da Mata do Carmo. O Parque do Carmo, com cerca de 1,55 milhões de metros quadrados e o SESC-Itaquera, com 0,35 milhão de metros quadrados, comporiam o restante da APA, juntamente com 1 milhão de metros quadrados divididos entre propriedades de pequeno porte (chácaras) e indústrias;
- Ao se referir ao meio físico, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA 1991 e 1992), salientou que, trata-se de região com topografia onde “predominam encostas de declividade natural relativamente elevada(...)” (p.6) e terrenos cuja formação geomorfológica propicia escorregamentos de terra e processos erosivos que podem ser desencadeados a partir da ocupação dos mesmos;
- Quanto à fauna e à flora da APA, relatou-se que a cobertura vegetal seria formada por matas ciliares (vegetação que margeia os corpos d’água), capoeiras (presentes na maioria das áreas já impactadas, nas trilhas e franjas da mata nativa), campos, reflorestamento de eucaliptos (ao longo da Av. Afonso Sampaio e Souza) e brejos. Possuiria, ainda, remanescentes de Mata Atlântica, encontradas principalmente nas encostas e locais de difícil acesso. Segundo SMMA (2002), a presença dessa mata impede a erosão do solo, preservaria os mananciais, a fauna e teria importante função no equilíbrio do clima da região. Algumas espécies típicas de mata primária como o pau-de-tucano, o passuaré, o angico, manacá-da-serra, camboatá, entre outras estariam presentes. Já nos campos e gramados, espécies

exóticas dividiriam espaço com espécies nativas. A fauna local foi considerada muito rica e representativa da Mata Atlântica. Nos diversos ecossistemas ali presentes, seria possível encontrar entre elas, espécies raras como a borralha-assobiadora, segundo levantamento feito pela Divisão Técnica de Medicina Veterinária da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Também já foram encontrados mamíferos como bicho-preguiça, macacos, gambás e veados, por exemplo.

6.3.3. Do zoneamento ambiental

De acordo com o Decreto de Regulamentação da APA (SMA 1992), a área encontra-se dividida em 5 zonas:

- Zona A – denominada zona de vida silvestre, onde as características do ecossistema original encontram-se preservadas. Nesta zona, a mais restritiva, o uso é institucional e são permitidas apenas atividades educacionais de pesquisa científica. Esta área pertence à COHAB-SP;
- Zona B – onde ainda existem manchas de ecossistema original e o uso, assim como na zona A, deve ser institucional reservado ao lazer, cultura e educação ambiental. Compreende as áreas do SESC-Itaquera e do Parque do Carmo;
- Zona C – onde estão presentes componentes do ecossistema já modificados, além de áreas restritas com componentes do ecossistema original. Incluem-se nessa área, a Usina de Compostagem, o Aterro Sanitário e as áreas de reflorestamento de eucaliptos pertencentes à COHAB-SP. Permitem-se aqui os seguintes usos: residencial, institucional, serviços e comercial, porém vinculados à elaboração de Relatório de Impacto Ambiental – EIA/RIMA;
- Zona D – Onde os componentes do ecossistema natural foram radicalmente modificados. Nesta zona são permitidos os usos agrícola, comercial, serviços e industrial. Neste último caso, desde que as atividades não afetem o meio ambiente. Nesta área vale observar que já existem atividades agrícolas e industriais.
- Zona E – Onde já não há sinais do habitat natural, pois todos os componentes do ecossistema original foram modificados. Permanece o uso residencial, já configurado na área e permite-se, ainda os usos comercial e institucional local.

6.3.4. Da forma de gestão

O Decreto de Regulamentação da APA (SMA 1992), traz em suas Disposições Transitórias, uma série de recomendações e exigências necessárias para que se cumpra a vocação da área, obedecendo ao zoneamento ambiental. Entretanto, isso não é suficiente para garantir a efetiva implantação da APA que requer uma gestão adequada e eficaz. Essa gestão implica na execução de programas de recuperação, fiscalização e também proposição de medidas necessárias à proteção da área ou ao uso sustentado, quando for o caso. Assim, ao Governo do Estado de São Paulo, cabe a implantação da APA; quanto ao seu gerenciamento, fica a cargo da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e de um Conselho, de caráter consultivo, composto por 10 membros efetivos e seus respectivos suplentes, conforme se segue:

- 3 representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente;
- 3 representantes da Prefeitura Municipal de São Paulo;
- 3 representantes de Entidades Civis, sem fins lucrativos, constituídos para a defesa dos interesses dos moradores e dos valores ambientais da APA do Carmo, por eles eleitos;
- 1 representante das Universidades.

Dos representantes acima apontados, apenas o das Universidades não é convidado pelo Secretário Estadual do Meio Ambiente à correspondente indicação, como ocorre com os demais.

Quanto aos representantes das Entidades Civis, estes deverão ser eleitos, conforme dispuser o Regimento Interno do Conselho Consultivo, cadastrar-se junto à Secretaria Executiva do Conselho e posteriormente à Secretaria Estadual do Meio Ambiente e sua participação deverá ser aprovada pelo coletivo das Entidades da Sociedade Civil cadastrada, conforme resoluções definidas por esse coletivo.

Conforme estabelece o Decreto e consta do Regimento Interno do Conselho Consultivo, este deverá:

- *Propor medidas administrativas de interesse da APA e acompanhar sua gestão;*
- *Manifestar-se quanto à aprovação de planos e projetos a serem implementados na APA do Carmo, bem como quanto à execução de arruamentos, parcelamentos do solo e edificações de qualquer natureza;*
- *Promover a articulação dos órgãos governamentais, Instituições financeiras, organizações não-governamentais e iniciativa privada para a concretização dos planos e programas estabelecidos;*
- *Promover entendimentos, cooperação e eventual conciliação entre órgãos públicos e a sociedade civil;*
- *Propor planos, programas, projetos e ações aos órgãos públicos, organizações não-governamentais e iniciativa privada com o objetivo de garantir a qualidade e a quantidade dos recursos naturais da APA do Carmo;*

- *Acompanhar o desenvolvimento dos planos, programas, projetos e ações propostos;*
- *Propor aos poderes públicos, ações que aperfeiçoem a gestão da APA;*
- *Aprovar os documentos e as propostas encaminhadas pelas câmaras técnicas previstas no Artigo 4º, parágrafo 1º e 2º deste Regimento;*
- *Aprovar seu regimento e decidir sobre casos omissos, normatizando-os quando necessário;*
- *Recomendar a celebração de convênios de entidades integrantes do Conselho com entidades públicas e particulares;*
- *Promover estudos, divulgações e debates sobre os Programas Prioritários de Serviços e obras a serem realizados no interesse da coletividade.*

6.3.5. Dos problemas ambientais

Em 1991, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente constatou que o Aterro Sanitário e a Usina de Compostagem, constituíam os principais problemas da APA, tendo sido, inclusive o motivo central do protesto de moradores, que culminou com a criação dessa Área de Proteção Ambiental. Porém, a simples desativação do Aterro não resolveu o problema, pois não houve o acompanhamento técnico necessário para tornar a área segura ambientalmente, levando a uma intensa poluição dos corpos d'água e também do solo. A Usina de Compostagem, por sua vez, continuou gerando protestos dos moradores, em virtude do mau cheiro exalado.

Um outro problema levantado na época, estava relacionado com o saneamento básico, já que o Conjunto Habitacional PROFILURB, construído pela COHAB-SP, não possuía rede de esgotos, de tal forma que os efluentes eram lançados a céu aberto, nos córregos que atravessavam a mata.

As invasões nas terras da Igreja, próximas ao Retiro Espiritual Tabor das Irmãs Agostinianas, vizinhas ao Conjunto PROFILURB, foram indicadas como causadoras de erosão nas áreas sujeitas à instabilidade do solo, degradação das áreas verdes, (através de desmatamentos, queimadas e retirada de terra) e comprometimento da qualidade dos recursos hídricos da APA. A erosão provocou o assoreamento dos lagos do Parque do Carmo e o agravamento das enchentes, a justante da APA, no córrego Aricanduva.

Em 1992, a Secretaria Estadual do Meio Ambiente, na versão do documento "Regulamentação da Área de Proteção Ambiental Parque e Fazenda do Carmo – APA do Carmo", apresentada ao CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente), descreveu os mesmos problemas, ressaltando que a ação fiscalizadora da COHAB, SMA, do Movimento

“SOS Mata do Carmo” e dos moradores do Conjunto PROFILURB, conseguiu deter as invasões dos moradores “sem teto” nas proximidades do Conjunto.

Em 1996, entidades ambientalistas e movimentos populares que atuavam na região, enviaram correspondência ao então Secretário do Meio Ambiente, Sr.Fábio Feldman, denunciando a situação de abandono da APA, três anos após a sua regulamentação e cobrando providências, uma vez que segundo eles, a referida Secretaria estaria sendo omissa em seu papel de fiscalizadora da área. Nessa correspondência, eram enumerados os seguintes problemas:

- Os planos de recuperação de áreas degradadas, de manejo e outros previstos no Decreto de Regulamentação, jamais foram implementados e o prazo previsto (270 dias a contar da data de publicação do Decreto), havia se esgotado em 20.07.94, portanto, nos dois anos anteriores.
- A falta de fiscalização e a lentidão na tomada de providências, permitindo a implantação de áreas de descarte de pneus e entulho (“bota-fora”) dentro da área de proteção permanente no interior da APA.
- Denúncias de que a COHAB-SP estaria parcelando a Zona “C” (destinada à edificações, porém com restrições) e vendendo os lotes aleatoriamente, sem levar em conta o Plano Urbanístico Integrado e o EIA/RIMA, pré-requisitos indispensáveis, segundo o próprio Decreto.
- Incêndios recorrentes, sobretudo nas estações mais secas (inverno e início da primavera), que, segundo dados fornecidos pela Unidade do Corpo de Bombeiros instalado na APA, teriam sido 93 em 4 meses, no ano de 1994.
- Desmatamentos, caça predatória e movimentação de terra, também foram citados, ressaltando-se a necessidade e a importância da ação da Polícia Florestal, ausente no presente, mas que atuara em anos anteriores, juntamente com a COHAB-SP e a Guarda Civil Metropolitana, garantindo a segurança e o respeito ao meio ambiente.

Assinaram esse documento, a SAL (Sociedade Ambientalista Leste), o MDVA (Movimento de Defesa do Vale do Aricanduva), Movimento Unitário 1º de Maio de Guaianazes e Fundação SOS Mata Atlântica.

Nesse mesmo ano, um ofício da Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano, destinado à SOS Mata Atlântica, onde a então Secretária, Ermínia Maricato, alertava para a ameaça de destruição da APA, por meio das ocupações irregulares, desmatamentos, queimadas e outras situações de risco, solicitando à referida ONG, uma intervenção conjunta na área. Ela salientava que, o Poder Público Municipal apesar de envidar esforços para impedir a degradação e ocupação irregular da área, através da fiscalização exercida pela Guarda Civil Metropolitana, ações de reintegração de posse ajuizadas pela COHAB-SP, remoção de invasores e obras emergenciais para conter a degradação do aterro sanitário, sentia-se incapacitado para cumprir com seu papel de preservação da APA de forma satisfatória.

No referido ofício, a Secretária sugeria a implantação de um Parque Público, onde a Prefeitura se colocaria como parceira do Governo do Estado para preservação e execução do Parque e a criação de um programa de fiscalização nos moldes do SOS Guarapiranga. Ressaltava a importância das entidades ambientalistas no papel de garantir, juntamente com o Executivo e Legislativo em todos os níveis, a preservação da APA do Carmo.

Esses documentos acima mencionados encontram-se em ANEXOS, no final deste trabalho.

Trabalhos recentes, como o de STAHLHAUER (1999) e visitas realizadas pelo Grupo Ambiental da Subprefeitura de Itaquera a APA, no decorrer de 2002, revelaram que a maioria desses problemas ainda persistem, enquanto outros encontram-se em fase de solução.

São considerados problemas persistentes:

- A falta de fiscalização por parte do Governo do Estado, responsável pela APA e do Município, no que lhe compete, tem permitido que os problemas continuem e se intensifiquem ao longo dos anos;
- O depósito de inertes (entulhos), pneus e demais resíduos sólidos em áreas da APA (ANEXOS - Fig.7, 8 e 13);
- A Usina de Compostagem, alvo de reclamações quanto ao mau cheiro liberado por suas atividades, continua funcionando dentro da APA (Fig.14);
- O Aterro, embora desativado, deixou “seqüelas” na mata, com áreas sujeitas à erosão e retenção de água. A vegetação, em fase de recuperação, foi destruída por um incêndio (Fig.23, 24,25 26);
- Os córregos, nascentes e lagos presentes na APA, encontram-se poluídos e assoreados (Fig.12, 20 e 21);
- Invasões, desmatamentos e queimadas: os últimos incêndios ocorreram no mês de Outubro de 2002, destruindo grande área de vegetação e atingindo a fauna local (Fig.9,11, 24,25,26 e 27);
- A Favela do Thabor, ocupação ao sul da APA, próxima ao Rio Aricanduva, de acordo com STAHLHAUER (1999), abriga cerca de 800 famílias que estão, constantemente sujeitas às cheias, causando vítimas e destruindo suas precárias instalações. Por tratar-se de uma área de risco, não é possível regularizar a situação dessas famílias e além disso, está prevista a construção de um “piscinão” - reservatório de contenção de sedimentos e controle de cheias – que exigirá a remoção das mesmas do local e o reassentamento destas em outras áreas mais apropriadas;
- Apesar dos esforços da Administração do Parque do Carmo em disciplinar e controlar o número de vendedores ambulantes na área, há um crescimento destes,

tanto dentro, como nas imediações do Parque, agravando a situação dos resíduos sólidos; Esta situação é, em grande parte explicável em virtude do processo de desaceleração econômica que o país atravessa, e especialmente a Cidade de São Paulo, onde grande parte da população sofre com a crise do desemprego (Fig.6 e 17).

- Grande número de animais domésticos, sobretudo cães abandonados no interior do Parque, trazendo perigo aos freqüentadores e à fauna local, já que a presença deles afasta os animais (Fig.18);
- Proliferação de pontos de prostituição e disseminação de drogas nas imediações do Parque do Carmo e a migração desses profissionais do sexo para o interior da mata do Parque e demais áreas da APA, gerando problemas de segurança e situações de desconforto para os moradores e comunidades escolares locais, que são obrigados a conviver esses problemas inclusive durante o dia (Fig.28);
- Presença de mendigos que residem no interior do Parque e que, não obstante a intervenção da Defesa Civil, retornam e insistem em fixar moradia no local (Fig.19);
- O gradil que protegia os limites do Parque, encontra-se destruído em vários pontos, facilitando a invasão e conseqüente degradação da área por meio de queimadas, despejo de resíduos sólidos, além de atos de vandalismo contra o patrimônio ali edificado (Fig.15);

São problemas com expectativa de solução a curto e médio prazo:

- A SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) deve iniciar em 2003, as obras de captação de esgotos do Conjunto PROFILURB da Gleba do Pêssego, que tem sido lançados no interior da APA desde a sua implantação e por esta razão, motivo de protestos e reivindicações por parte de seus moradores em conjunto com o Conselho Consultivo da APA;
- O cercamento da APA, contrapartida exigida pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA), Secretaria de Vias Publicas da Prefeitura de São Paulo (SVP) e COHAB-SP, pela obra do Reservatório de Contenção de Sedimentos e Controle de Cheias “Aricanduva III”, que deverá dificultar as invasões e as ações de degradação ambiental no interior da área e a implantação do Parque Natural Municipal (cuja criação no país, é prevista pela Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, Cap.III, Art. 11, parágrafo 4º e consta do Plano Diretor para ser executada até 2012), que possibilitará a fiscalização da APA e a efetiva proteção ambiental, além da pesquisa, do ecoturismo, respeitando o zoneamento ambiental (SMMA 2002). No primeiro caso, a verba para o referido cercamento já foi destinada desde o início de 2002 e aguarda a liberação da Secretaria de Finanças do Município para a execução da obra por parte da

COHAB-SP. No segundo caso, a proposta que vem sendo defendida há mais de uma década, por vários órgãos municipais e estaduais (SMA), como também pelo próprio Conselho Consultivo da APA, vem ganhando força e depende exclusivamente de deliberação por parte da Prefeitura de São Paulo para implantar o Parque, tão logo ocorra o cercamento. O Conselho Consultivo vem negociando essa questão como medida compensatória no processo de licenciamento ambiental do Reservatório de Contenção de Sedimentos e Controle de Cheias “Aricanduva II” que, assim como o “Aricanduva III”, atingem a APA. Vale lembrar que essa região do Vale do Aricanduva, trata-se de uma das áreas mais críticas na Cidade de São Paulo, com relação ao problema de enchentes, daí a necessidade dessas obras. Também outras exigências ficaram estabelecidas em documentos assinados pelos membros do Conselho Consultivo da APA e firmadas no Termo de Compromisso assinado pelas Secretarias Municipais envolvidas nas obras de intervenção no local, tais como:

- a reposição vegetal numa proporção 5 (cinco) vezes maior que a área atingida dentro da APA (atividade sendo desenvolvida)* ;
- levantamento das espécies vegetais a serem removidas da área do empreendimento e seu entorno, identificando as espécies, sua localização e condições fitossanitárias e definindo áreas para o seu transplante (atividade sendo desenvolvida);
- Recuperação da paisagem urbana degradada, através de projeto paisagístico (projeto em análise no DEPAVE)*
- Reposição das perdas florestais das espécies que forem retiradas para evitar o desequilíbrio ecológico, danos ao ecossistema e fauna locais (atividade sendo desenvolvida)*
- Implementação de um programa de Educação Ambiental, juntamente com outras instancias envolvidas e atuantes na APA, dirigido aos moradores da Gleba do Pêssego e outras ocupações próximas à Casa de Retiro Thabor (Favela do Thabor) (atividades a serem cumpridas à época da operação do reservatório)*

6.3.6. Propostas de Educação Ambiental desenvolvidas na APA

Como aborda PÁDUA E TABANEZ (1998), afastar a presença humana, o máximo possível dessas unidades, não resolveu a questão da proteção ambiental nessas áreas, uma vez que a falta de recursos para o manejo das mesmas, inviabilizou esse processo. Também a simples criação das mesmas unidades não garantiu a proteção de seus recursos naturais, culturais e históricos, de tal forma que, segundo as autoras, é preciso que a sociedade como um todo absorva essa preocupação e participe da conservação das áreas mencionadas, o que só será possível com estratégias adequadas de manejo, como a educação ambiental, onde a população passe a ser envolvida na proteção das unidades de conservação.

O formato dessa Educação Ambiental deve proporcionar a incorporação de valores que transformem a prática desses cidadãos, no sentido de mudança de comportamento, onde hajam ganhos cognitivos e afetivos, a partir do contato direto com o meio estudado, propiciando uma maior integração das pessoas com essas áreas (DIETZ & NAGAGATA

1997; JACOBSON & PÁDUA 1995; PÁDUA 1997 citados por PÁDUA & TABANEZ 1998, p.40).

Dentre outros aspectos importantes que devem ser considerados no processo de Educação Ambiental a ser desenvolvido com as comunidades próximas a uma Área Natural Protegida, as autoras supra citadas, destacam que é necessário:

- Ouvir a todos para que estes se sintam valorizados e participantes ativos do processo, pois assim os programas contemplarão as necessidades locais, além de favorecerem um compartilhamento de responsabilidades e aprimoramento de idéias e ações. O papel dos educadores ambientais passa a ser, nesse caso, de facilitadores e não de responsáveis únicos pelo processo educativo.

* Fax da S.M.M.A. enviado a Secretária do Conselho Consultivo da APA, em 16.07.02.

- A valorização dos recursos naturais presentes na região enfocada também é uma estratégia interessante e eficaz, pois desperta “um senso de orgulho regional” que pode, entre outras coisas, levar a um sentimento de proteção por parte dos membros das comunidades envolvidas, tornando-as mais comprometidas com a conservação daquela área. As autoras citam com exemplo, programas brasileiros e estrangeiros onde se utilizam espécies raras, ameaçadas e endêmicas, para ressaltar a importância da conservação de um determinado habitat e não apenas de espécies vegetais ou animais. Segundo as mesmas, isso pode contribuir muito para incrementar o potencial educacional dessas áreas.

O levantamento efetuado junto às Instituições que desenvolvem trabalhos de Educação Ambiental nas comunidades pertencentes ou próximas da APA do Carmo, permite destacar as seguintes propostas:

1. Centro de Educação Ambiental do Parque do Carmo (CEA- Carmo): Os CEAs são órgãos localizados nos Parques Municipais, diretamente ligados à Divisão de Educação Ambiental (DEA) do Departamento de Educação Ambiental (DEAPLA) da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Foram criados com a missão de desenvolver projetos sintonizados com as realidades sócio-ambientais locais e atender às necessidades das regiões onde estão inseridos, buscando parcerias com outras instituições. Esses projetos visam sensibilizar as comunidades para que se tornem agentes responsáveis pela melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente, atuando localmente com vistas à sustentabilidade da cidade (SMMA 2002a).

Nesse sentido, o CEA Carmo* vem desenvolvendo cursos para sensibilizar e formar públicos variados que incluem professores, alunos, agentes comunitários e de saúde, policiais, deficientes visuais, servidores públicos e munícipes em geral, enfocando temas como:

- Globalização e problemas ambientais
- Educação Ambiental – histórico, princípios e perspectivas

- Problemas locais através de estudo do meio
- APA do Carmo: importância sócio-ambiental e participação popular
- Concepções de meio ambiente (natural e construído)
- Papel do cidadão na construção de ambientes mais saudáveis

Também são realizadas oficinas diversas, como: reaproveitamento de alimentos, reciclagem e redução de resíduos, jardinagem, horta e plantas medicinais, animais peçonhentos, apicultura, observação da fauna e flora do Parque, além de trilhas monitoradas para reconhecimento da fauna, flora e histórico local.

*Folder de Cursos - CEA-Carmo/1997

O CEA conta, ainda, com um acervo bibliográfico para consulta local, composto por livros, revistas, textos, documentos, fotos e hemeroteca e uma exposição fixa (Museu Ambiental), que costuma atender cerca de seis mil pessoas por ano (Atualmente ambos encontram-se desativados por motivo de reforma do prédio, que se iniciou em meados de 2002). Na exposição aborda-se os seguintes temas:

- Histórico da ocupação da cidade, do bairro e do Parque;
- Exemplos e vestígios do Parque e da Cidade;
- Fatores que levam à degradação do meio ambiente e da qualidade de vida;
- Exemplos e vestígios de animais do Parque;
- Vestígios da evolução dos seres vivos;
- Coleção de rochas e minerais;
- Exposição sobre poluição urbana.

Em 2002, o CEA Carmo capacitou cerca de 40 beneficiários do Programa Social da Prefeitura de São Paulo, o “Bolsa-Trabalho”, para trabalharem no Projeto “Descubra o Parque”, onde eles deverão atuar como orientadores de público quanto ao uso adequado dos espaços do Parque e a importância da preservação do meio ambiente* .

Além dessas atividades, no decorrer do mesmo ano, o CEA promoveu Seminários Temáticos de Educação Ambiental, dos quais puderam participar especialistas, educadores e interessados em geral.

2. Guarda Civil Metropolitana (Inspetoria Regional de Itaquera/Pelotão de Ciclistas): sediados próximos ao CEA-Carmo, no interior do Parque, desde 12/07/01, o pelotão de ciclistas da GCM, conta com cerca de 32 guardas, responsáveis pelo patrulhamento do Parque, onde também desenvolvem um trabalho de orientação dos usuários do Parque quanto às normas de segurança e educação ambiental, voltada para a preservação do patrimônio natural do Parque.** Um projeto elaborado pelo soldado Classe Especial Carlos Roberto de Souza, visa trabalhar em conjunto com as unidades escolares da região, ministrando palestras para sensibilização quanto às questões ambientais da APA, acompanhamento e orientação de grupos em trilhas pelo Parque, passeios ciclísticos e apoio aos projetos de educação ambiental já existentes nessas Escolas. Esse trabalho em parceria já vem ocorrendo com algumas Unidades (Fig.22).

* Informativo Mensal da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - Ano 2 - nº 1- Jan/2002

** Folder da GCM – Inspetoria Regional de Itaquera/ Pelotão de Ciclistas - Nov/2002

3. Sociedade Ambientalista Leste (SAL): dentre as ONGs que atuam na região, a SAL vem se destacando pelo seu trabalho junto às comunidades locais, desde a sua criação em 28.03.93, com o movimento “SOS Mata do Carmo”, organizado para combater o “lixão” que se instalara no início da década de 80, dentro da área que mais tarde seria transformada em Área de Proteção Ambiental. Desde então, esta ONG vem desenvolvendo trabalhos de educação ambiental na região, realizando palestras, eventos, como: exposições de fotos, encontros com a comunidade e seminários (em 23/11/02, ocorreu o Seminário “Reforma Urbana e Meio Ambiente: Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável na Zona Leste”). A SAL, promove também cursos de educação ambiental e palestras nas escolas e comunidades, trilhas ecológicas nas APAs do Carmo e Iguatemi (esta última pertencente à Subprefeitura de São Mateus, porém próxima à Subprefeitura de Itaquera).

Além dessas atividades, são membros do Conselho Deliberativo do Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, onde integram o Grupo de Trabalho de Meio Ambiente, participando do Programa “Coleta Seletiva: Zona Leste Faz!”, dando apoio aos catadores de materiais recicláveis, autônomos ou organizados em cooperativas e outras formas de gestão.

O Fórum supra-citado, reúne representantes do Governo Federal, Estadual e Municipal, empresários (representados pela Indústria e Comércio e Serviços), entidades educacionais e Universidades, Sociedade Civil Organizada e entidades de classe, com o principal objetivo de buscar soluções para os problemas nas áreas de Meio Ambiente, Segurança, Transporte, Saúde, Educação e demais áreas que afetem a região.

Possui representante no Conselho Consultivo da APA do Carmo, promoveu, no ano de 2000, um curso profissionalizante de jardinagem e paisagismo para adolescentes em parceria com o C.P.H.N. (Centro de Pesquisa da História

Natural), C.P.A. (Centro de Profissionalização do Adolescente) e o Programa Comunidade Solidária.*

Desde Julho de 2001, vem desenvolvendo o Projeto Jequitibá** em parceria com a Escola Municipal de Ensino Fundamental Benedito Calixto, localizada no Distrito de Itaquera, através do Programa Crer Para Ver, patrocinado pela Fundação Abrinq-Natura, com o objetivo de despertar a consciência da preservação ambiental nos professores, alunos e comunidade, além de garantir um acervo para a escola e a criação de um viveiro de mudas extraídas da Mata do Carmo. Essas mudas têm servido para arborizar a unidade escolar, mas também diversas outras áreas da comunidade tem sido beneficiadas pelo projeto, que ganhou outras parcerias para ampliar suas ações, como a Subprefeitura de Itaquera, o Supermercado Barateiro e o NAE-9.

* Folder da SAL- Nov/2002

** Jornal do Jequitibá, nº 1; 2º sem/2001 e nº 3 ; e 2º sem/2002.

Os educadores da EMEF Benedito Calixto, participam da formação duas vezes por semana ao longo do ano todo, onde são proferidas palestras com especialistas na área ambiental, estudos de textos, aulas práticas de plantio e produção de mudas, além de visitas à APA e seu entorno para estudo do meio, acompanhados pelos biólogos e monitores do Projeto.

Em seguida, os alunos do Ciclo I e II também participam de diversas atividades, como: sensibilização e orientação para preservação ambiental, através de palestras, música, dança, teatro e outras formas de linguagem; trilhas para estudo do meio; coleta de sementes, plantio e transferência de mudas do viveiro para outras áreas.

Por ser um projeto que causou um impacto bastante positivo na região, desde o segundo semestre de 2002, a autora deste trabalho, representante da equipe de Educação Ambiental do NAE em referência, vem acompanhando e juntamente com a equipe do Projeto Jequitibá, preparando o projeto de expansão do mesmo para outras unidades em 2003.

Nesse sentido já foram efetuadas algumas ações, como o encontro para sensibilização das equipes técnicas das unidades educacionais, que ocorreu no Parque do Carmo, no mês de Outubro de 2002.

4. SESC – Itaquera: (...) *o SESC se dedica à promoção do bem-estar social e ao desenvolvimento cultural dos trabalhadores do comércio (e portanto interfere diretamente em questões relativas à sua qualidade de vida) – seria imperdoável deixar do lado de fora de suas atividades a educação ambiental informal, dirigida a crianças, jovens e adultos, e a própria atuação ambientalista no seio da sociedade* MIRANDA (1996 p.12).

Desde a sua inauguração, em 1992, vem desenvolvendo diversas atividades voltadas para as questões ambientais, como cursos, encontros temáticos, oficinas, seminários, ciclos de vídeos e exposições, debates, além de participar e sediar o Fórum para o Desenvolvimento da Zona Leste, trabalhando com iniciativas como a “Coleta Seletiva – Zona Leste Faz!”. O SESC atua na educação ambiental informal, porém tem dado importante apoio às instituições educacionais públicas e particulares da região e de também de outros pontos da Cidade, dando subsídios teóricos, fornecendo amplo e rico material didático e oferecendo experiências práticas aos educadores e educandos, desenvolvendo e acompanhando projetos de educação ambiental nessas unidades.

Possui um programa gratuito e permanente de educação ambiental, para professores, chamado “Pólos Integrados de Educação Ambiental - Benfeitores da Natureza”, que tem oferecido, desde 1997, o curso denominado “Meio Ambiente Prático”, direcionado a professores e favorecendo indiretamente milhares de alunos da rede pública e privada no desenvolvimento de trabalhos ambientais. Aborda temas como:

- Integração na educação ambiental;
- Fundamentos da educação ambiental;
- Homem, ambiente e suas conseqüências;
- Experiências em educação ambiental e coleta seletiva;
- Arte-Educação
- Jardinagem orgânica
- Manejo de horta Orgânica
- As ervas medicinais na sala de aula

Após o curso, o trabalho dos professores nas escolas é acompanhado pela Equipe de Gestão Ambiental do SESC Itaquera, a fim de oferecer o suporte necessário ao desenvolvimento de seus projetos. Os trabalhos são premiados, publicados em revista do SESC e ficam disponíveis para interessados em trocar experiências na área de projetos ambientais.

Conta com uma equipe de técnicos e espaços dotados de uma infra-estrutura especial para a realização de oficinas e vivências, como: orquidário, horta, herbário, pomar e trilha na mata, nesta última onde são realizados os roteiros ambientais, respeitando a faixa etária dos participantes que vai de 04 a 14 anos, e que objetivam colocar a criança em contato direto com a natureza, favorecendo a aquisição de valores importantes, como a responsabilidade e o respeito para com o meio ambiente, o amor, a amizade, necessários para o “cultivo das coisas”, além de introduzir conceitos como preservação, cadeia

alimentar, sucessão ecológica, arborização urbana, árvores exóticas e nativas, reflorestamento, entre outros.*

A programação do ano de 2002, incluiu ainda, palestras com pesquisadores com os seguintes temas: **

- Mata Atlântica: da colonização aos dias atuais - enfocando o processo de colonização e exploração do meio ambiente e seus reflexos nos dias atuais;
- Alterações climáticas e suas implicações geográficas – abordando os fenômenos naturais e as intervenções do homem, gerando a chuva ácida, efeito estufa, destruição da camada de ozônio e desertificação;
- Como elaborar um Projeto de Educação Ambiental;

* Revista Benfeitores da Natureza – SESC; 2002 e Folder do SESC “Pólos Integrados de Educação Ambiental/Roteiros Ambientais - 2001”

** Folder “Pólos Integrados de Educação Ambiental – Clube dos Benfeitores da Natureza – SESC/Programação 2002.

- O uso e preservação do Patrimônio Cultural e a Educação Ambiental, valorizando não apenas o patrimônio natural, mas também o cultural de forma a encará-lo como parte integrante do meio ambiente a ser preservado dentro do espaço urbano;
- Educação Ambiental e Transdisciplinaridade – ressaltando a importância de se desvincular a responsabilidade única de se trabalhar com a educação ambiental em disciplinas específicas, como Ciências e Biologia, quando, ao contrário, ela deve ser encarada como responsabilidade de todos, dentro e fora do ambiente escolar.

5. Programa de Educação Ambiental – EducAPA*: esse programa foi desenvolvido em 1998 em parceria com o Conselho Consultivo da APA do Carmo e com a Associação de Moradores da Gleba do Pêssego, SABESP, COHAB, LIMPURB, SESC-Itaquera, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Secretaria de Saúde e empresários da região.

A área onde foi implantado esse programa foi a Gleba do Pêssego, devendo-se sua escolha pela capacidade de organização de seus moradores e histórico de lutas. A partir da identificação dos principais problemas da APA, onde essa comunidade estava inserida, propunha-se realizar um trabalho de sensibilização para a busca de melhores condições de habitação, qualidade de vida e preservação ambiental, formando educadores ambientais e agentes multiplicadores de informações.

Para tanto, foram realizadas oficinas, campanhas, elaboração de informativos e cartilhas visando esclarecer sobre as implicações de se residir em uma Área de Proteção Ambiental, discutindo-se formas de disposição adequada dos resíduos sólidos domésticos e inertes, de contenção de encostas, proteção da flora e fauna locais, planos de manejo adequados para a APA e seu entorno.

Devia, também estabelecer uma rede permanente de comunicação entre a população, o poder público, os agentes multiplicadores e demais envolvidos. Segundo depoimento de membros que faziam parte da equipe do referido programa, embora tenha dado resultados bastante positivos, o mesmo encerrou-se em função da ineficiência do Poder Público, não fazia os encaminhamentos e nem implantava as medidas necessárias para a resolução dos problemas detectados, segundo a opinião da própria equipe gestora desse programa. Apesar disso, a equipe de saúde do atual QUALIS, que permaneceu no local, continuou fazendo um trabalho conjunto com a comunidade e a Associação de Moradores da Gleba do Pêssego, voltado para a educação ambiental na área, enfocando a preservação ambiental e a prevenção de doenças decorrentes da falta de saneamento básico e também da Dengue.

*Cópia do documento intitulado “Programa de Educação Ambiental – EducAPA”, fornecido pelo Conselho Consultivo da APA do Carmo e informações obtidas junto a membros da equipe responsável pelo projeto.

II. OBJETIVOS

1. OBJETIVO GERAL

Investigar e analisar a atuação do poder público, sociedade civil organizada, movimentos sociais e da população local no processo de transformação e/ou preservação das condições naturais da área, antes e depois da criação da APA.

2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar os principais problemas ambientais da APA.;
- Conhecer a opinião dos participantes do Conselho Consultivo da APA sobre o seu desempenho, dificuldades enfrentadas e conquistas alcançadas;
- Levantar as propostas de educação ambiental instituídas nesta área.

III. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de caso, metodologia criada por LE PLAY (LAKATOS & MARCONI, 1991).

Nesse estudo, visando conhecer a história que precede a criação da APA do Carmo, localizada na Zona Leste de São Paulo e o que ocorreu após a sua criação e regulamentação, o envolvimento do Poder Público, da Sociedade Civil Organizada e da comunidade local, optou-se pelas técnicas de pesquisa descritas abaixo (LAKATOS & MARCONI, 1991):

1. Pesquisa bibliográfica, onde foram utilizados tanto registros escritos quanto eletrônicos;
2. Pesquisa documental, sendo que a coleta de dados foi feita a partir de documentos escritos, primários e secundários, contemporâneos e retrospectivos encontrados no acervo do Centro de Educação Ambiental do Parque do Carmo e do Conselho Consultivo da APA do Carmo, bem como da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, da Fundação SOS Mata Atlântica, da SAL (Sociedade Ambientalista Leste) e da Secretaria Municipal de Educação – Núcleo de Ações Educativas-9. Parte desses documentos encontra-se disponível em ANEXOS;
3. Entrevista, com membros do Conselho Consultivo da APA do Carmo com a finalidade de obter dados que auxiliassem as investigações feitas através das pesquisas documentais e bibliográficas. Neste trabalho decidiu-se utilizar a

entrevista padronizada ou estruturada, com um roteiro previamente estabelecido, conforme sugere LODI (1974, citado por LAKATOS & MARCONI, 1991, p.197).

Antes das entrevistas, foi feito o pré-teste com antigos integrantes do Conselho, para efeito de aprimoramento das questões a serem utilizadas nas mesmas.

As entrevistas foram gravadas em fita cassete e na impossibilidade de realizá-las pessoalmente, devido aos compromissos e a sobreposição de agendas de alguns dos integrantes do Conselho, as questões foram enviadas por *e-mail* aos componentes do Conselho Consultivo, juntamente com o termo de consentimento e livre esclarecimento .

As gravações, bem como a transcrição das fitas, foram feitas pela autora do trabalho e a síntese das respostas obtidas de cada participante, foi colocada em 7 (sete) quadros de referência, obedecendo a ordem das questões, para análise qualitativa *a posteriori*.

Foram feitas visitas de campo pela autora e outros integrantes do Grupo Ambiental da Subprefeitura de Itaquera, para levantamento fotográfico dos principais problemas da área. As fotos encontram-se dispostas no final do trabalho, em ANEXOS.

Para realizar o levantamento das propostas ambientais de diferentes Instituições da região, foi utilizado material disponível na Internet, como também foram feitas visitas ao Centro de Educação Ambiental do Parque do Carmo, ao Conselho Consultivo da APA do Carmo (durante reuniões ocorridas na Sede da Administração do Parque do Carmo), ao SESC Itaquera e SOS Mata Atlântica, onde foram disponibilizados folders, relatórios, textos, jornais informativos e outros materiais sobre os projetos desenvolvidos por essas Unidades. Os contatos com a Sociedade Ambientalista Leste, Guarda Civil Metropolitana (Inspetoria Regional de Itaquera) e Projeto Jequitibá, da Escola Municipal de Ensino Fundamental “Benedito Calixto” (pertencente ao Núcleo de Ações Educativas-9), foram efetuados através de reuniões de trabalho da equipe de Educação Ambiental do NAE-9, bem como nas reuniões do Grupo Ambiental da Subprefeitura de Itaquera, do qual os três últimos grupos supra citados também fazem parte.

IV. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1. Das pesquisas bibliográfica e documental

As pesquisas acerca da área em estudo, revelaram o cenário descrito no item **Síntese do objeto de estudo**, apresentado na **Introdução** deste trabalho, onde os problemas apresentados, mostram uma relação estreita com o perfil da população do Distrito do Parque do Carmo (Subprefeitura de Itaquera): nível de exclusão social classificado na faixa de média-alta exclusão e média-baixa exclusão e IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), em torno de 0,5%, considerado muito baixo e sendo por isso, classificado como “zona africana” em termos de qualidade de vida.

Trata-se de uma região com uma parcela considerável da população vivendo sob condições de exclusão social, ocupando áreas impróprias, muitas delas dentro da Área de Proteção Ambiental, com acesso precário às condições de saneamento básico, educação, segurança, emprego, transportes, entre outras.

Esses levantamentos também permitiram visualizar as principais características da área, os instrumentos de gestão adotados, os atores envolvidos nesse processo de gestão e suas estratégias de ação, no caso da educação ambiental.

Foi igualmente desenhado um quadro de evolução, tanto do agravamento dos problemas acima mencionados, quanto das medidas tomadas por diferentes atores para reversão dos

mesmos, como: Sociedade Civil Organizada, movimentos populares, comunidade, instituições públicas e privadas e diferentes instâncias do poder público.

Foi possível observar que na atual Administração do Município de São Paulo, buscou-se (utilizando-se os dados mencionados primeiramente) caracterizar as diferentes regiões da Cidade de São Paulo, visando intervenções diferenciadas nas mesmas. Isso ficou evidenciado a partir das discussões do Plano Diretor Estratégico, do estabelecimento da atual Política Ambiental do Município de São Paulo e outras iniciativas, como a Cúpula das Grandes Cidades da América Latina sobre Desenvolvimento Sustentável.

2. Das entrevistas

O resultado das entrevistas mostrou que, embora seja formado por 10 (dez) membros, conforme estabelece o Decreto de Regulamentação da APA do Carmo, o Conselho Consultivo, não conta com a participação efetiva de todos esses representantes. Nas reuniões das quais a autora teve a oportunidade de participar, foi observado que os integrantes mais assíduos e ativos, são: 2 (dois) representantes do Estado, os 3 (três) representantes do Município e os 3 (três) representantes da Sociedade Civil (Sociedade Ambientalista Leste, Movimento de Defesa do Vale do Aricanduva e a Associação de Moradores da Gleba do Pêssego). Assim, as entrevistas foram direcionadas para esses membros, sendo que, apenas 5 (cinco) deles se dispuseram a participar do presente trabalho, ou seja, metade do grupo.

Das 5 (cinco) entrevistas, 3 (três) foram gravadas em fita cassete, aproveitando os intervalos das reuniões do Conselho, sendo posteriormente transcritas e 2 (duas) delas foram feitas por *e-mail*. Os quadros de referência com a síntese das respostas obtidas dos membros respondentes, encontram-se em Anexos.

A partir das entrevistas efetuadas, foi possível obter informações importantes, que ora, complementavam as pesquisas bibliográfica e documental, ora inseriam elementos novos neste estudo, como será demonstrado a seguir:

Com relação ao Conselho Consultivo da APA do Carmo, sua formação, composição e atribuições, cumprem as exigências e especificações do Decreto nº 37.678, de 20 de Outubro de 1993, o qual regulamentou a referida Área de Proteção Ambiental. Assim, com exceção dos representantes da Sociedade Civil que são eleitos por suas respectivas entidades, os demais são indicados pelas Secretarias Municipais ou Estaduais às quais eles pertencem. Entretanto, apesar de terem sido indicados e nomeados, a participação de todos os membros não está garantida, haja visto que o Conselho tem funcionado com o seu quadro incompleto.

Observou-se que alguns fatores pesaram na decisão dos referidos membros para participarem do Conselho. Os principais motivos apontados pelos integrantes entrevistados, foram:

- Residir e atuar na região em defesa do meio ambiente;
- A ausência ou ineficiência do Poder Público na resolução dos problemas locais.

Neste último caso, potencializou o surgimento e o aprimoramento dessa atuação organizada, ao mesmo tempo em que desestimulou o grupo, diante da perspectiva de não verem suas recomendações e reivindicações atendidas pelos Governos envolvidos, quando estes são chamados a “cumprir a sua parte”. Isso se tornará evidente nas questões a serem discutidas mais à frente.

A eficácia da atuação do conselheiro está vinculada ao atendimento de alguns pré-requisitos que para dois dos entrevistados, não se concentram nas áreas do conhecimento, mas depende principalmente do interesse pela questão ambiental. Assim, segundo o primeiro deles, o conhecimento virá gradativamente, em decorrência desse interesse e compromisso com a preservação ambiental. O segundo, salientou a importância do “ser cidadão” e de conhecer essa responsabilidade, pois a questão do “conhecimento” poderia ser resolvida pela assessoria de um grupo mais técnico. Entende-se, portanto, que os mesmos não se referiam a um “conhecimento prévio”, mas sim ao processo de construção de conhecimento a partir da inserção desses membros no grupo e desempenho de suas funções. Para a maioria dos entrevistados, no entanto, ficou claro que um conselheiro eficiente necessita conhecer previamente a região em que vai atuar, do ponto de vista histórico, dos problemas e características ambientais, além de conhecimentos específicos da área ambiental, legislação, política, participação e negociação. Tudo isso somado ao interesse de atingir o objetivo de preservação APA.

Desde a sua criação, o Conselho vem se deparando com uma série de dificuldades que também têm restringido seu poder de atuação e diminuído as expectativas de resolução da problemática que envolve a APA.

Observa-se, pela incidência de indicações, que a falta de uma sede própria, onde possam ocorrer as reuniões do grupo, tem interferido significativamente na dinâmica do Conselho, pois a busca de um espaço conveniente a todos, que atenda à necessidade de fácil acesso, de infra-estrutura e disponibilidade dentro do calendário e horários consensuais para o grupo, não é tarefa fácil e gera um desgaste grande, devido às muitas demandas e diferentes agendas dos membros como também dos Órgãos que cedem suas dependências para a realização das reuniões do Conselho.

Outras dificuldades levantadas, relacionam-se à falta de apoio dos Governos Municipal e Estadual, que por vezes se omitem de suas obrigações, como no caso da fiscalização e cumprimento de outras demais diretrizes do Decreto de Regulamentação. Também não reconhecem o papel efetivo do Conselho, algumas vezes intervindo na atuação daqueles que os representam de maneira a privilegiarem os interesses do próprio Órgão, em detrimento do interesse público.

A pesquisa documental e também bibliográfica, confirmaram essas informações, na medida em que, demonstraram claramente a desarticulação existente entre os Órgãos públicos da mesma esfera ou de esferas diferentes, que dificultaram ou simplesmente impediram a resolução dos problemas instalados, quer seja pela morosidade com que tratam as questões públicas, ou pela falta de vontade política em encaminhá-las. A descontinuidade política, adicionada a tudo isso, levou esses problemas a se arrastarem por anos e até mesmo décadas, como ficou comprovado nos dados apresentados anteriormente sobre o histórico e cronologia dos fatos ocorridos nessa Área de Proteção Ambiental nos últimos dez anos.

Neste caso, mesmo a pressão da população e entidades atuantes na região, foram insuficientes para impedir esse processo.

Também a tarefa de despertar a consciência popular quanto à importância da APA apareceu como uma dificuldade que tem sido enfrentada pelo Conselho, apesar dos esforços de diferentes instituições públicas, privadas e ONGs que desenvolvem projetos de educação ambiental naquela região. A realidade mostrou que ainda não são suficientes ou precisam ser redirecionadas, para gerar mudanças de atitudes naquela parcela da população que insiste em degradar um ambiente do qual depende a melhoria de sua própria qualidade de vida.

Com relação aos problemas que ocorrem na APA, foram indicados como sendo os mais preocupantes: a degradação, sob a forma de desmatamentos, incêndios, caça predatória, lançamento de esgotos, despejo de resíduos sólidos, o uso e as ocupações irregulares do solo.

Foram ainda citados, a ineficiência e a falta de vontade política dos Governos, (que normalmente não tomam as providências devidas para frear essas ações ilegais), a falta de verbas para aplicar na área, cercamento e falta de fiscalização. Esses três últimos fatores, na verdade, são decorrentes dos dois primeiros, ou seja, são medidas que exigem a intervenção e o compromisso dos Governos envolvidos. Além disso, ao desencadear essas três ações: destinação de verbas, cercamento e fiscalização da APA, nenhum dos problemas apresentados primeiramente pelos entrevistados, encontraria espaço para se instalarem na área em questão.

Nesse sentido, as respostas referentes à questão sobre o que falta para resolver esses problemas, estão perfeitamente afinadas com o raciocínio anterior, pois indicam mais uma vez, a responsabilização do Poder Público constituído, como um dos principais atores na resolução da problemática em discussão, sem esquecer do papel da própria população, que também precisa reconhecer que a sua participação deveria ser ativa, decisória e reguladora da ação política dos governos, lembrando o que foi discutido inicialmente sobre “participação”, neste trabalho. Relacionado a isso, foram citados o fortalecimento e a ampliação da educação ambiental, visando propiciar essa participação consciente e cidadã, aliviando a sobrecarga do Conselho, cujos membros acumulam funções e não dispõem de tempo suficiente para acompanhar todos os processos que envolvem a região.

O Parque Natural Municipal surgiu como uma opção para favorecer a preservação ambiental, assim como a parceria com Universidades próximas, para buscar a sustentabilidade da APA. Observa-se aqui, que as Universidades, até por força do Decreto de Regulamentação, deveriam ter uma participação mais efetiva na área, uma vez que possuem uma vaga na composição do Conselho Consultivo e não fazem uso desse espaço.

Finalmente, apesar de todos os problemas e dificuldades enumeradas, pode-se afirmar que existe um consenso entre os membros do Conselho Consultivo, no que tange ao seu desempenho desde a sua criação. Todos afirmam que esse Órgão tem proporcionado ganhos para a Área de Proteção Ambiental e para as populações que residem em seu interior ou ao redor dela. Assim, o cercamento da APA (que foi negociado pelo Conselho com o Município de São Paulo, como medida compensatória pelas obras do “Piscinão Aricanduva III”) e está em vias de ser efetivado, é apresentado pela maioria dos entrevistados, como a solução para a resolução de grande parte dos problemas da APA.

Enquanto isso, um outro problema, que não havia sido identificado na pesquisa bibliográfica e documental realizada, surgiu em segundo lugar na citação das principais conquistas do Conselho: a paralisação dos grandes shows que ocorriam no Parque do Carmo e que provocavam o agravamento do quadro de degradação ambiental e, conseqüentemente, da perturbação do equilíbrio dos ecossistemas. Os principais problemas gerados eram: a poluição do solo e dos corpos d'água devido ao lixo acumulado nesses meios, a compactação do solo e a destruição da cobertura vegetal, provocada pelo número excessivo de pessoas atraídas por esses eventos e a poluição sonora, que afetava diretamente a fauna local. Aliados a esses fatores, estava a situação caótica do trânsito no entorno do Parque e os transtornos decorrentes da falta de infra-estrutura dos bairros envolvidos para comportar essa grande movimentação, sem que os recursos gerados por esses empreendimentos artísticos fossem, sequer, revertidos para a região, visando a minimização dos impactos mencionados.

Não menos importantes, porém pouco lembradas, foram outras conquistas, como: a participação da população nos fóruns de discussão sobre a APA e a contenção das invasões na Gleba do Pêssego, ações interligadas que foram fruto da organização da população e empenho das ONGs locais. Estas desempenham, com muita eficiência, seu papel no Conselho Consultivo da APA, fazendo essa mediação tão importante entre o Poder Público e a população que representam, na busca do atendimento das demandas emergentes.

Não se pode esquecer, porém, do apoio e da ação integrada de outros setores da região que desenvolvem projetos de educação ambiental e fornecem suporte técnico, bem como infra-estrutura para viabilização de determinadas ações do Conselho, como é o caso do SESC-Itaquera, do CEA-Carmo, de Unidades de Saúde locais, Escolas, entre outros já citados anteriormente neste trabalho.

Obras como o saneamento dos esgotos da Gleba do Pêssego, drenagem das águas pluviais no Parque, regularização de moradias dentro da APA, já haviam sido indicadas e recomendadas pelo próprio Decreto de Regulamentação da APA, em 1993.

Quanto à participação nos planos para a região, igualmente citada por um dos entrevistados como uma das conquistas do grupo, é preciso lembrar que faz parte das atribuições do Conselho Consultivo acompanhar a gestão ambiental da APA, propor medidas de interesse da mesma e analisar projetos de intervenção em sua área de abrangência, conforme estabelece o Decreto supra-citado.

Já no que se refere a possível consideração das propostas desse grupo na elaboração do Plano Diretor Regional, cabe salientar que esse canal de participação que foi aberto pelo Município de São Paulo para a discussão do referido Plano, destina-se a todos os segmentos da sociedade dispostos a compartilhar a responsabilidade de decidir e gestar a sua própria cidade, a partir do bairro ou de micro-regiões onde estão inseridos.

V. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Levando-se em consideração os objetivos propostos no presente trabalho, podem ser estabelecidas as seguintes conclusões:

a) Desempenho dos atores sociais envolvidos na preservação ou degradação da área em questão, antes e depois da criação da A.P.A.:

- O Poder Público, representado pelo Estado, através de suas Secretarias, vive a contradição de ter sido responsável pela criação dessa Unidade de Conservação (Estado) e ao mesmo tempo não ter capacidade para geri-la e protegê-la adequadamente, como a própria legislação estabelece. Apesar de algumas experiências positivas, tanto o Estado, quanto o Município, apresentam ainda muitas dificuldades para se articularem e, juntos, romperem as dificuldades de toda ordem que impedem a sua atuação, quer seja na preservação ou ainda na intervenção sobre os problemas que afligem a referida Área; essa desarticulação pode ser evidenciada, inclusive dentro da mesma esfera governamental, de forma inter-secretarial.
- A Sociedade Civil Organizada, representada pelas ONGs que têm ações efetivas na região, teve um papel fundamental na criação da Área de Proteção Ambiental, mobilizando e organizando as comunidades para impedir o processo

de destruição dos recursos naturais ali presentes, levando a população a compreender o significado destes para a sua qualidade de vida. Esse trabalho junto às comunidades da região continua sendo feito mesmo após a criação da APA e é fundamental para desenvolver e aprimorar o senso crítico e o “empoderamento” daquela população, que continua convivendo com uma série de problemas que ainda aguardam solução. Apesar disso, essas ONGs não têm sido chamadas para dialogar e compor parcerias com o Poder Público local, unindo forças para atingirem objetivos comuns naquela região.

- A população, que por sua vez, se organizou e foi agente de proteção durante o processo de criação da APA e de reivindicações pela regularização e melhoria das condições de habitação e saneamento, também é composta por grupos de indivíduos que se mantiveram às margens desse processo e são responsáveis em grande medida, pela degradação já mencionada.

b) Principais Problemas ambientais da APA:

Apesar de alguns problemas estarem em vias de serem atendidos, porém sem prazo definido, já que ainda estão tramitando lentamente nos órgãos públicos competentes, persistem sem solução:

- A degradação dentro da APA, provocada pelos desmatamentos, incêndios, caça predatória, despejo de resíduos sólidos, lançamento de esgotos e ocupações irregulares

c) Conquistas, dificuldades e desempenho do Conselho Consultivo da APA do Carmo:

- O cercamento (a ser implantado), a proibição dos grandes shows no Parque do Carmo e a contenção de invasões na Gleba do Pêssego, porção da APA onde se encontra um conjunto habitacional da COHAB, e o saneamento dos esgotos nessa área, figuram como as mais importantes conquistas do Conselho, pois trazem reflexos diretos para a conservação do patrimônio natural e também para a qualidade de vida daquela população;
- Quanto às dificuldades enfrentadas, ficou claro que o relacionamento com o Poder Público (ora Estado, ora Município), tem sido o principal impedimento para uma melhor fruição dos equacionamentos dos problemas locais, pois muitas vezes, esses governos tardam, atendem parcialmente ou simplesmente deixam de cumprir o seu papel; não reconhecem legitimidade e a esfera de ação do Conselho, tentando ocasionalmente, interferir em suas decisões; não apóiam, com a infra-estrutura necessária, esse órgão consultivo constituído por eles próprios e para os quais, transferem parte de suas responsabilidades de gestão e fiscalização dos bens públicos;

- Sobre o desempenho desse órgão, a partir da análise das dificuldades enfrentadas e dos avanços conseguidos, pode-se concluir que, a dedicação e o compromisso dos membros ativos desse Conselho tem impedido que aumentasse de forma desproporcional, os problemas já existentes na área mesmo antes da criação da APA. Por outro lado, também permitem visualizar que é necessária a somatória de forças políticas e populares para garantir, de fato, que esse espaço protegido não venha a desaparecer gradativamente, quer seja pela ação clandestina da população, ou ainda pela intervenção do próprio Poder Público, através de operações urbanas injustificáveis e que acabem gerando impactos ambientais de conseqüências desastrosas para o meio ambiente e para a população. Conforme foi exposto neste trabalho, observa-se um esforço nesse sentido, por parte do Município ao propor um planejamento ambiental para a Cidade, incentivando a participação pública para legitimar e enriquecer esse processo. Essa preocupação também se fez presente nas etapas de elaboração do Plano Diretor Regional da Subprefeitura de Itaquera.

d) Propostas de Educação Ambiental instituídas na APA:

- O levantamento dessas propostas, embora tenha sido parcial, por ter considerado apenas aquelas que se mostraram melhor organizadas, do ponto de vida estrutural e de abrangência, mostrou que essas instituições responsáveis pelos programas anteriormente descritos, atingem públicos variados existentes nas comunidades locais e próximas e já apresentaram resultados positivos, apesar dos problemas que ainda persistem, podendo-se citar a própria participação da população nos processos de criação da APA, na organização popular visando melhorar as condições de vida local, impedindo novas invasões em algumas áreas, na presença de seus representantes nos seminários e encontros temáticos sobre a questão ambiental bem como nas oficinas e plenárias do Plano Diretor Regional. Considerando-se que a educação ambiental é um instrumento de gestão de longo prazo e que deve ser contínua e integrada com outros instrumentos, é possível que resultados ainda mais amplos e consistentes possam vir a ser observados dentro dos próximos anos, quando então, esta população que já está sendo sensibilizada para fiscalizar e contribuir para a existência das condições ideais de convivência com o meio ambiente, vai estar pronta para exercer uma cidadania plenamente consciente, crítica e participativa como se espera.

Baseadas nessas conclusões, recomenda-se:

Ao Poder Público Estadual, responsável pela APA e ao Poder Público Municipal, responsável pela gestão regional:

- Um esforço conjunto para, vencendo as barreiras de ordem ideológica, política, econômica ou técnica, buscarem de forma integrada, as soluções

para os conflitos e necessidades das comunidades em foco, bem como para o cumprimento da vocação daquela Unidade de Conservação, que é a proteção ambiental associada ao uso sustentado de parte de seus recursos, com vistas à qualidade de vida daquela população;

- Dar o apoio necessário ao Conselho Consultivo, para que ele possa exercer de forma soberana e eficiente, o seu papel de co-gestor da área em questão;
- A criação e/ou ampliação de políticas públicas que contemplem a promoção de saúde da população, como: saneamento básico, melhoria e construção de novos equipamentos públicos de saúde, condições seguras e salubres de habitação em áreas adequadas e legalmente destinadas para este fim, coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos, através de uma gestão integrada que também permita a reciclagem, com a coleta seletiva em toda a Cidade e a minimização desses resíduos, buscando reduzi-los na fonte geradora.
- A observância atenta dos objetivos e diretrizes traçados pelas legislações ambientais de âmbito federal, estadual e municipal;
- Desenvolver e apoiar iniciativas de educação ambiental, de modo a ampliá-las, buscando parcerias com ONGs, Instituições de pesquisa, Movimentos Populares, entre outros e intensificá-las nas áreas mais críticas e susceptíveis à degradação ambiental;
- Criar ou ampliar mecanismos de participação pública em todas as esferas de poder, onde os diversos segmentos da sociedade possam estar representados, a fim de legitimar processos como o planejamento ambiental, tornando a sociedade co-responsável pela sua elaboração e execução;

Às ONGs:

- Ao se associarem ao Poder Público para desenvolverem projetos de comum interesse, que procurem garantir a sua representatividade, não se distanciando das bases as quais representam;
- Buscar uma maior articulação entre si, independente das questões político-ideológicas que estão presentes em cada uma delas. Fortalecer essa relação é imprescindível para atingir o objetivo de implementar políticas ambientais desejáveis para a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida da população;
- Incentivar a participação da população na definição das propostas de educação ambiental, de modo que ela se identifique com as mesmas e atue, como parceira, na sua execução.

Aos membros do Conselho Consultivo da APA:

- Superar a ambigüidade de serem, ao mesmo tempo, cidadãos e profissionais da região e representantes do poder público, buscando cumprir integralmente o papel legalmente definido para o Conselho;
- Buscar formas de garantir a participação dos membros que têm estado ausentes, recorrendo aos órgãos aos quais eles representam para que assumam esse compromisso conjunto;
- Participarem de todos os fóruns de discussão sobre a APA aos quais tiverem acesso, independente das posições ideológicas ou políticas envolvidas, a fim de enriquecerem essa discussão e favorecerem a inclusão de novos parceiros na luta em favor da APA e do desenvolvimento sustentável da região, compreendendo que esta não é uma área de atuação exclusiva do Conselho.

É importante, também, que este órgão discuta exaustivamente todas as questões referentes à APA, antes de tomar as suas decisões, levando em consideração as aspirações da população, bem como a natureza desse tipo de Unidade de Conservação, onde o desenvolvimento da região não deve ser tolhido, desde que sejam observados critérios para a conservação da natureza. O atendimento dessas recomendações deverá servir para evitar que propostas positivas para o desenvolvimento da região sejam cerceadas, como ocorreu em relação ao projeto de implantação do Campus da USP em uma área de abrangência da APA, e que a primeira vista não foi autorizada pelo Conselho, tendo sido transferido para outra região. Entende-se, neste trabalho, que este Campus, justamente na área da APA, poderia significar uma possibilidade concreta de melhoria da qualidade de vida nessa região, através da pesquisa e conservação do patrimônio natural e equilíbrio ambiental entre outros benefícios, considerando-se todas as necessidades dessa parte da Zona Leste já apresentadas anteriormente e que, os requisitos necessários para não violar os princípios de conservação da referida área seriam obviamente atendidos por uma instituição de educação e pesquisa, como a Universidade de São Paulo.

VI. REFERÊNCIAS

Acsegrad H. (org.) **A duração das Cidades – Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A; 2001. (Coleção Espaço do Desenvolvimento).

[Anonymus]. Co-gestão da APA do Pratigi inclui ONG ambiental. **Revista Saneamento Ambiental**. Dia-a-dia. nº 75; Abril de 2001. p.9, Ano XII.

Boff L. **Saber cuidar – Ética do humano – compaixão pela terra**. 6ªed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; 1999.

Brasil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo, IMESP, 1997.

Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000, regulamenta o artigo 225, parágrafo 1º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providencias. In: Philippi Jr A...et al, editores. **Meio ambiente Direito e Cidadania**: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2002.

Brasil. Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Estatuto da Cidade. In: Philippi Jr A...et al, editores. **Meio ambiente Direito e Cidadania**: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2002.

Braun R. **Desenvolvimento ao ponto sustentável**. Petrópolis, RJ: Vozes; 2001.

Bruna GC. Meio ambiente Urbano e Proteção Ambiental. In: Philippi Jr A. et al., editores. **Meio Ambiente Direito e Cidadania**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2002. p.25 – 33.

Caetano PMD & Ogera RC. Aspectos da Participação Pública em Planejamento Ambiental. In: São Paulo (Cidade). **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente: que sigla é esta?** São Paulo: 1996; 117 p. (série Cadernos Ambientais da S.V.M.A; 1).

Camargo RSN de. **As áreas urbanas e as APA(s) Áreas de Proteção Ambiental: o caso particular do Município de Botucatu-SP**. São Paulo; 1993 [Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC].

Cascino F. Educação Ambiental: Eixos teóricos para uma reflexão curricular. In: São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Cascino F, Jacobi P, Oliveira JF (org). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania – reflexões e experiências**. São Paulo: 1998. p.15-22.

Castro MDL, Pelicioni MCF, Ogera RC, Gêiser SRA. **Educação Ambiental: uma estratégia para a participação nos Conselhos de Meio Ambiente**. [CD ROM] 21º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental; 2001. Set.16-21. PB, Brasil. PB: ABES; 2001.

Coelho SC & Mucci JLN. Reflexões sobre Projetos em Educação Ambiental. In: Philippi Jr A & Pelicioni MCF, editores. **Educação Ambiental - Desenvolvimento de Cursos e Projetos**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2000. p.129 – 131.

Coimbra JAA. **O outro lado do Meio Ambiente**. São Paulo: Millennium Editora; 2002. p.51.

[CONSEMA] Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Áreas naturais do Estado de São Paulo**. São Paulo; 1985. p.15 e 16

Correa S. Centro de SP perde 1 em cada 5 habitantes. **Folha de São Paulo** 2001: Maio 20; Cad. C : 1-3.

Dallari DA. Meio Ambiente e Município. In: Philippi Jr A...et al, editores. **Meio Ambiente, Direito e Cidadania**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2002. p.35-42

Dias EC. SP ganha 1,1 mi de excluídos em 9 anos. **Folha de São Paulo** 2002: set 22. Cad. C:1-4.

Diegues ACS. **Desenvolvimento sustentável ou sociedades sustentáveis – mda crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em perspectiva. 6 (1/1): 22-9, 1992.

Diegues ACS. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB/USP; 1994.

Donaire D. **Gestão Ambiental na Empresa** – São Paulo: Ed.Atlas;1995. 134p.

Dourojeanni MJ. **Compatibilizando desarrollo y conservacion: El caso Del manejo de los bosques naturales**. Washington, D.C.: 1997; No.E3NV97-103.

[EJNI] Empresa Jornalística Notícias de Itaquera. **Itaquera em Imagens**. São Paulo: Empresa Jornalística Notícias de Itaquera Ltda; 2000.

[ENGEA] **Análise Ambiental aplicada à regulamentação da APA-Corumbataí – S.P.** [1º Simpósio Internacional de Estudos Ambientais em florestas tropicais úmidas]. São Paulo; 1990.

Franco RM. Principais problemas ambientais municipais e perspectivas de solução. In: Philippi Jr A...et al, editores. **Municípios e Meio Ambiente: Perspectivas para a Municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA); 1999. p.19-31.

Gadotti M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis; 2000.

Giannasi I. **Ongs, Consciência e Cidadania**. *Jornal Educador Ambiental*, 2001; Ano VII, nº 27, Jan/Mar. p.4.

Gohn M da G. **Conselhos Gestores e Participação Sócio-Política**. São Paulo: Cortez; 2001 (Coleção Questões de Nossa Época; v.84).

Guzzo P & Schiavetti A. Elementos da Vegetação. In: Schiel D; Mascarenhas S; Valeiras N; Santos SAM dos. **O Estudo de Bacias Hidrográficas – Uma estratégia para educação ambiental**. São Carlos: ISBN. Rima Editora; 2002. p.59-67.

[IPT] Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Unidades de Conservação Ambiental e áreas correlatas no Estado de São Paulo**. Boletim 63. São Paulo; 1992. p.4.

Jacobi P. Educação Ambiental e Cidadania. In: São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Cascino F, Jacobi P, Oliveira JF (org). **Educação, Meio Ambiente e Cidadania – reflexões e experiências**. São Paulo: 1998.

Jacobi P & Kjellen M, Castro Y. **Household Environmental Problems in São Paulo: Perceptions and Solutions from Centre to Periphery**. SEI (Stockholm Environment Institute) SIDA; Sweden: 1998.

Jacobi P. **Cidade e meio ambiente: percepções e práticas em São Paulo**. São Paulo (SP): Annablume; 2000.

Lago A e Pádua J. **O que é ecologia?** São Paulo: Abril Cultural -Ed. Brasiliense, 9ª edição; 1989 (Coleção Primeiros passos, 16 v.)

Lakatos EM & Marconi M de A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 3ª edição; 1991.

Layrargues PP. A resolução dos problemas ambientais locais deve ser um tema-gerador ou a atividade-fim da educação ambiental? In: Reigota M.(org.) **Verde Cotidiano – O Meio Ambiente em Discussão**.Rio de Janeiro: DP&A; 1999.

Leff E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, poder**. Tradução de Orth MEL - Petrópolis, RJ: Vozes; 2001.

Leis R. Ambientalismo: um projeto realista-utópico para a política mundial. In: Viola EJ... et al **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais**. Florianópolis: 2ª ed. Editora Cortez; Universidade Federal de Santa Catarina; 1998.

Luna SV. **Planejamento de pesquisa – uma introdução**. São Paulo: EDUC; 2000 (Série Trilha)

Maglio IC. A descentralização da gestão ambiental no Brasil: O papel dos Órgãos Estaduais e as relações com o Poder Local, 1990/1999. São Paulo; 2000 [Dissertação de Mestrado – FSP –USP]

Miranda DS de. O Sesc e o meio ambiente. In: Almeida A de; Saber AA; Salum AL; Assis C de; Salati E; Bornheim GA; Daminelli M. **Ecologia – a qualidade de vida**. São Paulo: SESC; 1996.

Morin E & Kern AB. **Terra Pátria**. Portugal: Instituto Piaget; 1993. A Agonia Planetária; p.53-81.

Mucci JLN. Reflexões de um Biólogo Sanitarista sobre Educação Ambiental. In: Philippi Jr A & Pelicioni MCF, editores. **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. Signus Editora; 2000.

Novaes T. Metade dos paulistanos vive mal em SP. **Folha de São Paulo**. 2002: Ago 25; cad.C: 3.

Pádua SM & Tabanez MF. Participação Comunitária: Elemento Chave na Proteção de Unidades de Conservação. In: São Paulo (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. Cascino F; Jacobi P; Oliveira JF (org.) São Paulo; SMA/CEAM; 1998. 122 p.

Pelicioni AF. **Educação Ambiental na Escola: um levantamento de percepções e práticas de estudantes de primeiro grau a respeito de meio ambiente e problemas ambientais**. São Paulo; 1998 (Dissertação de Mestrado – Faculdade de Saúde Pública/USP).

Pelicioni MCF. Educação Ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. **Revista Saúde e Sociedade**, 1998 7(2): 19-31.

Pelicioni MCF. As interrelações entre a Educação, Saúde e Meio ambiente. **Revista “O Biológico”**, 1999; v.61 n. 2 Jul/Dez.

Pelicioni MCF & Philippi Jr A. Meio Ambiente, Direito e Cidadania – uma interação necessária. In: Philippi Jr A...et al, editores. **Meio Ambiente, Direito e Cidadania**. São

Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2002. p.347-351.

Pereira Fº ER. Sistema de Gestão Ambiental e Participação da Comunidade. In: Philippi Jr A... et al, editores. **Municípios e Meio Ambiente: Perspectivas para a Municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo:Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA);1999.

Philippi Jr A. **Controle da poluição urbana**.Brasília, ISPN; 1993, 17p. (Documentos de trabalho, 23).

Philippi Jr A...et al. Gestão Ambiental Urbana: Fortalecimento da Capacitação Local - A Cidade de São Paulo. In: São Paulo (cidade)-**Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente: que sigla é esta?** São Paulo: 1996; 117 p. (série Cadernos Ambientais da S.V.M.A;1).

Philippi Jr A & Pelicioni MCF. **Saúde e Agenda 21**. Jornal da USP. São Paulo; 7 a 13/06/1999.

Philippi Jr A & Marcovitch J. Mecanismos Institucionais para o Desenvolvimento Sustentavel. In: Philippi Jr A... et al, editores. **Municípios e Meio Ambiente: Perspectivas para a Municipalização da Gestão Ambiental no Brasil**. São Paulo:Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente (ANAMMA);1999.

Philippi Jr A & Pelicioni MCF. Alguns Pressupostos da Educação Ambiental. In: Philippi Jr A, Pelicioni MCF, editores. **Educação Ambiental: Desenvolvimento de Cursos e Projetos**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública.Núcleo de Informações em Saúde Ambiental. Signus Editora; 2000.

Philippi Jr A & Collet GB. **Política e Gestão Ambiental**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Publica. Núcleo de Informações em Saúde Ambiental; 2002.

Quintas JS. Educação Ambiental e Cidadania: uma construção necessária. In: Brasil – Ministério da Educação, Secretaria da Educação Fundamental, Departamento de Política da Educação Fundamental. **Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente**. Brasília: MEC /SEFG; 2001.

Rattner H. In: Henri A org. **A duração das Cidades – Sustentabilidade e Risco nas Políticas Urbanas**. Rio de Janeiro: DP&A Editora; 2001; (Coleção Espaços do Desenvolvimento).

Reigota M. **Meio Ambiente e Representação Social**. 4ª ed. - São Paulo: Cortez; 2001 (Coleção: Questões da nossa época ;v.41);

Santos C. **Zona Leste meu amor: personagens de uma história de lutas**. São Paulo: Marco Markovitch; 1994

Santos C. **Zona Leste Fazendo História**. São Paulo: Editora Cortez; 1997.

[SSO & SMC] Secretaria de Serviços e Obras – Departamento de Parques e Áreas Verdes / Secretaria Municipal da Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico. **As cidades e as áreas verdes**. São Paulo; 1979.

[SMVMA] Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente. **Agenda 21: Do Global ao Local**. São Paulo; 1998.

[SMMA & SRI] Secretaria Municipal do Meio Ambiente/Secretaria de Relações Internacionais. **As cidades do Mercosul na Rio+10 -Rede Mercocidades**. São Paulo; 2002. Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente (Acesso em 04.02.02).

São Paulo (Cidade). Lei nº 13.399, de 1º de Agosto de 2002. Dispõe sobre a criação das Subprefeituras no Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 2 ago 2002a. p. 1 e 2.

São Paulo (Cidade). Lei nº 13.430, de 13 de Setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. **Diário Oficial do Município de São Paulo**, São Paulo, 19 set 2002b. suplemento, p.1-104.

[SMMA] Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **APA do Carmo**. São Paulo; 2002a. Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente (acesso em 04.02.02)

[SMMA] Secretaria Municipal do Meio Ambiente. **Política Ambiental para o Município de São Paulo**. São Paulo; 2002b. Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente (acesso em Agosto de 2002).

São Paulo (Estado). **Constituição do Estado de São Paulo**. São Paulo, IMESP, 1997.

[SMA] Secretaria do Meio Ambiente. **Proposta de implantação da APA do Carmo**. São Paulo; 1991.

[SMA] Secretaria do Meio Ambiente. **Regulamentação da Área de Proteção Ambiental do Parque e Fazenda do Carmo – APA do Carmo**. São Paulo; 1992.

[SMA] Secretaria do Meio Ambiente. **Projeto Preservação da Mata Atlântica – PPMA** – disponível www.ppma-br.org. - Cooperação financeira Brasil/Alemanha – 1995-1999. Plano Operacional de Controle – POC – DPRN – 3/IF/3º BPFM (Versão Final para aprovação). São Paulo; 1998.

[SMA] Secretaria do Meio Ambiente. **Área de Proteção Ambiental – APA da Várzea do Rio Tietê**. São Paulo; 1999.

Sirvinskas LP. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Saraiva; 2002.

Sobral HR. **O Meio Ambiente e a Cidade de São Paulo**. São Paulo: Makron Books; 1996.

Sobral HR. **Dossiê: Revisitando o Brasil – Do pau-brasil às cidades: considerações sobre as tendências das políticas ambientais no Brasil.** EDUC, FAPESP; Dez.1997. Margem nº 6.

Sorensen M...et al. **Manejo de las áreas verdes urbanas – Documento de buenas practicas.** Washington, D.C.; Mayo, 1998 – no ENV. 109.

Souza PRP. **Garantia de Vida com Qualidade.** In: Philippi Jr A...et al, editores. **Meio Ambiente Direito e Cidadania.** São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, Faculdade de Direito, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Núcleo de Informações em Saúde Ambiental: Signus Editora; 2002.(p.293-305)

Sposati A. **Do pátio do colégio à metrópole global.** In: Atlas ambiental da Cidade de São Paulo. www.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/meio_ambiente [14/09/02 - 10 horas].

Sposati A. **Mapa da Exclusão/Inclusão Social da Cidade de São Paulo/2000 – Dinâmica Social dos Anos 90.** [CD ROM]. São Paulo: Polis/ INPE/ PUC/SP; 2000.

Stahlhauer SAS. A favela do Thabor – Um problema ambiental urbano na Área de Proteção Ambiental do Parque e Fazenda do Carmo. In: IBAMA. **Introdução ao Processo de Gestão Ambiental.**Curso – período de 22/05/98 a 05/12/98; CEPENE – Pernambuco: 1999.

Tassara ETO, Tassara M, Sorrentino M, Trajber R. Propostas para a instrumentalização de uma educação ambiental transformadora. In: Trajber R. & Costa L.B. (org.).**Avaliando a Educação Ambiental no Brasil.** São Paulo: Peiropolis, Instituto Ecoar para a Cidadania; 2001. p.31 a 50.

Teixeira ACC. A atuação das Organizações não Governamentais entre Estado e o conjunto da Sociedade. In: Dagnino E (org.). **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002. p.105.

Urban T. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil.** São Paulo: Peirópolis, 2001.

Vedovello R. **Aplicação da cartografia geotécnica em gestão ambiental: tendências e oportunidades** [apresentado no IV Simpósio Brasileiro de Cartografia Geotécnica]. Setembro de 2001. Brasília, Brasil.

Viana RM & Höeffel JL. A ecologia do amor. In: Guevara AJH, Höeffel JL, Viana RM, D'Ambrosio U. **Conhecimento, Cidadania e Meio Ambiente.** São Paulo: Peirópolis, 1998 – (série temas transversais. v.2).

Viola EJ & Leis HR. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In: Hogan, DJ (org.) **Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável.** Campinas: Ed. UNICAMP; 1992.

Viola EJ & Leis HR. O ambientalismo multissetorial no Brasil pra além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: Viola EJ, Leis HR, Warren SI, Guivant JS, Vieira PF, Krischke PJ. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** 2ª ed. Editora Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

Warren SI. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: Viola EJ, Leis HR, Warren SI, Guivant JS, Vieira PF, Krischke PJ. **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as Ciências Sociais.** 2ª ed. Editora Cortez; Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

Westphal MF. **Mesa Redonda Participação e Cidadania na Promoção de Saúde** – [apresentado no IV Congresso Paulista de Saúde Pública]- São Paulo, Santos: 2001.

ANEXOS



Fig. 5 - Entrada principal do Parque do Carmo – Av. Afonso Sampaio e Souza



Fig. 6 - Presença de vendedores na porta do Parque do Carmo – Av. Afonso Sampaio e Souza



Fig. 7 - Despejo de terra e entulho próximo ao Parque do Carmo – Av. Afonso Sampaio e Souza



Fig. 8 - Despejo de resíduos sólidos (entulho e lixo doméstico) nos limites do Parque do Carmo – Av. Afonso Sampaio e Souza



Fig. 9 - Ocupação irregular próxima ao Parque do Carmo – Av. Afonso Sampaio e Souza



Fig. 10 - Obras do Reservatório de Contenção de Cheias e Sedimentos “Aricanduva III” (Piscinão Aricanduva III) em área de abrangência da A.P.A. do Carmo



Fig. 11 - Favela na Av. Aricanduva, junto ao Reservatório “Aricanduva III”. Ao fundo, Mata da A.P.A.



Fig. 12 - Córrego poluído junto à favela (Av. Aricanduva), ao lado do Reservatório “Aricanduva III”



Fig. 13 - “Bota-fora” de pneus dentro da mata da A.P.A. do Carmo

Fig. 14 – Usina de Compostagem em atividade



Fig. 15 -Gradil do Parque do Carmo danificado (Av. Osvaldo Pucci)



Fig.16 - Presença de resíduos sólidos em cisterna no interior do Parque do Carmo



Fig. 17 - Proliferação de resíduos sólidos na área ocupada pelos camelôs, no interior do Parque



Fig. 18 - Animais domésticos abandonados no interior do Parque do Carmo



Fig. 19 - Mendigos residem no interior do Parque do Carmo



Fig. 20 - Frequentadores do Parque banham-se no lago, em processo avançado de assoreamento



Fig. 21 - Frequentadores do Parque, em um dos córregos poluídos por esgoto e lixo



Fig. 22 - Guarda Civil Metropolitano colabora com projetos de educação ambiental na região, orientando quanto às normas de segurança e proteção ambiental dentro da mata do Carmo



Fig. 23 -Aterro Sanitário desativado no interior da A.P.A. – reservatório de chorume



Fig. 24 - Área onde estava instalado o antigo Aterro Sanitário: chaminés ainda eliminam gases e a vegetação em recuperação foi queimada em incêndio (Out/2002)



Fig. 25 - Área incendiada dentro do Parque do Carmo (Out/2002)



Fig. 26 - Vegetação consumida pelo incêndio (Out/2002)



Fig. 27 - Oferenda com velas no interior da mata, contribuem para provocar incêndios

Fig.28 – Av. Afonso Sampaio e Souza (em frente ao Parque do Carmo)- Área de Motéis e prostituição

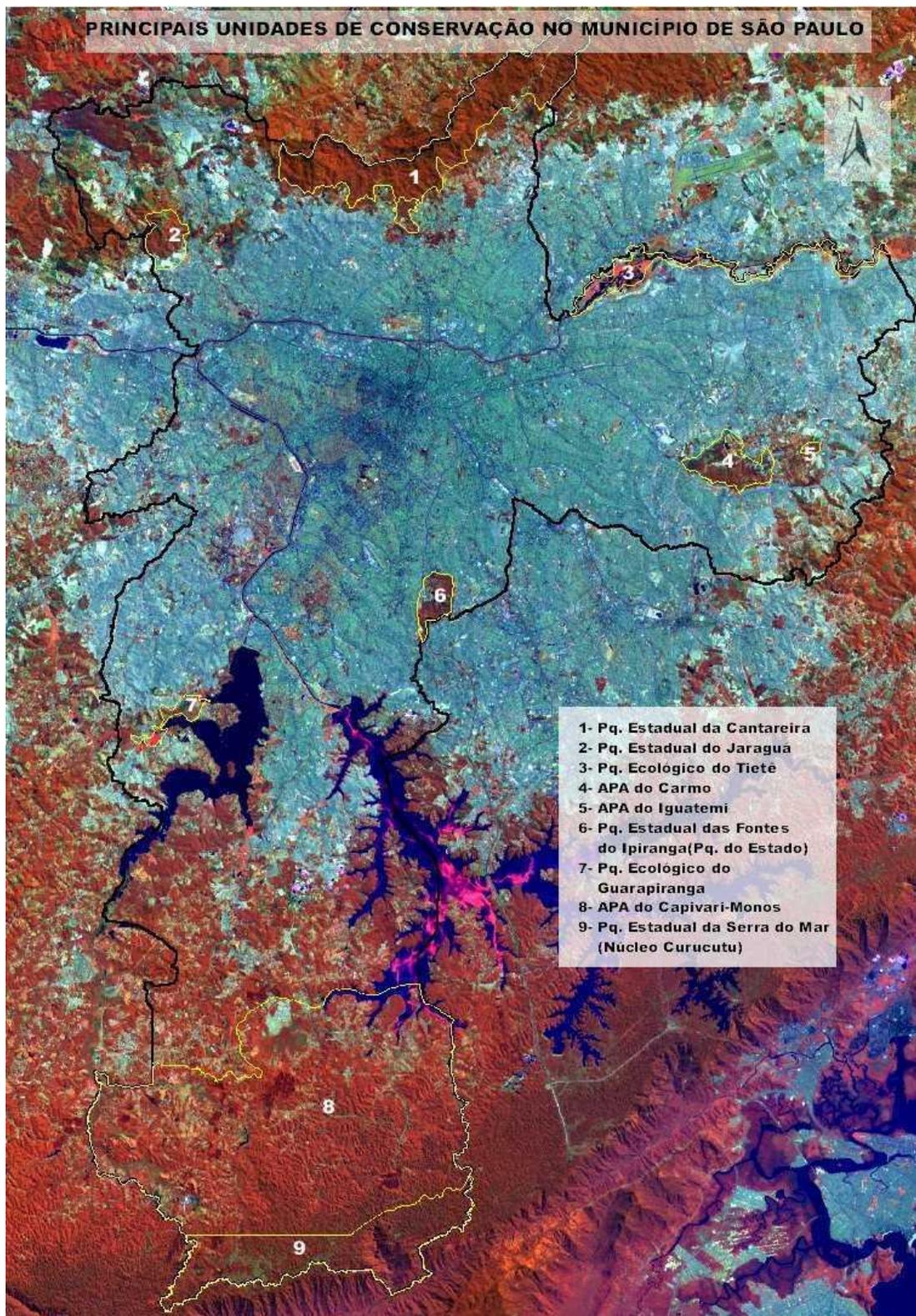


Fig.3 - Fonte: Atlas Ambiental da Cidade de São Paulo 2000

Fig.1 - Localização da A.P.A. do Carmo dentro da Região Leste de São Paulo (Fonte: S.M.A. 1992)

Fig.2 - Problemas Ambientais (Fonte: S.M.A. 1992)

ROTEIRO PARA ENTREVISTA PADRONIZADA REFERENTE AO PROJETO DE PESQUISA “CONQUISTAS E DESAFIOS DE UMA APA INSERIDA NA ZONA LESTE DE SÃO PAULO”

1ª) Como foi feita a escolha dos membros para compor o Conselho Consultivo da A.P.A.?

2ª) O que motivou sua participação nesse Conselho Consultivo?

3ª) Na sua opinião, que conhecimentos um Conselheiro deve ter para atuar com eficiência ?

4ª) Quais foram as principais dificuldades encontradas pelo Conselho no desempenho de suas funções, ao longo de sua existência ?

5ª) Na sua opinião, quais são os principais problemas que ocorrem na A.P.A.?

6ª) Na sua opinião, o que está faltando para resolver esses problemas?

7ª) Quais foram as conquistas efetivadas pelo Conselho em relação a A.P.A. desde a sua criação?

TERMO DE CONSENTIMENTO E LIVRE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa “Conquistas e Desafios de uma Área de Proteção Ambiental inserida na Zona Leste de São Paulo”. Sua participação se dará a partir das informações fornecidas oralmente, gravadas em fita cassete e posteriormente transcritas, ou enviadas via e-mail, na impossibilidade de ocorrerem pessoalmente. Prometo-lhe preservar sua identidade, e dar o devido retorno após a conclusão do presente trabalho.

Mirtes Moreira Silva
Mestranda da Faculdade de Saúde Pública da USP

QUADROS DE REFERÊNCIAS DAS ENTREVISTAS COM OS MEMBROS DO
CONSELHO CONSULTIVO DA APA DO CARMO

1ª) Como foi feita a escolha dos membros para compor o Conselho Consultivo da APA?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	A partir do Decreto de Regulamentação, foi feito o convite para a participação no Conselho. No caso das Entidades Cíveis, houve eleição
B	Nomeação por parte da sua Secretaria
C	Respeitando o que estabelece o Decreto de Regulamentação
D	A Secretaria Estadual do Meio Ambiente indica três representantes; A Prefeitura também indica três membros; A Sociedade Civil faz eleição para escolher três integrantes; O representante das Universidades é indicado pelo Reitor.
E	Não acompanhou desde o início da formação do Conselho, mas no seu caso específico, houve a indicação de sua Secretaria

2ª) O que motivou sua participação nesse Conselho Consultivo?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	A militância em movimentos ecológicos, inclusive na Zona Leste
B	Reside na Zona Leste e tem consciência da importância da APA para região; interesse pela atuação do Conselho Consultivo
C	A necessidade de organização da população para conquistar melhorias, em função da ausência do Poder Público nessas questões
D	Já desempenhava um trabalho de Educação Ambiental na região e apesar das restrições ao seu nome em sua Secretaria contava com o apoio das ONGs locais; ser membro do Conselho seria um instrumento a mais para o seu trabalho
E	Reside na região, trabalha na área ambiental, conhece os problemas e tem interesse em participar dos encaminhamentos e das possíveis soluções

3ª) Na sua opinião, que conhecimentos um Conselheiro deve ter para atuar com eficiência?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Não é necessário conhecimento; gostar da questão ambiental é o mais importante, o restante vai se buscando ao longo do tempo
B	O interesse pela defesa do meio ambiente é o mais importante; conhecimento da região leste, de suas necessidades e da importância de uma área verde como a APA para a região
C	A questão não é o conhecimento, mas a responsabilidade de ser cidadão; a formação universitária não é importante, mas sim o compromisso da preservação da área. É importante ser da região e ter uma atuação nela; para questões mais técnicas, o Conselho poderia contar com um grupo que lhe desse o suporte necessário em determinadas situações
D	Conhecimentos sobre a APA (limites, zoneamento, processo histórico, importância), independentes de sua área de formação; buscar e receber informações sobre os diversos assuntos que deverá opinar, visando tomar decisões compromissadas com a preservação da área
E	Conhecer a área, as leis que regem sua preservação, conhecimento técnico em sua área específica e sobre o meio ambiente em geral; conhecimentos políticos e de participação (além do conhecimento, ter senso crítico, não ser corporativista, saber ouvir a população, conhecer os objetivos do Conselho, ter tempo e vontade de participar)

4ª) Quais foram as principais dificuldades encontradas pelo Conselho no desempenho de suas funções, ao longo de sua existência?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Não ter uma sede própria para reunir seus membros; falta de apoio dos Governos Estadual e Municipal; a falta de participação de todos os membros; o fato das reuniões do Conselho ocorrerem durante a semana em horário de trabalho, inviabilizando a participação popular
B	Conscientizar a população da importância da APA para a região; fiscalizar a APA dada a sua grande extensão
C	Ausência do Poder Público como um todo; a falta de uma sede própria para o Conselho; a falta de fiscalização da APA.
D	O reconhecimento do Conselho como um órgão ativo e forte e não meramente formal, por parte dos próprios Órgãos envolvidos; ter clara a definição dos limites de atuação do Conselho; obter os resultados esperados quando se envolvem as questões políticas; a indisponibilidade de tempo para participar do Conselho
E	Falta de infra-estrutura do Conselho (computador, material básico de escritório, orçamento para xerox, espaço para uma sede própria)

5ª) Na sua opinião, quais são os principais problemas que ocorrem na APA?

ENTREVISTADO	RESPOSTAS
A	Degradação e aumento das invasões, sem que o Poder Público tomasse providências
B	A falta de cercamento e de fiscalização; invasão, agressão, incêndios e despejos
C	Falta de uma fiscalização mais eficiente; falta de investimentos na área para efetivar sua proteção; a demora no encaminhamento dos processos de liberação de verbas, licitação e execução de obras necessárias
D	Ocupação desordenada de sua área; gerenciamento dos diversos interesses regionais e políticos; vontade política e/ou limitações de verba para serem aplicadas na área; ocupação desconforme; compatibilização do uso atual com o ideal; drenagem das águas pluviais; recuperação da mata nativa; invasão de áreas; uso futuro de áreas que podem vir a ser ocupadas
E	Ocupação irregular nos limites com a Av. Aricanduva; caça predatória, desmatamento, queimadas

6ª) Na sua opinião, o que está faltando para resolver esses problemas?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	Maior integração entre os Poderes Municipal e Estadual; a criação do Parque Municipal da APA do Carmo; fiscalização (Polícia Florestal e Subprefeitura)
B	Ação mais enérgica dos Governos envolvidos; conscientização da população quanto à sua participação na fiscalização e na preservação da APA; o cercamento da A.P.A.
C	A falta de vontade política e de ação do Poder Público; o problema do cercamento; sanear os esgotos da Gleba do Pêssego que descem para a Mata
D	Principalmente, vontade política; condições econômicas mais favoráveis; empenho de verbas; tempo para conselheiros se dedicarem mais às suas funções de acompanhamento dos diversos planos para a região
E	Fiscalização da área; fortalecimento e ampliação de ações de educação ambiental; definição de uso adequado para proprietários de áreas dentro da APA; criação do Parque Natural Municipal nas zonas de preservação da vida silvestre; cercamento da área; parcerias com universidades da região para realização de pesquisas voltadas à sustentabilidade da APA.

7ª) Quais foram as conquistas efetivadas pelo Conselho em relação à APA desde a sua criação?

ENTREVISTADOS	RESPOSTAS
A	O cercamento da APA em vias de efetivação
B	A participação da população nos fóruns de discussão sobre a APA; conter as invasões da Gleba do Pêssego; mapear o que existe dentro da APA; o cercamento
C	O próprio Decreto de Regulamentação da APA, por ter sido fruto da mobilização e atuação crítica do Conselho; a futura implantação do Planetário no interior do Parque do Carmo; o cercamento da APA; a gestão junto ao Ministério Público, que proibiu a realização de grandes shows no Parque, os quais geravam problemas sérios de degradação ambiental e inviabilizavam o trânsito na região
D	Saneamento da Gleba do Pêssego (em andamento); obras de contenção de encostas (em andamento); cercamento da APA (em andamento); obstrução de grandes shows no interior do Parque; acompanhamento das obras que interferem diretamente na APA, como o caso dos “piscinões”; regularização das moradias (COHAB – em andamento); participação nos planos para a região (começando); indicação de áreas para recuperação (caso particular da Empresa Lousano) e drenagem de águas pluviais no Parque (a ser implantado)
E	Término dos grandes shows no Parque; implantação de esgotamento sanitário da Gleba do Pêssego; conserto do gradil do Parque; cercamento de toda a APA.

